

**ARTIGO 43º DA LEI 50/2012
DE 31 DE AGOSTO**

CONTRATO DE SOCIEDADE

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável ao sector empresarial local.
2. A sede social é em Taguspark, Edifício Ciência II, N.º 11, 3.º Piso B, freguesia de Porto Salvo, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação de delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de deliberação no país ou no estrangeiro.
3. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
2. A sociedade pode participar em outras sociedades e associar-se em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou em consórcios.



3. A Sociedade pode celebrar com os seus accionistas contratos-programa definindo pormenorizadamente o seu objecto e missão, bem como as funções de desenvolvimento económico local e regional a desempenhar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E OITO EUROS E SESSENTA E SETE CÊNTIMOS, subscrito e realizado em dinheiro e em espécie.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é representado por seiscentas e quarenta e oito mil e seiscentas e trinta e três acções, no valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções.
2. As acções podem revestir forma escritural, quer na sua emissão, quer por conversão.
3. As acções serão assinadas por dois administradores, por chancela ou reprodução, por meios mecânicos ou informáticos.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, por simples deliberação do conselho de administração, com observância das normas legais aplicáveis.

ARTIGO 6.º

1. A transmissão de acções está subordinada ao consentimento da sociedade, sendo a sua concessão ou recusa competência do Conselho de Administração, com excepção do disposto no número quatro do presente artigo.
2. Em segunda linha a transmissão de acções da sociedade está subordinada a um direito de preferência do município que sobre ela detenha influência dominante.
3. A recusa do consentimento pelo Conselho de Administração, pode ser fundamentada em qualquer interesse relevante para a sociedade, sendo obrigatória no caso de o proposto adquirente ser pessoa, singular ou colectiva, de direito privado.
4. O Conselho de Administração pode optar por remeter a decisão sobre o consentimento à Assembleia-geral, que poderá decidir prestar o consentimento da Sociedade para a aquisição de acções por entidade de direito privado.
5. O prazo para a Assembleia-geral, para o Conselho de Administração da sociedade e para o município que sobre ele exerça influência dominante se pronunciarem sobre o pedido



de consentimento é de sessenta dias, sendo livre a transmissão das acções transcorrido esse prazo sem que estes se pronunciem.

6. A comunicação de preferência deve ser feita nos termos da lei civil, incluindo todos os elementos do negócio a preferir.
7. A venda feita em violação do disposto no presente artigo não é eficaz face à Sociedade e aos seus accionistas, sem prejuízo do direito da Sociedade ou do acionista que detenha uma participação dominante nesta, em intentar uma acção de preferência nos termos legais.
8. No caso de recusa de consentimento da Sociedade e de não exercício do direito de preferência por parte do município que sobre ela exerça influência dominante, a sociedade obriga-se a adquirir ou a fazer adquirir as acções nas condições de preço e pagamento que fundamentarem o pedido de consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a Sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

Os órgãos sociais são a assembleia-geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2. A cada grupo de duzentas e uma acções correspondente a um voto.
3. Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia-geral, nos termos da lei.
4. A aquisição, alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis necessita de deliberação da assembleia-geral com votos favoráveis da totalidade dos accionistas.
5. Mediante autorização da Assembleia-geral, expressa por maioria simples, a sociedade pode associar-se, pela forma que entender mais conveniente a quaisquer entidades colectivas de natureza associativa.

ARTIGO 9.º

1. A mesa da assembleia-geral será constituída por um presidente e um secretário, eleitos por um período de quatro anos, sendo reelegíveis por uma ou mais vezes.

2. A convocatória da Assembleia-geral deve ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, mediante carta registada enviada a todos os accionistas, com a antecedência mínima de vinte e um dias.

ARTIGO 10.º

1. A administração da sociedade compete a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos de três em três anos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos por um máximo de três vezes.
2. A assembleia-geral designará de entre os membros do conselho de administração um presidente, o qual terá voto de qualidade.
3. A assembleia-geral deliberará sobre a caução a prestar pelos administradores, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º

1. O conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores delegados.
2. Para a prática de actos ou categorias de actos determinados, o conselho de administração pode nomear um ou mais mandatários da sociedade.
3. Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade e a realização de todos os actos e operações relativos à execução do objecto social.
4. Os membros do Conselho de Administração celebrarão com a Sociedade, no início de cada mandato, um contrato de gestão na acepção do Decreto-lei 71/2007 de 27 de Março, definindo os objectivos e os parâmetros de avaliação do mesmo.

ARTIGO 12.º

1. O conselho de administração reunirá sempre que convocado nos termos da lei.
2. O conselho de administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.
3. Os administradores podem votar por escrito e bem assim fazer-se representar por outro administrador nas reuniões do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1. A sociedade obriga-se:
 - a. Pela assinatura do presidente do conselho de administração;



- b. Pela assinatura de um administrador-delegado nos termos e limites dos poderes que lhe tenham sido delegados;
 - c. Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.
2. Os actos e documentos de mero expediente poderão ser praticados ou assinados por um administrador.

ARTIGO 14.º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um fiscal único eleito em assembleia-geral.
2. O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
3. O mandato do fiscal único é de três anos e é renovável.

ARTIGO 15.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 16.º

Os lucros líquidos apurados no balanço anual da sociedade terão a aplicação que a assembleia-geral determinar, deduzidas as verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva, podendo não ser distribuídos.

ARTIGO 17.º

Os administradores ficam desde já autorizados, nos termos da alínea b) do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento dos montantes depositados para fazer face às despesas da Sociedade ou outras que se mostrem necessárias ao seu bom funcionamento.

ARTIGO 18.º

A alteração do contrato de sociedade, quer por modificação, supressão ou aditamento de algumas cláusulas só pode ser deliberada por uma maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 19.º

1. A dissolução da sociedade só pode ocorrer nos casos e nos termos da lei.



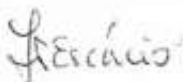
2. A deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 20.º

A liquidação da sociedade será feita por uma comissão liquidatária, cujos membros podem ser administradores, designados pela assembleia-geral nos termos da lei.

Lisboa, 08 de Junho de 2015

A Advogada-Estagiária,



C.P. n.º 36454L

INÊS ESCÓRCIO

ADVOGADA-ESTAGIÁRIA - CP 36454 L

NIF 254 565 778 - SF 1503 Cascais - 1

CORREIA, BRAZ & ASSOCIADOS - SOC. ADV., RL

Rua Artilharia Um, Emp. Nova Amoreiras, 71 - 77

Lote 7, Piso 3, Fração 10 - 1250-038 LISBOA

Telef: 212 408 881 - Fax: 212 240 9532



NOTARIADO PORTUGUÊS

CARTÓRIO NOTARIAL DE ALGÉS

NOTÁRIA:

Licenciada LUÍZA MARIA DE CARVALHO VIEIRA

Rua Damião da Góis, 38, 1.º dto. - ALGÉS

Telef. 411 22 58

1495 LISBOA

Eu, abaixo assinado, Ajudante do Cartório Notarial do Algés, certifico que a presente fotocópia, composta por 30 folhas utilizadas numa só face, foi extraída do instrumento lavrado no dia 18 de Outubro do ano 1990, de 82 a folhas 88 v do livro de notas número 7-14, deste Cartório, vai conforme ao original e vale como certidão sem o selo do Cartório Notarial que fazem parte do original do escrito.

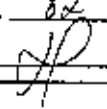
Algés, 18 do Outubro de mil novecentos e noventa e noventa

O AJUDANTE,

CONTA:

Art. 8.º n.º 1 5000\$ 00
\$
\$
\$
 TOTAL 5000\$ 00

São: cinco mil e quinhentos e oitenta e dois
 Conferido e registado sob o número 67 assinado

CARTÓRIO NOTARIAL DE ALGÉS	
Livro <u>7 H</u>	Fls. <u>82</u>
	

CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE

No dia dezoito de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório do Tagus Park, freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras, perante mim Licenciada Luiza Maria de Carvalho Vieira, Notária Interina do Cartório Notarial de Algés, compareceram : _____

PRIMEIRO

Manuel Ribeiro Arruda, casado, natural da freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada, com residência profissional em Ponta Delgada Açores que outorga na qualidade presidente e em representação da **A.M.R.A.A. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**, com sede em Ponta Delgada, N.I.P.C. 512021333, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei nos termos da acta número três que **arquivo**.

SEGUNDO

Alfredo Falamino Barroso, casado, natural da freguesia de Couço, concelho de Coruche, com residência profissional na Rua 24 de Julho em Évora, que outorga na qualidade de presidente do conselho de administração da **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE ÉVORA**, com sede na Rua 24 de Julho em Évora, N.I.P.C. 501572007, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei nos termos da acta número dois que **arquivo**. _____

TERCEIRO

Fernando Ribeiro Marques, casado, natural da freguesia de Pousaflores, concelho de Ansião, com residência profissional em Ansião, que outorga na qualidade de Presidente da **CÂMARA**

22

MUNICIPAL DE ANSIÃO, com sede em Ansião, qualidade e
suficiência de poderes que verifiquei pela acta da sessão ordinária de
vinte e oito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, que
arquivo. _____

QUARTO

José Fernandes Estevens, solteiro, maior, natural da freguesia e
concelho de Castro Marim, com domicílio profissional em Castro
Marim, que outorga na qualidade Presidente de **ODIANA -
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO
GUADIANA**, N.I.P.C. 504408755, com sede em Castro Marim,
qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de oito
de Setembro do ano corrente, que arquivo. _____

QUINTO

António Jorge Nunes, casado, natural da freguesia de Zoio, concelho
de Bragança, com domicílio profissional em Bragança, que outorga
na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE
BRAGANÇA**, N.I.P.C. 680011897 qualidade e suficiência de
poderes que verifiquei pela acta de treze de Outubro do ano corrente
arquivo. _____

SEXTO

Atilio dos Santos Nunes, casado, natural da freguesia de Oliveira do
Conde, concelho de Carregal do Sal, com domicílio profissional em
Carregal do Sal, que outorga na qualidade Presidente da **CÂMARA
MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL**, N.I.P.C. 680025430,
com sede em Carregal do Sal, qualidade e suficiência de

poderes que verifiquei pela acta de oito de Outubro do ano corrente, que **arquivo.**_____

SÉTIMO

José Luís Judas, casado, natural da freguesia de S. Pedro, concelho de Évora, com domicílio profissional em Cascais, que outorga na qualidade Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS**, N.I.P.C. 680016031, com sede em Cascais, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de doze de Outubro do ano corrente, que **arquivo.**_____

OITAVO

Arnaldo Jorge Pacheco Bráz, casado, natural da freguesia de Santa Maria, concelho de Trancoso, com domicílio profissional em Castelo Branco, que outorga na qualidade de Vereador em regime de permanência da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**, N.I.P.C. 501143530, com sede em Castelo Branco, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de vinte e dois de Setembro do ano corrente e delegação de poderes que **arquivo.**_____

NONO

Carlos Alberto Pinto, divorciado, natural da freguesia de S. Pedro, concelho da Covilhã, com domicílio profissional na Covilhã, que outorga na qualidade Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ**, N.I.P.C. 680010467, com sede na Covilhã, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de vinte e sete de Setembro do ano corrente, que **arquivo.**_____

DÉCIMO

Luís Ribeiro Pereira, casado, natural da freguesia de Sobreira Formosa, concelho de Proença-Nova, com domicílio profissional em Proença-a-Nova, que outorga na qualidade Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE** N.I.P.C. 680018450, com sede em Ferreira do Zêzere, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de trinta de Setembro do ano corrente, que arquivo.

DÉCIMO PRIMEIRO

Luís Miguel Pereira de Almeida, solteiro, maior, natural da freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, concelho de Figueira da Foz, com domicílio profissional em Figueira da Foz, que outorga na qualidade de vereador da **CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DA FOZ**, N.I.P.C. 501305580, com sede em Figueira da Foz, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de onze de Outubro do ano corrente e despacho do presidente da Câmara, que arquivo.

DÉCIMO SEGUNDO

José Agostinho Ribau Esteves, casado, natural de Angola, de nacionalidade Portuguesa, com domicílio profissional em Ilhavo, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE ILHAVO**, N.I.P.C. 680010793, com sede em Ilhavo, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta número dez de dezassete de Setembro do ano corrente que arquivo.

DÉCIMO TERCEIRO

Joaquim Carlos Piscarreta Rêgo, casado, natural de Lagoa, Algarve, com domicílio profissional em Lagoa, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA**, N.I.P.C. 680007016, com sede em Lagoa, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de vinte e sete de Setembro do ano corrente que arquivo.

DÉCIMO QUARTO

Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, casada, natural da freguesia e concelho de Mirandela, residente na Quinta de Santo António, lote 63, 5º. direito, Marrazes, Leiria, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA**, N.I.P.C. 680002022, com sede em Leiria qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de dezassete e de Setembro do ano corrente que arquivo.

DÉCIMO QUINTO

Vítor Manuel Gonçalves Aleixo, casado, natural da freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, com domicílio profissional em Loulé, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**, N.I.P.C. 502098139, com sede em Loulé, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de dezassete de Agosto do ano corrente que arquivo.

DÉCIMO SEXTO

José Maria Ministro dos Santos, casado, natural da freguesia e concelho de Mafra, com domicílio profissional em Mafra que outorga

na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**, N.I.P.C. 680006613, com sede em Mafra, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de doze de Outubro do ano corrente que **arquivo.**

DÉCIMO SÉTIMO

José Vieira de Carvalho, casado, natural da freguesia de Moreira, concelho da Maia, com domicílio profissional em Maia que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**, N.I.P.C. 6800008985, com sede em Maia, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pelas Declarações de Homologação de 8 de Outubro do ano corrente, da Assembleia Municipal, que **arquivo.**

DÉCIMO OITAVO

Carlos Henrique Correia Alves, casado, natural da freguesia e concelho de Monchique, com domicílio profissional em Monchique, que outorga na qualidade de vereador em regime de permanência da **CÂMARA MUNICIPAL DE MONCHIQUE**, N.I.P.C. 680011200, com sede em Monchique, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de trinta de Setembro do ano corrente e delegação de poderes que **arquivo.**

DÉCIMO NONO

Isaltino Afonso de Moraes, divorciado, natural da freguesia de S. Salvador, concelho de Mirandela, com domicílio profissional em Oeiras, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**, N.I.P.C. 500745943, com sede em Oeiras, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta

CARTÓRIO NOTARIAL	
DE	
ALGÉS	
Livro	7-H
Fols.	85

1
2

número quatro de trinta de Setembro do ano corrente que
arquivo. _____

VIGÉSIMO

João Carlos de Azevedo Maia, casado, natural da freguesia e concelho de Oliveira de Frades, com domicílio profissional em Oliveira de Frades, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES**, N.I.P.C. 501306234, com sede em Oliveira de Frades, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de trinta de Setembro de mil novecentos e noventa e nove que arquivo. _____

VIGÉSIMO PRIMEIRO

Arménio da Assunção Pereira, casado, natural da freguesia de Moldes, concelho de Arouca, com domicílio profissional em Paços de Ferreira, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA**, N.I.P.C. 680016066, com sede em Paços de Ferreira, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de dezasseis de Outubro do ano corrente que arquivo. _____

VIGÉSIMO SEGUNDO

José Manuel Carreto, casado, natural da freguesia de Aranhas, concelho de Penamacor, com domicílio profissional na Sertã, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE SERTÃ**, N.I.P.C. 680007946, com sede na Sertã, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta número dois de vinte e um de Setembro do ano corrente que arquivo. _____

VIGÉSIMO TERCEIRO

Amadeu José Silva Penim, casado, natural da freguesia de Santiago, concelho de Sesimbra, com domicílio profissional em Sesimbra, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA**, N.I.P.C. 501144218, com sede em Sesimbra, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de três de Setembro do ano corrente que arquivo.

VIGÉSIMO QUARTO

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares, casada, natural da freguesia e concelho de Silves com domicílio profissional em Silves, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES**, N.I.P.C. 680014950, com sede em Silves, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de quinze de Outubro do ano corrente que arquivo.

VIGÉSIMO QUINTO

José Macário Custódio Correia, casado, natural da freguesia de S. Estevão, concelho de Tavira com domicílio profissional em Tavira, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA**, N.I.P.C. 501067191, com sede em Tavira, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de vinte e três de Agosto do ano corrente que arquivo.

VIGÉSIMO SEXTO

António José Oliveira Fonseca, casado, natural da freguesia de Macieira de Cambra, concelho de Vale de Cambra, com domicílio profissional em Vale de Cambra, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**,

N.I.P.C. 680005609, com sede em Vale de Cambra, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de vinte e sete de Setembro do ano corrente que arquivo.

VIGÉSIMO SÉTIMO

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, casada, natural da freguesia de Fundada, concelho de Vila de Rei, com domicílio profissional em Vila de Rei, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI**, N.I.P.C. 680008268, com sede em Vila de Rei, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de dezassete de Setembro do ano corrente, certidão de vinte e quatro de Setembro deste ano que arquivo.

VIGÉSIMO OITAVO

Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta, casado, natural da freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto, com domicílio profissional em Vila do Conde, que outorga na qualidade de procurador da **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE**, N.I.P.C. 680012508, com sede em Vila do Conde, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela procuração que arquivo.

VIGÉSIMO NONO

Luis Filipe Menezes Lopes, casado, natural da freguesia e concelho de Ovar, com domicílio profissional em Vila Nova de Gaia, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**, N.I.P.C. 680012508, com sede em Vila Nova de Gaia, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela

5-10
acta de dezasseis de Setembro do ano corrente que **arquivo.**_____

TRIGÉSIMO

Fernando de Carvalho Ruas, casado, natural da freguesia de Carminhão, concelho de Viseu, com domicílio profissional em Viseu, que outorga na qualidade de presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**, N.I.P.C. 680003622, com sede em Viseu, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei pela acta de trinta de Setembro deste ano, certidão de um Outubro do ano corrente que **arquivo.**_____

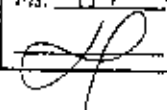
Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo meu conhecimento pessoal. _____

DECLARARAM OS OUTORGANTES NAS INDICADAS QUALIDADES :_____

Que em nome das suas representadas constituem uma sociedade comercial sob a forma de sociedade anónima que fica a reger-se pelo contrato que consta do documento complementar, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante desta escritura e que **ARQUIVO.**

A sociedade adopta a denominação “ **MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO S.A.** ” N.I.P.C. P - 504475606, com sede no concelho de Oeiras, na TAGUSPARK – Núcleo Central – Porto Salvo, freguesia de Porto Salvo. _____

O capital social integralmente realizado é de **QUINHENTOS MILHÕES DE ESCUDOS**, (dois milhões quatrocentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e nove euros e quatrocentos e oitenta e

CARTÓRIO NOTARIAL DE ALGÉS
Livro <u>7-H</u>
Fls. <u>87</u>


cinco cêntimos) realizado em espécie, no montante de **duzentos e cinquenta e cinco milhões de escudos** e em dinheiro, no montante de **duzentos e quarenta e cinco milhões de escudos** representado por quinhentas mil acções de mil escudos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções, subscrevendo, a representada do primeiro outorgante cinco mil acções, a representada do segundo outorgante mil acções, a representada do terceiro outorgante cinco mil acções, a representada do quarto outorgante cinco mil acções, a representada do quinto outorgante cinco mil acções, a representada do sexto outorgante cinco mil acções, a representada do sétimo outorgante vinte e cinco mil acções, a representada do oitavo outorgante cinco mil acções, a representada do nono outorgante cinco mil acções, a representada do décimo outorgante quatro mil acções, a representada do décimo primeiro outorgante quinze mil acções, a representada do décimo segundo outorgante cinco mil acções, a representada do décimo terceiro outorgante cinco mil acções, a representada do décimo quarto outorgante cinco mil acções, a representada do décimo quinto outorgante cinco mil acções, a representada do décimo sexto outorgante quinze mil acções, a representada do décimo sétimo outorgante trinta mil acções, a representada do décimo oitavo outorgante cinco mil acções, a representada do décimo nono outorgante duzentos e cinquenta e cinco mil acções, a representada do vigésimo outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo primeiro outorgante cinco mil acções, a representada do

12
24

vigésimo segundo outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo terceiro outorgante quinze mil acções, a representada do vigésimo quarto outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo quinto outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo sexto outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo sétimo outorgante mil acções, a representada do vigésimo oitavo outorgante cinco mil acções, a representada do vigésimo nono outorgante trinta mil acções e a representada do trigésimo outorgante catorze mil acções. _____

DECLARARAM AINDA: _____

Que autorizam a administração a proceder ao levantamento das entradas em dinheiro, depositadas em nome da sociedade, para custear despesas de constituição e início de laboração. _____

ADVERTI os outorgantes da obrigatoriedade de requererem o registo deste acto no prazo de três meses. _____

ARQUIVO AINDA : _____

Relatório do Revisor Oficial de Contas, a que se refere o artigo vinte e oito do Código das Sociedades Comerciais, de um de Outubro de mil novecentos e noventa e nove. _____

EXIBIRAM: _____

Certificado de admissibilidade da denominação adoptada passado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, em 22 de Abril de 1999. _____

Guia de depósito do capital social, correspondente às entradas em dinheiro, passada em 18 de Outubro de 1999 pela Caixa Geral de

Depósitos, sucursal de Taguspark, Oeiras .

Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado aos outorgantes em voz alta e na presença simultânea deles assim como lhes fiz a explicação do documento complementar.

[Signature]

Alfredo de Almeida

Taguspark de Oeiras

Tomando posse

Portugal

1977

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

10
21

José Manuel Gureto

H... 59...

Marcos Lóbel E. de Silva Soares

Tom Rucinski

Subm. José Álvaro Frazee

Moisés Lúcio Bonato Jr.

Edoardo de Cavallo Maggi - Paulo Mota

Julio Filho & Filhos

Isopano & Filhos

Problema, Unizão de Cavalho Jiraf

Conta registrada sob outº 65-ff

estatísticas

serie 2A; excuseta 665; verbeta 10ff

Lista de acionistas a 31.12.2025

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de Oeiras	1.835.521,60	56,71%
Município de Vila Nova de Gaia	154.699,98	4,78%
Município de Maia	53.422,00	1,65%
Município da Figueira da Foz	74.850,00	2,31%
Município de Mafra	74.850,00	2,31%
Município de Sesimbra	74.850,00	2,31%
Município de Viseu	69.860,00	2,16%
Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo	54.865,05	1,70%
Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores	24.950,00	0,77%
Município da Covilhã	24.950,00	0,77%
Município da Sertã	24.950,00	0,77%
Município de Ansião	24.950,00	0,77%
Município de Bragança	24.950,00	0,77%
Município de Castelo Branco	24.950,00	0,77%
Município de Ílhavo	24.950,00	0,77%
Município de Lagoa	24.950,00	0,77%
Município de Leiria	24.950,00	0,77%
Município de Loulé	24.950,00	0,77%
Município de Monchique	24.950,00	0,77%
Município de Paços de Ferreira	24.950,00	0,77%
Município de Portimão	24.999,90	0,77%
Município de Vale de Cambra	24.950,00	0,77%
Município de Boticas	9.970,02	0,31%
Associação de Mun. Vale Douro Norte	5.997,98	0,19%
Associação de Mun. Douro Superior (AMDS)	4.999,98	0,15%
Município da Guarda	4.985,01	0,15%

Lista de acionistas a 31.12.2025

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de Aguiar Beira	4.985,01	0,15%
Município de Albergaria-a-Velha	5.009,96	0,15%
Município de Arganil	4.985,01	0,15%
Município de Barcelos	4.985,01	0,15%
Município de Cabeceiras de Basto	4.985,01	0,15%
Município de Góis	4.985,01	0,15%
Município de Gouveia	4.985,01	0,15%
Município de Idanha-a-Nova	4.985,01	0,15%
Município de Lamego	4.985,01	0,15%
Município de Mourão	4.985,01	0,15%
Município de Olhão	4.985,01	0,15%
Município de Oliveira do Hospital	4.985,01	0,15%
Município de Paredes	4.985,01	0,15%
Município de Penacova	4.985,01	0,15%
Município de Penamacor	4.985,01	0,15%
Município de Ponta Delgada	4.985,01	0,15%
Município de Portalegre	4.985,01	0,15%
Município de São João da Madeira	4.990,00	0,15%
Município de Santiago do Cacém	4.985,01	0,15%
Município de Sernancelhe	4.985,01	0,15%
Município de Sines	4.985,01	0,15%
Município de Trofa	4.985,01	0,15%
Município de Vila Nova de Poiares	4.985,01	0,15%
Município do Fundão	4.999,98	0,15%
Município de Ponte da Barca	5.009,96	0,15%
Associação de Mun. PEFICA	4.999,98	0,15%
Município de Santa Marta Penaguião	4.985,01	0,15%

Lista de acionistas a 31.12.2025

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de São Pedro do Sul	4.985,01	0,15%
Município de Vieira do Minho	4.985,01	0,15%
Ações Próprias:	323.807,03	10,00%
Totais	3.236.678,67	100%

Informação sobre identidade e montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais:

c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;

- Dra. Irina Dias Lopes Nunes da Costa
- Dra. Madalena Pereira da Silva Castro
- Dra. Piedade Susana da Silva Pina
- Dr. Rui Manuel Tavares Leitão

d) Remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada membro dos órgãos sociais;

- Dra. Irina Lopes Nunes da Costa – auferir mensalmente a remuneração de 3.421 € mais despesas de representação no valor de 669,61 €;
- Dra. Madalena Pereira da Silva Castro – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dra. Piedade Susana da Silva Pina – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dr. Rui Manuel Tavares Leitão – avença mensal de 770 euros.

e) Número de trabalhadores desagregado segundo a modalidade de vinculação a 31/12/2025;

46 Trabalhadores dos quais:

- 31 contratos s/ termo;
- 2 contratos de cedência de interesse público;
- 13 contratos a termo certo.

Irina Dias Lopes Nunes da Costa

Jurista | Adjunta do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Data de Nascimento: 08/09/1989

Telefone: 911 090 107

E-mail: irinadiastopes@hotmail.com

Morada: Rua Pêro de Alenquer, nº89, Caxias

Experiência Profissional

Câmara Municipal de Oeiras

Adjunta do Presidente da Câmara

Outubro 2017 – Fevereiro 2021 e Outubro 2021 - Presente

Técnica Superior Jurista – Gabinete da Presidência

Fevereiro 2021- Outubro 2021

Assembleia Municipal de Oeiras

Deputada Municipal

Outubro 2017 – Setembro 2021

Formação Académica

Mestrado em Direito Empresarial

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito (Lisboa) | 2013–2014

Licenciatura em Direito

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito (Lisboa) | 2008–2013

Pós-Graduações e Formação Executiva

- **Digital Executive Effectiveness Program** – AESE Business School (2024)
 - **Pós-Graduação em Direito do Urbanismo e da Habitação** (frequência) – Faculdade de Direito de Lisboa / ICJP (2020)
 - **Mini-MBA** – ISCTE (2019)
-

Experiência Profissional Anterior

Consultora – Departamento Comercial (Empresas, Patrocínios e Publicidade)
Sporting Clube de Portugal | 2016–2017

Responsável de Desenvolvimento de Negócio e Consultoria & Gestão de Clientes
ZOMATO Media Capital | 2016

Analista de Recursos Humanos – Direito, Finanças e Impostos
Michael Page Portugal | 2015

Estagiária (Direito)
ANACOM | 2014

Associativismo e Voluntariado

Secretária-Geral na Associação INOV – Inovar Oeiras | Desde 2019 (Voluntariado)

Coordenação da Comissão de Juventude – Juventude de Oeiras na Associação INOV – Inovar Oeiras | Desde 2019 (Voluntariado)

Competências Linguísticas

- **Português:** Língua materna
 - **Inglês:** Compreensão e leitura – Bom | Produção oral e escrita – Suficiente
-

Competências Informáticas

- MS Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook) – nível utilizador avançado
-

CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: Maria Madalena Pereira da Silva Castro

Morada: [REDACTED]

Contacto: [REDACTED]

Data de Nascimento: 29/06/1955

Estado Civil: Viúva

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em Sociologia (ISCTE)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Curso de secretariado/assistente de gestão e comercial (1985 e 2000)

Curso *O SIADAP nas Autarquias Locais* (2006)

Participações:

Congresso Europeu: *Desporto Para Todos* (1991)

Forum As Grandes Questões da Comunicação Municipal para o Sec. XXI (1999)

Seminário *As Parcerias Público-Privadas e o Desenvolvimento* (2001)

Seminário *A Proteção da Propriedade na Internet* (2002)

Conferência Internacional *Comunicação para os Cidadãos no Estado da Sociedade em que Vivemos* (2003)

IX Encontro Municipal de *Municípios com Centro Histórico: Tradição e Inovação* (2004)

Conferência *Ambiente: Sector Estratégico para a Economia Portuguesa* (2006)

Conferência Nacional da Água: *Qualidade pela Inovação, Satisfação pela Eficiência* (2006)

IV Congresso Nacional da Administração Pública: *Novos Modelos da Administração Pública* (2006)

II Forum da Energia: *Novos Desafios, Novas Respostas* (2007)

III Conferência do Jornal *Arquiteturas: O que Podemos Fazer pelas nossas Cidades* (2008)

Seminário *SCE (Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do ar Interior)* (2008)

Simpósio *Floresta 2050 – Pensar o Futuro* (2011)

Conferência *Gestão e Financiamento dos Transportes Coletivos (TC) em Áreas Metropolitanas* (2011)

Conferência *Liderança e Cooperação Equipas Vencedoras* (2014)

Conferência *Liderança da Gestão de Topo* (2017)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL e CARGOS POLÍTICOS

Presidente da Junta de Freguesia da UFOPAC, desde 2017

Vereadora da Câmara Municipal de Oeiras, com os Pelouros do Ambiente e Equipamentos, Obras Municipais e Transportes, de out/2005 a fev/2013, tendo terminado o mandato em 2017

Integrou o Conselho Diretivo da AMTRES, de 2006 a 2010

Presidente do CA da OEINERGE – Agência de Energia de Oeiras, até 2016

Coordenadora do Gabinete de Relações Públicas da Taguspark, SA, onde exerceu funções na área comercial, de 1995 a 2005

Membro da Assembleia Municipal de Oeiras, de 1998 a 2005

Chefe do Gabinete do Presidente da CMO, de 1993 a 1995

Secretária do Presidente da CMO, de 1986 a 1993

Coordenadora do GATL (Gabinete de Apoio Técnico Legislativo) do Ministério de Justiça, de 1984 a 1985

Secretária do Director do Gabinete de Recrutamento e Seleção de Pessoal da NOEI, SA, de 1983 a 1984

Coordenadora Comercial de Empresa do Sector Têxtil



Piedade Susana Silva Pina

Nacionalidade: Portuguesa **Data de nascimento:** 03/03/1976 **Sexo:** Feminino

Número de telemóvel: (+351) [REDACTED]

Endereço de email: [REDACTED]

Casa: [REDACTED]

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Chefe de Gabinete do Presidente

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [25/10/2019 - Atual]

Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [01/02/2016 - 24/10/2019]

País: Portugal

- Elaboração de informação semanal para a Presidência sobre planeamento de obras por administração direta e empreitadas em curso, bem como todos os trabalhos a efetuar pela DME.
- Elaboração de informação trimestral para a Presidência sobre obras e projetos executados e em curso.
- Manutenção e atualização de conteúdos da página da rede social Facebook "Infraestruturas e Obras"
- Gestão de Mensagens e reclamações rececionadas via página da rede social Facebook "Infraestruturas e Obras", obedecendo a protocolo de gestão de reclamações.
- Administradora da Plataforma APP "Cidadão Gaia"
 - 1) receção do registo
 - 2) criação de distribuição interna
 - 3) atualização de estado
 - 4) registo de alteração de estado
 - 5) comunicação com munícipe
 - 6) conclusão do processo e encerramento do mesmo
- Gestão corrente de despachos da Vice-Presidência via EDOC
- Tarefas específicas determinadas por incumbência do Senhor Presidente/ Vice-Presidente
- Atendimento a munícipes por incumbência do Gabinete de Apoio à Presidência
- Acompanhamento/ seguimento de projetos/obras por incumbência do gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência com o objetivo de articulação e comunicação do gabinete com entidades, departamentos, divisões e serviços
- Acompanhamento em atendimentos na Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente (Gaiurb, EM) em representação do Gabinete de apoio à Presidência
- Utilizador das Aplicações SIGMA da Gaiurb como interface de informação no gabinete para a área do urbanismo
- Tarefas associadas ao Projeto GO ON INVEST IN GAIA
- Ponto Focal do Município para o Instrumento Financeiro IFRRU2020
- Inscrição na Bolsa de Auditores Internos do Município, exercendo atividade de auditora observadora
- Contacto do município para a "Rede de Apoio ao Empresário" do Turismo do Porto e Norte
- Acompanhamento, Controle e Monitorização de Contratos celebrados pelo Município, para informação ao gabinete
- Gestão das reclamações rececionadas no Gabinete da Vice-Presidência provenientes da aplicação GAQ
- Responsável pela comunicação externa (aos munícipes/entidades) de obras : elaboração de avisos de obra; layout para outdoors (em articulação com a comunicação); Comunicações Gaia Reabilita.
- Tarefas de gestão quotidiana do gabinete

Gestora de operações / Responsável de delegação e coordenadora de Zona Portugal/Galiza/ Brasil

Mac Puar Portugal, Lda (Grupo MAC PUAR, SA) [16/01/2009 - 31/01/2016]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Coordenação comercial da zona geográfica de venda - Portugal/ Brasil/ Galiza
- Tarefas de gestão de carteira de clientes
- Formação
- Gestão e organização de equipa administrativa e post venda
- Gestão de pedidos e seu circuito : receção, envio à fábrica, orçamentação, faturação, expedição, documentação técnica
- Análise de margens de venda e controle orçamental
- Elaboração de orçamentos previsionais por zona
- Gestão de Recursos Humanos

Gestora de delegação Técnico-Comercial

Wavecrest Serviços, Lda (Grupo MAC PUAR SA) [01/06/2002 – 15/01/2009]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Tarefas de gestão comercial
- Contacto com clientes, gestão de carteira de pedidos, formação a clientes sobre produtos
- Tarefas de organização e gestão
- Organização contabilística, orçamentos previsionais, controle de contas correntes, contacto com bancos e fornecedores

Assessora do Departamento Financeiro e Comercial

Diginorte - Sistemas de Electrónica Digital, Lda (Grupo MAC PUAR, SA) [27/09/1999 – 31/05/2002]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Tarefas administrativas na área da contabilidade e controle financeiro
- Contacto com fornecedores e gestão de contas correntes
- Contacto com clientes e gestão de carteira

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Mestrado em Gestão de Serviços

Faculdade de Economia do Porto [12/09/2022 – Atual]

Endereço: Rua Dr. Roberto Frias 464, 4200-464 Porto (Portugal)

Sítio Web: <https://www.up.pt/fep/pt/>

Open Executive Programme - Leadership Check In

PBS - Porto Business School [13/11/2023 – 28/11/2023]

Cidade: Porto

País: Portugal

Sítio Web: <https://www.pbs.up.pt/pt/>

Auditor de Defesa Nacional

IDN - Instituto da Defesa Nacional [10/11/2021 – Atual]

Endereço: Calçada Necessidades 5, 1399-017 Lisboa (Portugal)

Sítio Web: <https://www.idn.gov.pt/pt>

Auditorias ao sistema de gestão da qualidade

Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) [15/05/2018 – 27/06/2018]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

**Certificado de Competências Pedagógicas para o exercício da actividade de Formadora
(Certificado nº F663118/2018)**

ENA - Escola de Negócios e Administração [20/12/2017]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

Competências adquiridas:

- Analisar o contexto de intervenção da formação
- Aplicar metodologias de gestão da diversidade no contexto da formação
- Aplicar técnicas de interação pedagógica e de dinamização de grupos de formação
- Atribuir e reportar resultados da formação e das aprendizagens
- Conceber os instrumentos de avaliação da formação e das aprendizagens
- Conceber/explorar os recursos didáticos e multimédia
- Desenhar o programa de formação
- Planear atividades de aprendizagem
- Utilizar e gerir plataformas colaborativas e de aprendizagem

Desenvolvimento Humano Integral Sistémico

NLPC - Instituto de Ciências Comportamentais e de Gestão [25/04/2015 – 25/04/2015]

Cidade: Porto

País: Portugal

Certificação Internacional em Coaching Nivel I (Coach N° S332-2013PT)

INCTA - NPLC Instituto de Ciências Comportamentais e de Gestão [18/11/2013]

Cidade: Porto

País: Portugal

- Fundamental Coaching Skills
- Pressupostos do Coaching
- Coaching e PNL
- Comunicação no Coaching
- Ferramentas de Coaching
- Método Grow
- Condução de sessões de Coaching
- Transformar sonhos em Objectivos

Curso de Inteligência Emocional (Certificado nº 192/2013)

Mais Família [10/05/2013 – 11/05/2013]

Cidade: Matosinhos

País: Portugal

Licenciatura no curso de Organização e Gestão de Empresas

Universidade Moderna [01/09/1995 – 13/11/1999]

Cidade: Porto

País: Portugal

- Gestão Previsional e Controlo de gestão
- Auditoria e Revisão de Contas
- Planeamento Estratégico Empresarial
- Gestão bancária
- Análise de projectos de investimento e de Viabilidade
- Finanças Internacionais
- Economia
- Gestão de Recursos Humanos
- Organização e Direcção de Empresas

- Fiscalidade Direito Económico
- Gestão Financeira
- Contabilidade
- Estatística

Estágio profissional

Companhia de Seguros "O Trabalho Vida" [1999]

Cidade: Porto

País: Portugal

Agente de Seguros do ramo Vida certificada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

- Conhecimento técnico-comercial de apólices de seguro
- Angariação de cliente
- Apresentação de produtos financeiros e vida
- Gestão de carteira de clientes

Curso Complementar na área C

Escola Secundária dos Carvalhos [1993 - 1995]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Economia
- Gestão
- Sociologia
- Contabilidade Geral

COMPETÊNCIAS LINGÜÍSTICAS

Língua(s) materna(s): **português**

Outra(s) língua(s):

espanhol

COMPREENSÃO ORAL C2 LEITURA C2 ESCRIVER C2
PRODUÇÃO ORAL C2 INTERAÇÃO ORAL C2

inglês

COMPREENSÃO ORAL B2 LEITURA B2 ESCRIVER B1
PRODUÇÃO ORAL B1 INTERAÇÃO ORAL B1

francês

COMPREENSÃO ORAL A1 LEITURA A1 ESCRIVER A1
PRODUÇÃO ORAL A1 INTERAÇÃO ORAL A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador de base; B1 e B2: Utilizador independente; C1 e C2: Utilizador avançado

REDES E ASSOCIAÇÕES

Filiações

Membro nº 57647 da OCC Ordem dos Contabilistas Certificados, estando registada como profissional Técnico Oficial de Contas

CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

Conferências

19/05/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização" - Oradores: Professor Dr. Fernando Gomes (Presidente da Câmara Municipal do Porto em exercício de funções à data)

22 e 23 de Maio de 1998 - Junta directiva de A.J.E Pontevedra, Palácio de Congressos de Pontevedra - Seminário especial de Criação de Empresas.

04/11/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização" - Oradores: Valentim Loureiro (Presidente da Câmara Municipal de Gondomar em exercício de funções à data) e Narciso Miranda (Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos em exercício de funções à data)

10/11/1998 - Universidade Moderna Porto " O Euro como Moeda Internacional" - Oradores: Dr. Sérgio Ribeiro (Eurodeputado), Dr. Braga de Macedo.

11/11/1998 - Universidade Moderna Porto "Crash Bolsista Mundial e as suas repercussões em Portugal" - Oradores: Dr. Carlos Caldeira (Coordenador do Mercado de Capitais da revista "Valor"), Dr. Miguel Frasquilho (Director financeiro do BES) , Dr. Paulo Esteves (Bolsa de derivados do Porto)

19/05/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização"

23/24/27 e 29 de Abril de 1999 - Universidade do Minho - IV Jornadas de Gestão de Empresas e III Congresso Nacional de estudantes de Economia e Gestão

18/02/2011 - Instituto Superior de Engenharia do Porto - 1ªs Jornadas Técnicas de Elevadores

30/01/2015 - Instituto Superior de Engenharia do Porto - 3ªs Jornadas Técnicas de Elevadores

25/05/2017 - Conferências de Gaia #5 | O Caminho Português de Santiago

05/06/2017 - Armis Group - Workshop de Mobilidade Inteligente`17

08/06/2017 - Congresso do Eixo Atlântico: Agenda Urbana a Debate, Braga

26/01/2018 - Lisbon Mobi Summit , Fundação EDP, Lisboa

27/02/18 a 01/03/18 - Conferência "Urban Future", Vienna, Austria

09/03/18 - Fórum internacional da AMP "Gestão Inteligente e Smart Cities", Europarque, Santa Maria da Feira

03/04/18 a 05/04/18 - FICIS`18 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, Braga

11/04/18 a 13/04/18 - Portugal Smart Cities Summit, Centro de Congressos de Lisboa

07/03/19 - Climate Change Leadership - Porto Summit 2019

17/10/19 - "A Descentralização e o Poder Local - As Novas Competências em Debate" - Auditório de Mafamude VNG

1.ª Conferência Nacional Redes Cidades Circulares

[Auditório Municipal Manuel Menezes de Figueiredo, Vila Nova de Gaia, 15/11/2021 – 15/11/2021]

DISTINÇÕES E PRÉMIOS

Distinções e prémios

Diploma de Vencedor do Concurso de ideias do ano de 1997 promovido pela Associação Nacional de Jovens Empresários

3º Lugar no concurso nacional GESTÃO GLOBAL promovido pela SDG- Simuladores e Modelos de Gestão, Lda sendo chefe do grupo " Decisões Modernas"

Participação com ideia de negócio Luso- Galaica no I Congresso Luso-Galaico sobre Criação de Empresas, que decorreu em Pontevedra em Maio de 1998 com menção de honra.

COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

Competências de organização

- Boa capacidade de organização e gestão

As funções exercidas como responsável de delegação técnico/comercial desde 2002 ,numa multinacional, dotaram-me de um know-how abrangente na organização e gestão de forma transversal às organizações.

Exercendo funções de Chefe de Gabinete desde 2019, considero que a capacidade de organização e gestão é o apporto fundamental.

- Boa capacidade de liderança adquirida pela experiência com grupos de trabalho e equipas quer a nível empresarial como nas funções desempenhadas na Administração Pública.

-Alto desempenho em trabalho de equipa e construção de estratégias de cooperação.

-Fomento o padrão de atitude positiva face ao trabalho e aos projetos a desenvolver.

-Resiliente e disruptiva, com uma atitude positiva face à mudança e às alterações constantes que o quotidiano impõe.

-Delegar é uma competência adquirida e consolidada.

COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE COMUNICAÇÃO

Competências sociais e de comunicação

- Boa capacidade de comunicação adquirida pela experiência profissional na área de gestão de vendas, contacto com clientes, apresentações de produto.

-Ouvinte atenta, capaz de respeitar opiniões e valorizar o ponto de vista do outro. Forte capacidade de perceber e antecipar as emoções dos outros o que se revela uma ferramenta importante de engagement, que permite a motivação dos grupos de trabalho na prossecução dos objetivos esperados. Empática.

-Confiante e determinada, convicta dos valores que me prendem à missão.

COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O TRABALHO

Competências relacionadas com o trabalho

- Competências ao nível da organização e gestão de empresas, tendo domínio sobre as principais tarefas quotidianas de gestão empresarial e das organizações.

- Bom domínio das áreas de comunicação interpessoal e de grupo, tendo conhecimentos de PNL, Inteligência Emocional e Coaching

-Capacidade de trabalhar em ambientes de elevada pressão e com a necessidade de respostas e resoluções imediatas.

-Aptidão para desenvolver tarefas e projetos em ambientes diferenciados com os mesmos resultados.

-Profissional Multitasking, potencio a prossecução de várias tarefas/projetos/atividades, por forma a rentabilizar os recursos, a otimizar os meios face aos resultados definidos.

-Capacidade de usar a diplomacia na resolução dos conflitos em contexto laboral.

OUTRAS COMPETÊNCIAS

Vogal do Conselho Paroquial para os assuntos económicos da Paróquia de São Pedro de Sermonde

[2021 – Atual]

Explicadora multidisciplinar de alunos do ensino básico e secundário (1º, 2º, 3º ciclos) durante cerca de uma década

Voluntária da Europacolón Portugal (associação de apoio ao doente com cancro digestivo) desde 2012, participando em campanhas de sensibilização e peditórios nacionais).

Voluntária do Banco Alimentar Contra a Fome, participando nas recolhas de alimentos em colaboração com a IPSS Tenda do Encontro.

Voluntária da IPSS " Tenda do Encontro" que acolhe crianças e jovens em risco, participando nas atividades lúdicas, colaborando na ocupação de tempos livres dos utentes.

Animadora de grupo de jovens e grupos de catequese de adolescentes na paróquia de Sermonde VNG

Voluntária no Hospital pediátrico Joãozinho (Hospital de S. João - Porto) através da Fundação Casa Ronald Mac Donald - desde Dezembro de 2018

Membro efetivo do Conselho Pastoral da paróquia de São Pedro de Sermonde

[2017 – Atual]

APRESENTAÇÕES

Apresentações

Participação como entidade expositora na EXPO ELEVADOR 2008 que decorreu em São Paulo - Brasil nos dias 20 e 21 de Agosto de 2008. Organização e participação como formadora em workshop de produtos MP.

Participação como entidade expositora representado a zona geográfica Portugal/ Galiza/ Brasil na feira INTERLIFT 2013 que se realizou em Augsburg - Alemanha a maior feira do sector de elevação na Europa com cerca de 19000 visitantes de 40 países, onde promovi a marca MP efectuando apresentações para os distintos públicos alvo.

Oradora na palestra " Profissões: Conhecer para decidir" organizado pelo serviço de Psicologia e Orientação da Escola Básica de Argoncilhe, no âmbito do Programa de Orientação Vocacional, "Eu decido", destinado aos alunos do 9º ano de escolaridade . Abril de 2013 e 2014

CURSOS

Cursos

Porto, 1997

Formação específica durante 2 meses sobre " Processo de Criação de Empresas" pela Associação Nacional de Jovens Empresários

Sevilha, 14 e 15 de Abril de 2004

Certificado de assistência e aproveitamento no curso de Técnicas de Vendas ministrado pela empresa Montaner & Associados

Sevilha, 29 de Novembro a 20 de Dezembro de 2004

Certificado de assistência e aproveitamento no curso de Negociação de Grandes Contas ministrado pela empresa Montaner & Associados

Sevilha, 14 de Outubro de 2014

Certificado de participação no curso de Técnicas de Negociação ministrado pela empresa Montaner & Associados

Vila Nova de Gaia, 2 a 4 de Outubro de 2018

Curso de "Transmedia e Storytelling" ministrado pelo Dr. João Lopes docente do IPAM-IADE, Universidade Portucalense - Formação interna

Vila Nova de Gaia, 10 de Outubro de 2018

Formação de Regulamento Geral de Proteção de Dados - Implicações práticas no Município - VisionWare

Vila Nova de Gaia, 23 de Janeiro de 2019

Formação de Marketing Digital - Formador Vasco Marques - W2B, Sociedade Unipessoal, Lda. - Web2Business

Vila Nova de Gaia 18 e 20 de Março de 2019

Formação ISO 9001:2015 - para Auditores - SGS Academy

Vila Nova de Gaia, 17 de Outubro de 2019

"Descentralização" e o Poder Local - As novas competências em debate

Vila Nova de Gaia, 02 de Dezembro de 2019

EDOCLINK - as novas funcionalidades - LINK

Vila Nova de Gaia, 15 de Janeiro de 2020

NP4552-2016- Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal - SGS

Vila Nova de Gaia, 13 de Outubro a 21 de Outubro de 2020

Controlo Financeiro e Responsabilidade Financeira nas Autarquias Locais - Quadros e Metas

Vila Nova de Gaia, 18 de Março de 2021

Avaliação SIADAP | Avaliadores - CMVNG

Acompanhamento e monitorização dos contratos de atribuição de benefícios públicos - Vila Nova de Gaia CMVNG

[11/08/2021]

Micro-Curso Prático de Protocolo Autárquico e Político - Vila Nova de Gaia

[29/07/2021]

"Eleições Autárquicas em contexto de pandemia: as Freguesias em especial" - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

[15/07/2021 - 16/07/2021]



Municipia[®]

25
ANOS
1994-2019

Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Pessoa coletiva: 504 475 606 – Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais

Sede | Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo

Telefone: 21 422 82 00

Correio eletrónico: info@municipia.pt

Sítio na internet: www.municipia.pt

Instrumentos de Gestão Previsional 2026-2028 Plano de Atividades e Orçamento



Instrumentos de Gestão Previsional
2026-2028

Plano de Atividades e Orçamento

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Pessoa coletiva: 504 475 606

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais

Sede:

Taguspark Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B

2740-120 Porto Salvo

Telefone: 21 422 8200

Correio eletrónico: info@municipiapt

Sítio na internet: www.municipiapt

ÍNDICE

1	Preâmbulo	3
2	Mensagem do Diretor Geral	4
3	Governo da Sociedade	7
3.1.	Objeto Social	7
3.2.	Missão, Visão e Valores	7
3.3.	Objetivos estratégicos	8
3.4.	Monitorização e execução da estratégia	8
3.5.	Estrutura de Capital	9
3.6.	Órgãos Sociais	10
4	Estrutura Organizacional	11
5	Plano de Investimento Anual e Plurianual	11
6	Plano de formação	12
7	Plano de Atividades Anual e Plurianual	13
7.1.	Direção de Cartografia e Cadastro	13
7.1.1.	Coberturas Aéreas em aeronaves tripuladas	14
7.1.2.	Coberturas Aéreas em aeronaves não tripuladas (UAV)	15
7.1.3.	Digital Twins	20
7.2.	Direção de Engenharia e Infraestruturas	22
7.2.1.	Contexto Desafios e Oportunidades na Gestão de Infraestruturas em Portugal	22
7.2.2.	Ações Estratégicas: O Caminho para o Sucesso em 2025-2027	32
7.2.3.	Cronograma: Planear o Sucesso	34
7.3.	Direção Connect	37
7.4.	Direção de Inteligência Espacial	39
7.4.1.	Estratégia	39
7.4.2.	Organização Da Direção	40
7.5.	Direção de Administração e Governança	47
7.6.	Direção de Qualidade, Inovação e Sustentabilidade	51
7.7.	Direção de Assuntos Jurídicos (DAJ)	53
7.8.	Unidade de Desenvolvimento e Cooperação	55
8	Plano de Atividades para 2025	57
9	Plano de Atividades Plurianual	58



1 | Preâmbulo

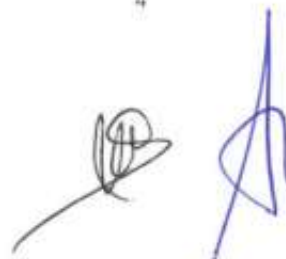
No cumprimento do disposto no Artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, o Conselho de Administração da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. doravante designada Município, elaborou os Instrumentos de Gestão Previsional para o período entre 2026 e 2028.

Os Instrumentos de Gestão Previsional procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa em termos de investimento, de financiamento e de exploração no horizonte dos próximos três anos, sendo constituídos pelos seguintes documentos:

- a) Planos de atividades e investimento anual e plurianual;
- b) Plano financeiro anual e plurianual;
- c) Orçamento anual de exploração;
- d) Orçamento anual de tesouraria;

Os presentes documentos previsionais, para além de respeitarem a experiência dos últimos anos de atividade, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, do custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização, segundo o qual os rendimentos e ganhos e os gastos e perdas são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.





2 | Mensagem do Diretor Geral

Ex.mos Senhores Acionistas,

O ano de 2026, à semelhança de 2025, continuará a ser marcado por forte incerteza e volatilidade dos indicadores económicos. Os efeitos das guerras, dos preços dos combustíveis e da energia, bem como o custo do dinheiro, têm impacto direto na vida das empresas e das administrações públicas. A Município não está imune a este enquadramento macroeconómico, mas responde-lhe com aquilo que melhor sabe fazer há 26 anos: transformar dados em conhecimento e conhecimento em decisões ao serviço dos municípios.

Ao longo de 26 anos, a Município tem sido pioneira na transformação digital dos territórios, assente na convicção de que a inteligência territorial nasce da integração de dados — geoespaciais, estatísticos e operacionais — em ecossistemas digitais coerentes. Plataformas como a Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), o CityHub, o Observatório IMPACT e os Gémeos Digitais permitem aos municípios gerir o território com autonomia, eficiência e sustentabilidade, transformando informação em ação e promovendo políticas públicas baseadas em evidência.

A digitalização do território é hoje um imperativo das políticas públicas. A Município equilibra a precisão tecnológica com a dimensão humana, desenvolvendo soluções ajustadas à identidade e às realidades locais. A sua abordagem combina rigor técnico e empatia territorial, traduzindo a complexidade tecnológica em instrumentos acessíveis e participativos que fortalecem a governação, envolvem os cidadãos e aumentam a transparência. O valor do território mede-se tanto pela sua infraestrutura como pela sua identidade, e a Município integra também dimensões culturais e sociais nas suas soluções, digitalizando património, memória e dinâmicas comunitárias.

A integração de tecnologias emergentes — como Inteligência Artificial, análise preditiva e modelação 3D/4D — é já uma realidade nas soluções da Município. Através da IDE, assegura-se a qualidade e interoperabilidade dos dados; no CityHub, a IA correlaciona informação e apoia decisões; no Observatório IMPACT, a análise preditiva projeta cenários sustentáveis; e nos Gémeos Digitais, simulam-se realidades dinâmicas que antecipam impactos e otimizam políticas públicas. A tecnologia é, assim, um instrumento de inteligência pública e não um fim em si mesma.

É neste contexto que reafirmamos dois pilares centrais da estratégia da empresa: a inovação e o desenvolvimento de contratos-programa com os acionistas.

I INOVAÇÃO

A inovação foi, desde a origem, o eixo estruturante da competitividade nacional e internacional da Município. Em 2026, este compromisso renova-se e aprofunda-se, consolidando soluções de referência como:

- **CityHub** — Plataforma de Gestão Urbana, criada em 2020, que assegura a gestão integrada do município e a gestão inteligente do território, em linha com a Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes (ENTI);

- **Integração de Itwin, modelação 3D/4D e modelos hiper-realistas**, que suportam o planeamento preditivo, a gestão urbanística, a gestão de infraestruturas, a gestão do risco, a monitorização das alterações climáticas e a interação com as pessoas;
- **CONNECT – Central de Compras Públicas**, que assegura contratação pública integrada, sem custos de adesão, sem vínculos, com transparência, sustentabilidade e economias de escala, gerindo atualmente mais de 450 entidades aderentes e 35 acordos quadro distribuídos por 11 categorias de produto;
- **Projetos Green Energy e Underground Intelligence**, que viabilizam a gestão eficiente da iluminação pública e a gestão 3D do subsolo;
- **Qualidade, atualização e conservação dos dados**, como infraestrutura diferenciadora na gestão urbana, apoiada na melhor tecnologia, know-how e capacidade de processamento;
- **Utilização de soluções Open Source desde 2007** e inovação permanente alinhada com as orientações europeias de defesa dos organismos públicos contra o “aprisionamento tecnológico”;
- **Monitorização e integração progressiva de soluções de IA**, em coerência com os princípios de ética, transparência e responsabilidade na gestão de dados públicos.

Comum a todos estes projetos é o foco na redução de custos, na sustentabilidade e na independência tecnológica dos municípios. A nossa visão para a próxima década assenta em três grandes eixos: **inovação contínua, expansão colaborativa e governação pública orientada por dados**.

II CONTRATO-PROGRAMA

O desafio do contrato-programa representa uma mudança de paradigma na relação com os acionistas.

A celebração de contratos-programa com os municípios acionistas encontra fundamento na prossecução do interesse público municipal, promovendo, entre outros objetivos:

1. a eficiência energética;
2. a redução do risco e o bem-estar e segurança da população;
3. a atualização e integridade dos dados geográficos nos diferentes temas de suporte à atividade e gestão municipal e a sua utilização universal nos serviços do município;
4. a garantia do cumprimento dos instrumentos de gestão territorial (IGT);
5. a definição de medidas práticas e incrementais que orientem o acionista para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU;
6. o desenvolvimento e implantação de tecnologia digital com impacto social positivo.

O contrato-programa centra-se nos objetivos de eficácia e eficiência da gestão municipal que respondam à estratégia política definida pelos eleitos locais. O seu objeto assenta na capitalização da experiência diversificada de 26 anos de desenvolvimento e gestão de projetos de diferentes tipologias e em diferentes geografias, colocando esse património ao serviço de novos projetos estratégicos para o desenvolvimento dos municípios.

A preocupação comum é eliminar a redundância de aplicações e de informação/dados, atingindo uma gestão integrada, com processos inteligentes que a todos envolva e a todos beneficie.

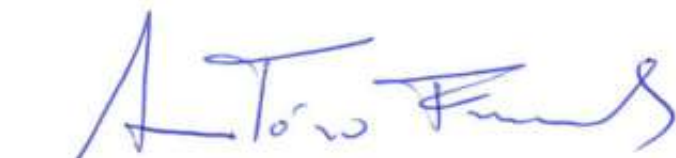
Procuramos materializar, de forma tangível, os ganhos resultantes da celebração destes contratos-programa, assegurando investimentos que gerem ganhos de eficácia, eficiência, redução de custos, sustentabilidade e independência relativamente a fornecedores de serviços, soluções e dados. Esta abordagem permite organizar, numa lógica moderna e alinhada com as melhores práticas, uma resposta integrada em temas como smart cities, IA, digitalização, alterações climáticas, riscos, inteligência de processos, dados e serviços, reforçando a identidade de cada município e a sua capacidade de resposta aos desafios atuais da governação.

O **Plano de Atividades e Orçamento para 2026** que agora apresentamos é coerente com os dois pilares centrais da estratégia da empresa: **a inovação** e o desenvolvimento de **contratos-programa** com os acionistas e, traduz opções de gestão empresarial responsáveis e sustentáveis, que defendem os interesses dos municípios e os postos de trabalho da equipa da Município.

A nossa visão é clara: evoluir de uma lógica de mera digitalização para uma lógica de inteligência pública — em que cada decisão é suportada por dados fiáveis, cada ação é avaliada em tempo real e cada cidadão é parte integrante de um ecossistema participativo e transparente. A Município quer continuar a ser um agente de futuro, colocando a ciência dos dados e a inteligência territorial ao serviço de uma administração mais moderna, colaborativa e sustentável — uma administração que decide melhor, age mais depressa e conhece verdadeiramente o território que serve.

Oeiras, 19 de dezembro de 2025

O Diretor Geral,



(António Fernandes)



3 | Governo da Sociedade

A Município é uma empresa local, constituída nos termos da Lei n58/98, de 18 de agosto, que aprovou a Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (entretanto revogada pela Lei n53-F/2006, de 29 de dezembro, e esta, subsequentemente, pela Lei n50/2012, de 31 de agosto); em conformidade com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 19º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE), que se rege pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

3.1. Objeto Social

Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação Trabalho aéreo Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional) Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética Soluções ambientais Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

3.2. Missão, Visão e Valores

A nossa Missão

Suportar os nossos clientes com know-how e Tecnologias de Informação Geográfica que permitam elevar as áreas técnicas, operacionais e organizacionais a níveis eficazes de gestão, onde a localização é o ponto-chave.

A nossa Visão

Queremos crescer lado a lado com os nossos clientes, consolidando a posição de parceiro de excelência para todos os sectores onde a localização geográfica é o ponto-chave, através da inovação e da melhoria contínua.

Os nossos Valores

Confiança

Direcionamos os nossos 25 anos de experiência para o cliente. Dedicamos a nossa energia, know-how e tecnologia a construir soluções únicas, capazes de superar qualquer desafio. Orgulhamo-nos de ambicionar o futuro, porque acima de tudo acreditamos que Cidades Inteligentes são Territórios Eficientes.

Responsabilidade

Temos uma equipa profissional focada em exceder expectativas e em permanente inovação, pois só assim conseguimos alcançar relações estáveis e duradouras com os nossos clientes. Trabalhamos diariamente para atingir resultados de excelência em todos os projetos que abraçamos.

Qualidade e Sustentabilidade

Organizamos tecnologia, know-how e a experiência das melhores equipas técnicas especializadas para garantir a oferta das melhores soluções de nova geração nas áreas de Cartografia, Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica. Todas as nossas soluções beneficiam de um planeamento cuidadoso, implementação inteligente e fácil utilização.

3.3. Objetivos estratégicos

A atividade da Município assenta na estratégia, espelhada no quadro abaixo, e que tem por base os mecanismos de boa gestão.



A gestão estratégica da Município tem sempre como base a missão, a visão e os valores definidos.

3.4. Monitorização e execução da estratégia

A monitorização da execução da estratégia da Município é efetuada periodicamente através de indicadores, metas, colocados no sistema de gestão de qualidade, permitindo uma análise do nível de cumprimento e a apresentação de ações para corrigir os eventuais desvios. Simultaneamente, a execução da estratégia é efetuada através de um conjunto de projetos estruturantes, sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente.

3.5. Estrutura de Capital

Acionistas	Número de ações	Valor da participação €	% da participação
Município de Oeiras	367,840	1,835,522 €	56,71%
Município de Vila Nova de Gaia	31,002	154,700 €	4,78%
Município de Maia	10,706	53,422 €	1,65%
Município da Figueira da Foz	15,000	74,850 €	2,31%
Município de Mafra	15,000	74,850 €	2,31%
Município de Sesimbra	15,000	74,850 €	2,31%
Município de Viseu	14,000	69,860 €	2,16%
Com Intermunicipal da Lezíria do Tejo	10,995	54,865 €	1,70%
Associação de Mun Reg Autónoma Açores	5,000	24,950 €	0,77%
Município da Covilhã	5,000	24,950 €	0,77%
Município da Sertão	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Ansião	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Bragança	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Castelo Branco	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Ílhavo	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Lagoa	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Leiria	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Loulé	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Monchique	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Paços de Ferreira	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Portimão	5,010	25,000 €	0,77%
Município de Vale de Cambra	5,000	24,950 €	0,77%
Município de Boticas	1,998	9,970 €	0,31%
Associação de Mun Vale Douro Norte	1,202	5,998 €	0,19%
Associação de Mun Douro Superior (AMDS)	1,002	5,000 €	0,15%
Município da Guarda	999	4,985 €	0,15%
Município de Aguiar Beira	999	4,985 €	0,15%
Município de Albergaria-a-Velha	1,004	5,010 €	0,15%
Município de Arganil	999	4,985 €	0,15%
Município de Barcelos	999	4,985 €	0,15%
Município de Cabeceiras de Basto	999	4,985 €	0,15%
Município de Góis	999	4,985 €	0,15%
Município de Gouveia	999	4,985 €	0,15%
Município de Idanha-a-Nova	999	4,985 €	0,15%
Município de Lamego	999	4,985 €	0,15%
Município de Mourão	999	4,985 €	0,15%
Município de Olhão	999	4,985 €	0,15%
Município de Oliveira do Hospital	999	4,985 €	0,15%
Município de Paredes	999	4,985 €	0,15%
Município de Penacova	999	4,985 €	0,15%
Município de Penamacor	999	4,985 €	0,15%
Município de Ponta Delgada	999	4,985 €	0,15%
Município de Portalegre	999	4,985 €	0,15%
Município de São João da Madeira	1,000	4,990 €	0,15%
Município de Santiago do Cacém	999	4,985 €	0,15%
Município de Sernancelhe	999	4,985 €	0,15%
Município de Sines	999	4,985 €	0,15%
Município de Trofa	999	4,985 €	0,15%

Município de Vila Nova de Poiares	999	4,985 €	0,15%
Município do Fundão	1,002	5,000 €	0,15%
Município de Ponte da Barca	1,004	5,010 €	0,15%
Associação de Mun PEFICA	1,002	5,000 €	0,15%
Município de Santa Marta Penaguião	999	4,985 €	0,15%
Município de São Pedro do Sul	999	4,985 €	0,15%
Município de Vieira do Minho	999	4,985 €	0,15%
Ações Próprias	64,891	323,807 €	10,00%
Totais	648,633	3,236,679 €	100%

3.6. Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Madalena Pereira da Silva Castro RepCM Oeiras

Administrador

Piedade Susana da Silva Pina Rep CMVN Gaia

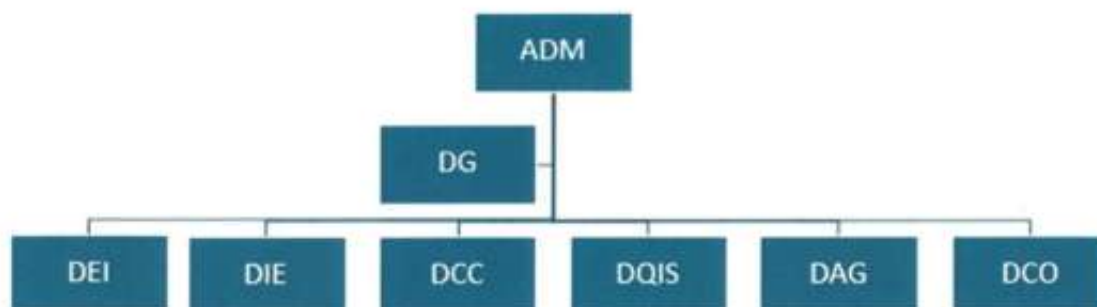
Administrador

FISCAL ÚNICO

Rui Manuel Tavares Leitão RepDiz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo
SROC nº 118

4 | Estrutura Organizacional



Designação das siglas:

- ADM – Administração
- DG – Diretor Geral
- DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas
- DIE – Direção de Inteligência Espacial
- DCC – Direção de Cartografia e Cadastro
- DQIS – Direção de Qualidade, Inovação e Sustentabilidade (deve ter internamente um comportamento matricial com o contributo de todas as áreas e para fora deve ter a função de vendas através da inovação sustentável)
- DAG – Direção de Administração e Governança
- DCO – Direção Connect

5 | Plano de Investimento Anual e Plurianual

Unidade: Euro

Descrição	Exercícios		
	2026	2027	2028
Hardware / Equipamento / Software	140.000	50.000	50.000
Investimento Total	140.000	50.000	50.000

Os investimentos aqui previstos terão fontes de financiamento suportadas em capital alheio e capital próprio, em função dos recursos existentes e da tipologia de investimento a materializar.



6 | Plano de formação

As horas previstas para formação em 2026 são as seguintes:

DIREÇÃO	HORAS
Cartografia e Cadastro	54
Connect	96
Engenharia e Infraestruturas	175
Inteligência Espacial	183
Administração e Governança	42
Total de horas previstas	550



7 | Plano de Atividades Anual e Plurianual

7.1. Direção de Cartografia e Cadastro

O principal objetivo da Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) é a aquisição, organização e produção de dados geográficos precisos, atualizados e confiáveis para responder às necessidades dos seus clientes.

A nossa dinâmica reside na profunda especialização nos segmentos e áreas em que atuamos, da tecnologia em que investimos, e também na nossa história de fornecimento de soluções e serviços de sucesso respeitando prazos e orçamentos. Para isto, empregamos pessoas talentosas e altamente profissionais cujo foco principal é o de fornecer aos seus clientes serviços de alta qualidade.

Com serviços de tecnologia de ponta que envolvem a aquisição de imagens aéreas (sensores de última geração operados a partir de aeronaves tripuladas e não tripuladas), a triangulação aérea, a fotogrametria, a topografia e a cartografia, os ortofotomapas, os modelos digitais do terreno e de superfície, os modelos tridimensionais de edifícios de monumentos e de barragens, o cadastro predial e a formação, garantimos soluções eficazes e de elevado rendimento orientadas para o fornecimento de dados, funcionalidade e integração de sistemas.

Este é o know-how que transportamos diariamente para os nossos clientes para apoiar as decisões, apoiar a gestão do território e formar recursos de forma a contribuir para o prestígio e afirmação nas áreas da GeoInformação e Tecnologia.

Neste sentido foi definida a estratégia da DCC, numa lógica de pleno alinhamento com a estratégia global da Município. A nossa atividade é guiada para contribuir para que a Município seja uma empresa mais inteligente, mais inovadora, procurando sempre ser eficiente e sustentável:

- Adotar tecnologias de ponta;
- Investir em software e hardware;
- Formação continua dos funcionários;
- Manter e/ou contratar profissionais qualificados com as habilitações necessárias;
- Inovação e proatividade;
- Desenvolver novas soluções e novos serviços geoespaciais;
- Explorar novas oportunidades de mercado;
- Participar em projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- Implementar processos otimizados;
- Continuar a adotar uma cultura de qualidade e melhoria contínua;
- Monitorizar e avaliar o desempenho da equipa;
- Estabelecer parcerias com instituições;
- Divulgar as suas atividades;
- Promover a comunicação interna e externa

A organização interna da direção obedece à tipologia de trabalho e competências pessoais nas diferentes áreas técnicas, nomeadamente:

7.1.1. Coberturas Aéreas em aeronaves tripuladas

A Município possui uma aeronave Cessna 402B preparada para o transporte de 2 sensores a bordo. Esta



característica permite voos combinados com dois sensores – câmara digital de largo formato e Lidar.

A operação dos sensores faz-se sobre uma plataforma giro estabilizada - ZI Mount, que garante a verticalidade das imagens aéreas. A câmara digital adquire em simultâneo várias bandas do espectro eletromagnético, incluindo o infravermelho próximo. A câmara digital de largo formato permite incrementar a nossa produtividade significativamente, garantindo maior rapidez de operação, melhor desempenho ambiental e significativas reduções de custo de operação. Esta tecnologia é muito eficaz e muito competitiva em coberturas aéreas de grandes áreas territoriais.

A Município com este sensor de largo formato é a única empresa no país capaz de oferecer aos seus acionistas e clientes diferentes resoluções (GSD), de 3 a 30 cm, com 4 bandas espectrais RGBI em coberturas de grandes áreas territoriais.

Complementarmente, a Município tem a capacidade de processamento e preparação dos dados adquiridos de forma rápida e segura para a execução de cartografia, ortofotomapas e também para a execução da cartografia temática, análise da ocupação do solo e, através da banda do infravermelho próximo, detetar áreas agrícolas e o estado fitossanitário das plantas, etc.

A tecnologia de sensores aéreos está em constante evolução, com o desenvolvimento de sensores cada vez mais precisos, eficientes e acessíveis. A nossa equipa de Aerial Survey acompanha de perto esta evolução tecnológica na produção de imagens aéreas digitais e respetivas aplicações.

A obtenção de imagens aéreas é um processo rápido e eficiente, permitindo atualizações contínuas e rigorosas da ocupação do solo.

A

7.1.2. Coberturas Aéreas em aeronaves não tripuladas (UAV)



A Município possui um DRONE Enterprise DJI 350 RTK equipado com um sensor fotogramétrico, um sensor LIDAR e um sensor Térmico de última geração.

Os "Veículos Aéreos não Tripulados" (UAV) oferecem uma versatilidade de operação inigualável, ao que acresce um exponencial desenvolvimento tecnológico em sensores especificamente desenvolvidos para serem operados nestas aeronaves, cada vez com maior abrangência temática e com resoluções espaciais nas imagens que projetam a gestão dos territórios para realidades nunca experimentadas.

Sensor Fotogramétrico



Efficiency to Cover It All Full-frame Camera

- 45MP Full-frame Sensor
- 4.4µm Pixel Size
- Low-noise, high sensitivity imaging extends daily operational time
- Take a photo every 0.7 s during the flight
- TimeSync 2.0 aligns the camera, flight controller, RTK module, and gimbal at the microsecond level



A Município produz coberturas fotogramétricas RGB com resoluções de 1 a 3 cm de GSD. Esta realidade coloca desafios junto da administração pública de significativos investimentos tecnológicos capazes de manipular estes dados cada vez com maior exatidão e precisão. A capacitação tecnológica e a capacitação das equipas em matéria de competências digitais são um fator de rutura na resposta da qualidade do serviço e na qualidade de vida das populações.

A modelação 3D e 4D da realidade, os modelos Digital Twin e Itwin serão a nova normalidade. Assumem particular importância as estratégias políticas relativas à conservação de dados (*data continuity*) e à sua qualidade. Será cada vez maior a exigência na qualidade dos dados e na garantia da sua interoperabilidade no governo da cidade.

A Município está preparada, tem a capacidade tecnológica, o Know-how e a experiência para apoiar as estratégias inovadoras dos nossos acionistas e clientes sem “*aprisionamento tecnológico*”.

Sensor LIDAR



A Município possui um sensor LIDAR Zenmuse L2 com as seguintes características:

ZENMUSE L2

Powerful Range, Elevated Precision



High Precision
Vertical Accuracy: 4 cm;
Horizontal Accuracy: 5 cm ^[1]
Exceptional Efficiency
2.5 km ² covered in a single flight ^[2]
Superior Penetration
Smaller laser spots, denser point clouds
Detection Range ^[3]
250m @10% reflectivity, 100klx
450m @50% reflectivity, 0klx

Os **dados Lidar** recolhidos a partir da aeronave ou de drone são uma fonte de informação crucial para projetos relativos ao ambiente, monitorizações das alterações climáticas, carbono, riscos, engenharia, agricultura, floresta, arqueologia, gestão de desastres e resposta a emergências, gestão de recursos hídricos e estudos de natureza científica. No que respeita aos riscos, os dados permitem a caracterização tridimensional de ribeiras ou rios, permitindo cartografar zonas de inundações, avaliar o potencial deslizamento de terras auxiliando na prevenção de desastres e na mitigação dos seus impactos.

A DCC tem realizado ao longo do tempo projetos Lidar muito interessantes, nomeadamente no estuário do Sado, em baixa mar, para estudo das pradarias das ervas daninhas, para o estudo da área de influência da descarga da Barragem de Odelouca, para as linhas de alta tensão e ainda para o aeroporto de Lisboa, entre outros. Realizámos a primeira cobertura de LIDAR para Oeiras em 2009.

Sensor Térmico



Características Técnicas do Sensor Térmico

Up to 34× Optical Zoom and 400× Digital Zoom

The Zenmuse H30 Series features a high-resolution 40MP zoom camera, supporting up to 34× optical zoom and an incredible 400× digital zoom. Compared to the previous generation,^[2] it not only observes subjects at greater distances but also captures more details.

More Stable Imagery from the Zoom Camera

With DJI's latest image stabilization algorithm, the Zenmuse H30 Series can effectively diminish shake in telephoto footage, delivering stable and clear imagery for detailed power line inspections.

Max 3000m Laser Range Finder

The laser range finder boasts a measurement range up to 25 times greater than the previous generation,^[3] accurately capturing the position information of subjects within a range from 3 m to 3000 m,^[4] including linear distance from the camera, altitude, and GPS coordinates.

Supports Full-Color Night Vision

Both the zoom and wide-angle cameras of the Zenmuse H30 Series can switch to Night Scene mode in low-light conditions, enhancing live view and recording quality. This ensures operational efficiency and accuracy at night, enabling continuous operation from day to night.

Supports Black and White Night Vision and NIR Illumination

In Night Scene mode, the Zenmuse H30 Series zoom camera supports IR Light for infrared enhancement and NIR Illumination.^[5] It switches the live feed to a grayscale image by removing the IR filter, thereby strengthening the contrast between light and dark areas, making it easier to locate subjects. When the NIR auxiliary light is enabled, the zoom camera can benefit from additional NIR illumination, which is especially helpful for night safety observation and search-and-rescue operations.

1280×1024 Infrared Resolution

The infrared thermal camera boasts a resolution of 1280×1024, 4× the previous generation,^[6] with up to 32× digital zoom. This allows for both an overview of the entire scene and the ability to zoom in on specific areas. At higher zoom levels, the Zenmuse H30T automatically activates a UHR (Ultra-High Resolution) Infrared Image function,^[7] ensuring the infrared images remain clear.

High-Res Mode for Precise Observation

Zenmuse H30T supports three infrared gain modes: High Gain mode for more precise temperature measurement, Low Gain mode for a wider temperature measurement range, and the new High-Res mode,^[8] which is especially useful for observing objects, people, or animals with small temperature differences, making it highly practical for security, emergency, and search-and-rescue operations.

Visual and IR Cameras Simultaneous Zoom

The Zenmuse H30T's zoom camera and infrared thermal camera support Link Zoom, allowing operators to scale the visible light and thermal images in tandem and maintain the same viewpoint. This side-by-side comparison of image details helps locate the subject faster, increasing efficiency while saving effort.

Temperature Measurement Range from -20° to 1600° C (-4° to 2912° F)

With the installation of an infrared density filter,^[9] the infrared thermal camera can measure temperatures up to 1600° C (2912° F), 3× the previous generation.^[10] This is particularly useful for firefighting and high-temperature operations as it allows for more effective judgment of temperature changes and rapid locating of hotspots, increasing rescue efficiency.

7.1.3. Digital Twins

A Município produz modelos 3D de interiores e exteriores com recurso a diferentes tecnologias que incorporou na sua cadeia produtiva, já referidas, a que acresce o Sensor para modelos hiper realistas da Matterport Pro3 que utiliza o poder da IA na extração e modelação dos dados.

Sensor Matterport Pro3



Produzimos modelos hiper realistas:

- Modelos 3D de edifícios interior e exterior (iTwin);
- Gémeos Digitais;
- Cadastro digital de inventário patrimonial;
- Documentação de danos em propriedades;
- Turismo, museus, património arquitetónico;
- Layout de espaços comerciais para exploração e venda de produtos;
- Produção de plantas automáticas;
- Relatórios funcionais dos espaços.

Por último, a DCC está comprometida com a qualidade, a confiabilidade e a acessibilidade da informação geoespacial que produz. A informação geoespacial é um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável do país, e por isso a DCC está empenhada em contribuir naquilo que são as suas funções para apoiar a gestão territorial, a segurança jurídica da propriedade, o acesso à informação e o desenvolvimento sustentável.

Promovemos a geração de valor dentro das instituições (públicas ou privadas), capacitando e dotando os nossos clientes das competências necessárias à sua autonomia para gestão diária dos produtos e soluções por nós produzidas.



Além do que foi referido a DCC propõe-se continuar a assegurar:

- a) *A produção de dados utilizando sensores de última geração fornecendo informação precisa e confiável;*
- b) *O reforço da equipa técnica especializada nas áreas de produção e processamento de dados;*
- c) *O apoio aos Municípios na promoção e implementação das novas Normas e Especificações Técnicas para a Cartografia Topográfica Vetorial e de Imagem;*
- d) *O apoio aos Municípios, organismos públicos e/ou entidade privadas na implementação do novo regime jurídico do cadastro predial que estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) e a carta cadastral;*
- e) *O desenvolvimento e implementação da aquisição de dados para novos projetos na área dos Modelos 3D das Cidades (realidade virtual) e Base de Dados 3D das Cidades, para promoção de serviços nas áreas da inteligência urbana (smart cities) sobretudo nos Municípios;*
- f) *Soluções de monitorização de rios e ribeiras através de tecnologia LiDAR com alta precisão que permite obter dados relevantes para a gestão e mitigação de riscos;*
- g) *Desenvolvimento de soluções e dados de suporte ao Observatório Municipal do Território (OMT).*

O que nos distingue?

Para garantir a qualidade e confiabilidade dos trabalhos realizadas a DCC conta com uma equipa de profissionais altamente especializados e experientes na área da aquisição de imagens aéreas, na topografia, na aquisição de vetores a 3 dimensões (restituição), no processamento de dados, na produção de ortofotomapas, MDT e MDS, no cadastro predial e na análise e integração de dados geoespaciais.

A qualidade dos nossos projetos assenta nos seguintes pilares:

- a) *Ética, integridade e profissionalismo;*
- b) *Respeito à confidencialidade;*
- c) *Planeamento detalhado;*
- d) *Execução rigorosa;*
- e) *Controlo de qualidade e transparência em todos os processos;*
- f) *Melhoria contínua.*

Entendemos que investir na qualidade e na tecnologia não é um custo, mas sim uma garantia de retorno e competitividade. A qualidade nos projetos é a chave para alcançar resultados excecionais, construir uma reputação sólida e garantir um elevado nível de desempenho.

E finalmente o que realmente nos importa é a avaliação do projeto pelo cliente e a sua satisfação. A busca pela qualidade não termina na entrega do projeto, é um processo contínuo que envolve:

- a) *Análise de resultados;*
- b) *Implementação de melhorias;*

c) *Cultura de qualidade.*

A qualidade é o resultado de um compromisso constante com a excelência e com a satisfação dos clientes, a DCC diariamente trabalha neste sentido de modo a fidelizar e a construir uma reputação sólida com os seus clientes.

7.2. Direção de Engenharia e Infraestruturas

A Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) da Município tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável dos seus clientes e da sociedade, através do conhecimento profundo dos seus ativos, da gestão eficiente dos seus recursos e da maximização do retorno do investimento.

As nossas ações são pautadas por valores como excelência, inovação, sustentabilidade, ética e compromisso com o cliente, procurando sempre oferecer soluções geradoras de impacto positivo e que transformem desafios em oportunidades.

Para alcançar a nossa missão, oferecemos um leque diversificado de serviços, que abrangem desde o cadastro e a gestão de infraestruturas (*Underground Intelligence*) até ao desenvolvimento de estudos e projetos de eficiência energética (*Green Energy*), hídrica, hidrológica e de outros recursos como infraestruturas instaladas.

O nosso know-how estende-se desde a gestão e monitorização de recursos, implementando observatórios de eficiência e controlo que permitem otimizar o uso eficiente dos ativos e garantir o retorno do investimento para os nossos clientes.

No Plano de Atividades 2026-2028, reafirmamos o nosso compromisso com a excelência dos serviços prestados, com a inovação tecnológica e com a procura de soluções que atendam às necessidades específicas de cada um dos nossos clientes.

Este plano de atividades está estruturado em sete seções, que abordam desde o contexto e as áreas de atuação da DEI, até às ações estratégicas, os indicadores de desempenho, o cronograma e as considerações finais.

7.2.1. Contexto Desafios e Oportunidades na Gestão de Infraestruturas em Portugal

Portugal enfrenta desafios complexos nas áreas de energia, sustentabilidade, gestão hídrica, digitalização e conectividade, que impactam diretamente na gestão de infraestruturas e nas decisões dos seus principais gestores, como municípios, entidades gestoras, concessionários, empresas e cidadãos.

Energia

Dependência energética: Portugal depende de fontes de energia externas, o que o torna vulnerável a flutuações de preços e instabilidades geopolíticas. De acordo com a publicação da DGEG “Energia em Números – Edição 2024”, a dependência energética de Portugal face ao exterior, cuja meta é de 65% para 2030, situou-se em 71,2% em 2022.

Neutralidade carbónica: O país tem metas ambiciosas de descarbonização, alinhadas com os objetivos da União Europeia, o que exige uma transição energética para fontes renováveis e eficientes. Portugal assumiu na Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas realizada em Marraquexe



(COP22), em 2016, o objetivo político de atingir a neutralidade carbónica da economia portuguesa até 2050. Este compromisso confirma o posicionamento de Portugal entre aqueles que assumem a liderança no combate às alterações climáticas e o apoio ao Acordo de Paris, tendo sido Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050). O RNC2050 demonstra que **a neutralidade carbónica até 2050 é económica e tecnologicamente viável**, e assenta numa redução de emissões entre 85% e 90% até 2050, face a 2005.

Autoconsumo e produção distribuída: A promoção do autoconsumo e da produção distribuída de energia é fundamental para aumentar a resiliência do sistema elétrico e reduzir a dependência energética. O PNEC 2030 define oito objetivos nacionais que visam dar corpo à visão estratégica de Portugal rumo à neutralidade carbónica e garantir o cumprimento das metas definidas para o horizonte 2030. Destaca-se um desses objetivos - **“Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país”**, que visa a promoção e disseminação da produção descentralizada, onde se incluiu o autoconsumo de energia a partir de fontes renováveis. O efeito prático desta ação tem relevância pois para além de contribuírem para a redução da emissão de GEE e de redução da dependência energética do país, permitem reduzir os custos e as perdas energéticos (nomeadamente com as redes de transporte e distribuição) e promover a otimização do consumo de energia, reforçando deste modo a competitividade empresarial e fomentando a coesão social e territorial.

Sustentabilidade de recursos

Eficiência hídrica: A gestão eficiente da água é crucial, especialmente em cenários de seca e alterações climáticas, exigindo soluções para reduzir perdas, otimizar o consumo e reutilizar águas residuais. O relatório do estado de ambiente de 2024 identifica, no que respeita à **escassez de água**, as RH com maior índice de escassez são a do Sado e Mira (RH6) e a das Ribeiras do Algarve (RH8) com 74% e 66%, respetivamente. Por outro lado, os setores com maior consumo de água são o agrícola (70%) e o urbano (13%).

Economia circular: A transição para uma economia circular, que valorize a reutilização e a reciclagem de recursos, é essencial para reduzir o impacto ambiental e promover a sustentabilidade. **Plano de ação para a economia circular (PAEC)** - pretende acelerar a transição da economia portuguesa para um modelo em que as atividades económicas não dependem da extração de matérias-primas e da produção de resíduos. Para o efeito prevê três ações concretas sendo uma delas nas várias áreas governativas, outra na agendas setoriais e outras regionais, enquadradas como ferramentas transversais para as metas de Portugal relativas às ODS.

Combate às alterações climáticas

Adaptação e resiliência: As infraestruturas devem ser projetadas e adaptadas para resistir aos impactos das alterações climáticas, como eventos climáticos extremos, inundações e seca. A temática da Adaptação aos impactos das Alterações Climáticas é, crescentemente, uma prioridade das políticas públicas em matéria de clima. Portugal não é exceção, tendo adotado a **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas – ENAAC** – programa prorrogado até dezembro 2025, que integra **seis áreas temáticas** transversais a todos os sectores: investigação e inovação, financiamento e implementação, cooperação internacional, comunicação e divulgação, adaptação no ordenamento do território e adaptação na gestão dos recursos hídricos.



Redução de emissões: A redução de emissões de gases de efeito estufa é um objetivo global, e as infraestruturas, especialmente nos setores de energia e transportes, têm um papel fundamental a desempenhar como já referenciado anteriormente.

Gestão hídrica

Perdas de água: As perdas nas redes de distribuição de água são um problema significativo em Portugal, exigindo investimentos em deteção de fugas e modernização das infraestruturas. De acordo com o relatório de ambiente de 2024, Portugal em 2022/2023 ainda apresenta uma avaliação mediana no indicador água não faturada, indiciando potencial de melhoria com a alteração de procedimentos de faturação e redução de perdas de água.

Saneamento e tratamento de águas residuais: A garantia do acesso a saneamento básico e o tratamento adequado de águas residuais são essenciais para proteger a saúde pública e o meio ambiente.

Digitalização e conectividade

Cidades inteligentes: A transformação digital das cidades, com a implementação de soluções inteligentes para gestão de infraestruturas, mobilidade urbana e serviços públicos, é uma tendência crescente. A Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes é uma medida prevista no Pilar III — Digitalização do Estado, do Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2020, de 21 de abril, e no Programa do XXIII Governo Constitucional, enquanto medida catalisadora da transição digital, no âmbito da sociedade digital, da criatividade e da inovação, enquanto desafio estratégico. No mesmo sentido, esta Estratégia é também um instrumento de política pública relevante para a prossecução dos ODS da Agenda 2030 para, nomeadamente o ODS 7 (Energias Renováveis e Acessíveis), o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), o ODS 13 (Ação Climática) e o ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos).

Conectividade: A expansão da conectividade, incluindo banda larga e redes 5G, é fundamental para o desenvolvimento económico e social do país. De acordo com dados da ANACOM quanto à distribuição 5G no território nacional, à data de 31 de março de 2024, as estações de base 5G reportadas encontravam-se distribuídas por 308 concelhos (a totalidade dos concelhos no país) e por 2176 freguesias (70% das freguesias no país). Mas esta cobertura é de serviço de rede móvel. Ao nível da rede fixa que importa às empresas serviços e população mais idosa e rural, ainda não existe uma cobertura total de rede de fibra ótica, e a existente, terá de ser reformulada para suportar a geração 5G.

Preocupações dos clientes

Os clientes da Municípi, como municípios e entidades gestoras de infraestruturas, enfrentam desafios específicos em relação a estas temáticas:

Cumprimento de ODS: Os municípios têm metas de sustentabilidade ambiciosas, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e precisam de soluções eficientes para alcançá-las.

Eficiência e otimização de recursos: A otimização do uso de recursos, como energia e água, é fundamental para reduzir custos e aumentar a sustentabilidade das operações.

Modernização de infraestruturas: As infraestruturas existentes precisam ser modernizadas para incorporar novas tecnologias e garantir a sua resiliência e eficiência.



Transição energética: A transição para fontes de energia renováveis e a promoção do autoconsumo são desafios importantes para os municípios e entidades gestoras.

Oportunidades para a Município:

Este contexto desafiador também apresenta oportunidades para a Município, que possui know-how e soluções para auxiliar os seus clientes a enfrentar estes desafios:

Serviços de consultoria e projetos: A Município oferece serviços de consultoria e elaboração de projetos para auxiliar os seus clientes na definição de estratégias, implementação de soluções e modernização dos serviços e infraestruturas.

Tecnologias e soluções inovadoras: A Município utiliza tecnologias e soluções inovadoras, como inteligência artificial, modelação 3D e plataformas de informação geográfica, para otimizar a gestão de infraestruturas e recursos.

Parcerias estratégicas: A Município estabelece as parcerias estratégicas necessárias com outras empresas e entidades para complementar sua oferta de serviços e atender às necessidades específicas de cada cliente.

Áreas de Atuação e Oferta de Serviços

A Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) da Município tem como missão capacitar o desenvolvimento sustentável de seus clientes, fornecendo o conhecimento e as ferramentas necessárias para a gestão eficiente das infraestruturas, com foco na otimização de recursos, na melhoria da qualidade de vida e na construção de um futuro mais resiliente.

a) Objetivos Gerais

Conhecer para gerir: Fornecer aos seus clientes o conhecimento detalhado das suas infraestruturas, através de cadastros precisos, modelação 3D e plataformas de inteligência de dados, permitindo a tomada de decisões estratégicas e a otimização da gestão de ativos.

Liderar a transição energética: Desenvolver e implementar projetos inovadores no cliente para promover a eficiência energética, o uso de energias renováveis e a redução de emissões de gases com efeito estufa.

Otimizar a gestão de recursos: Oferecer soluções eficientes para a gestão de recursos hídricos, energéticos e outros, visando a redução de perdas, o uso consciente e a economia circular.

Promover a digitalização das infraestruturas: Utilizar tecnologias digitais para modernizar a gestão das infraestruturas, aumentar a eficiência, melhorar a conectividade, manter o cadastro e conhecimento funcional e operacional em real time e criar cidades mais inteligentes.

Garantir a excelência dos serviços: Oferecer serviços de alta qualidade, personalizados para as necessidades de cada cliente, com foco na inovação, na ética e na satisfação do cliente.

Fortalecer a atuação em áreas estratégicas: Expandir a sua atuação em áreas como *Underground Intelligence*, *Green Energy* e outras, aproveitando as oportunidades do mercado e gerando valor para os clientes".

A Município, na DEI, **fornece aos seus clientes o conhecimento profundo e abrangente das suas infraestruturas**, através de soluções inovadoras que permitem a localização e o mapeamento, a modelação, a análise e a gestão inteligente de ativos.

Utilizamos tecnologias de ponta, como plataformas de informação geográfica e inteligência artificial, para transformar dados brutos em informações relevantes, **capacitando os nossos clientes a tomar decisões estratégicas, otimizar o uso de recursos e garantir a sustentabilidade das suas operações.**

b) Metas

Aumentar a satisfação do cliente com os serviços da DEI em 100% até 2027, através da melhoria da comunicação, do atendimento e da qualidade dos projetos e serviços.

Contribuir para o alcance dos ODS relevantes nos municípios onde atuar, através da implementação de ações e projetos que promovam a sustentabilidade, a eficiência dos recursos e a melhoria da qualidade de vida da população. Implementação de 10 projetos até 2027.

Underground Intelligence: Conhecer para Gerir com Segurança

O conhecimento detalhado do subsolo é fundamental para a gestão eficiente e segura das infraestruturas, a tomada de decisões estratégicas e a prevenção de riscos. A complexidade das redes subterrâneas (água, saneamento, drenagem, eletricidade, telecomunicações, gás, etc) exige soluções inovadoras e personalizadas para o seu cadastro e gestão.

A equipa da DEI da Município, líder em *Underground Intelligence* em Portugal, oferece um leque completo de serviços:

Modelos de dados e bases de dados: Projetamos e implementamos modelos robustos e eficientes para integrar e gerir informações complexas sobre redes subterrâneas.

Levantamento e manipulação de dados: Utilizamos tecnologias de ponta (sondagens, inspeção, georreferenciação, modelação 3D) para levantamentos precisos e detalhados.

Tratamento e conversão de dados: Transformamos dados brutos em informações relevantes para a gestão, convertendo-os para diferentes formatos e plataformas.

Atualização e manutenção: Garantimos que os dados e aplicações estejam sempre atualizados e a funcionar corretamente, com suporte técnico contínuo.

Energia (Green Energy): Rumo a um Futuro Energético Sustentável

A crescente preocupação com a sustentabilidade e a necessidade de otimizar o uso dos recursos energéticos impulsionam a procura por soluções eficientes e inovadoras no setor de Energia. A Município, atenta a esta tendência, oferece uma gama completa de serviços que visam contribuir para a transição energética e para a promoção de um futuro mais sustentável.

Com vasta experiência em *Green Energy*, a Município na sua Direção de Engenharia e Infraestruturas oferece serviços que abrangem desde a elaboração de estudos e projetos de eficiência energética, até à implementação de sistemas de energia renovável, a gestão de contratos de fornecimento de energia, a monitorização e controlo de consumo e a implementação de observatórios de energia.



a) Serviços

- Estudos e projetos de eficiência energética
- Implementação de sistemas de energia renovável
- Gestão de contratos de fornecimento de energia
- Monitorização e controlo de consumo
- Iluminação pública inteligente
- Consultoria e projetos
- Monitorização com implementação de observatórios
- Estratégias de otimização de recursos

b) Objetivos Específicos

- Gerir a Infraestrutura de Iluminação Pública de forma eficiente e sustentável
- Monitorizar e gerir o consumo de energia nas instalações municipais
- Avaliar a eficiência energética e gerir o Potencial Solar do território municipal
- Analisar novos projetos e desenvolver projetos de eficiência energética
- Contribuir com dados e informações para o desenvolvimento e consolidação do conceito City Hub
- Construir, manter e monitorizar uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) robusta e atualizada para as redes de energia
- Promover a melhoria contínua dos sistemas de informação e dos sistemas de informação geográfica do município para as infraestruturas de energia
- Contribuir para a gestão inteligente do território no âmbito das redes de energia
- Apoiar a estratégia política de descarbonização e eficiência energética dos municípios
- Gerir a infraestrutura de IP em nome dos municípios

c) Benefícios da Green Energy

- Economia de energia
- Sustentabilidade
- Independência energética
- Valorização do imóvel
- Responsabilidade social
- Gestão profissional da infraestrutura

Gestão da Infraestrutura de IP

A Município oferece serviços de gestão da infraestrutura de IP, atuando em nome dos municípios para garantir o bom funcionamento e a otimização dos ativos instalados.



O nosso know-how em diagnosticar problemas e gerir a disponibilidade da infraestrutura, potenciando-a estrategicamente para servir outras valências, permite oferecer soluções completas e personalizadas para cada cliente e trazer mais valor aos ativos e até gerar receitas.

Atuamos na gestão da infraestrutura por meio de diferentes modelos contratuais, como concessão, contrato de mandato ou contrato programa, adaptando-nos às necessidades e preferências de cada município.

a) Exemplo de Sucesso

A Município tem orgulho de compartilhar um exemplo recente de seu trabalho em prol da eficiência energética e da sustentabilidade: os projetos desenvolvidos para os municípios de Rio Maior e Benavente, que consistiram na substituição de luminárias de descarga por LED em mais de 90% dos seus territórios.

Com a implementação dessa solução projetada e estudada pela nossa equipa, os municípios obtiveram uma redução de consumo de energia superior a 50%, o que representa uma economia significativa para os cofres públicos e contribui para a preservação do meio ambiente.

Além da redução de custos, a substituição das luminárias também trouxe outros benefícios para a população, como a melhoria da qualidade da iluminação pública, proporcionando maior conforto e segurança para os cidadãos.

Os resultados alcançados em Rio Maior e Benavente demonstram a capacidade da Município de oferecer soluções eficientes e sustentáveis para seus clientes, gerando valor para a sociedade e contribuindo para a construção de um futuro mais verde e próspero.

Acreditamos que este é o caminho para um futuro energético mais sustentável e estamos comprometidos em continuar trabalhando com nossos clientes para alcançar resultados ainda mais expressivos.

b) Compromisso

Acreditamos que a energia é um recurso fundamental para o desenvolvimento da sociedade e que a sua utilização deve ser feita de forma responsável e sustentável. Por isso, a Município está comprometida em oferecer soluções inovadoras e eficientes para o setor de Energia, contribuindo para a construção de um futuro mais verde e próspero rumo à neutralidade carbónica.

A Município reafirma o seu compromisso com a excelência dos serviços prestados, com a inovação tecnológica e com a procura por soluções que atendam às necessidades específicas de cada cliente. Estamos certos de que, juntos, podemos construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.

A crescente preocupação com a sustentabilidade e a necessidade de otimizar o uso dos recursos energéticos têm impulsionado a procura por soluções eficientes e inovadoras no setor de Energia. A Município, atenta a esta tendência, oferece uma gama completa de serviços que visam contribuir para a transição energética e para a promoção de um futuro mais sustentável.

Com vasta experiência em Energia (*Green Energy*), a Município na sua Direção de Engenharia e Infraestruturas oferece serviços que abrangem desde a elaboração de estudos e projetos de eficiência energética, até à implementação de sistemas de energia renovável, a gestão de contratos de fornecimento de energia, a monitorização e controlo de consumo e a implementação de observatórios de energia.

Água, Saneamento e Redes Pluviais: Gerindo a Água com Inteligência e Sustentabilidade

A gestão eficiente dos recursos hídricos é fundamental para a sustentabilidade e o bem-estar da sociedade. A Município, atenta a esta necessidade, oferece uma gama completa de serviços que visam fornecer aos clientes o conhecimento e as ferramentas necessárias para a utilização racional da água, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Com vasta experiência e know-how em Água, Saneamento e Redes Pluviais, a Município na sua direção de engenharia e infraestruturas, oferece serviços que abrangem desde a elaboração de estudos e projetos de eficiência hídrica, até a detecção de fugas e perdas, a modelação de redes de água, saneamento e pluvial, a implementação de soluções para a gestão sustentável dos recursos hídricos, a detecção de ligações indevidas de saneamento na rede pluvial, e a modelação de redes pluviais para o controlo de cheias.

a) *Serviços*

- Estudos e projetos de eficiência hídrica
- Detecção de fugas e perdas
- Modelação de redes de água e saneamento
- Detecção de ligações indevidas de saneamento na rede pluvial
- Modelação de redes pluviais para controlo de cheias

b) *Objetivos Específicos*

- Fornecer aos clientes informações e diagnósticos precisos sobre as redes de água, saneamento e pluviais
- Desenvolver estudos e projetos de eficiência hídrica, sistemas de drenagem urbana e outras áreas relacionadas com a gestão de recursos hídricos
- Realizar inspeções e diagnósticos de estruturas pluviais, como galerias e redes de drenagem
- Assegurar que todos os reports, incluindo os relativos ao setor de Água, Saneamento e Redes Pluviais, cumpram rigorosamente as normas estabelecidas pela ERSAR

c) *Metas*

- Elaborar e fornecer estudos e diagnósticos sobre as redes de água, saneamento e pluviais para 2 clientes até 2027
- Realizar e fornecer 3 inspeções e diagnósticos de estruturas pluviais para clientes até 2027

d) *Benefícios da Gestão Inteligente da Água*

- Redução de custos
- Preservação do meio ambiente
- Melhoria da qualidade de vida
- Conformidade com a ERSAR

e) *Casos de sucesso:*

Experiência e Sucesso em Cadastro e SIG: A Município possui um histórico sólido e comprovado em cadastro de infraestruturas de água, saneamento e redes pluviais, tendo contribuído para a implementação de sistemas de informação geográfica (SIG) em diversos municípios.



Inspeção e Diagnóstico de Estruturas Pluviais: A equipa da Município da DEI possui know-how em inspeção e diagnóstico de estruturas pluviais, como galerias e redes de drenagem, que permitem identificar problemas estruturais graves.

Telecomunicações: Conectar o Futuro com Inteligência

A infraestrutura de telecomunicações é um pilar fundamental para o desenvolvimento da sociedade, impulsionando a conectividade, o acesso à informação e à inclusão digital. Os municípios desempenham um papel crucial na gestão e expansão destas redes, e a Município, atenta a esta importância, oferece uma gama completa de serviços que visam fornecer aos clientes o conhecimento, as ferramentas e o suporte necessários para a gestão destas infraestruturas do domínio municipal, em conformidade com as normas e requisitos do SIIA da ANACOM, e com o objetivo de auxiliar os municípios no conhecimento, gestão e otimização das mesmas.

Com vasta experiência e know-how em Telecomunicações, na DEI, a Município oferece serviços que abrangem desde o cadastro de redes existentes até à gestão da infraestrutura de alojamento, sempre alinhados com as diretrizes do SIIA e com as melhores práticas do setor.

a) Serviços

- Cadastro de redes de telecomunicações (em conformidade com o SIIA)
- Estudos e projetos de infraestrutura de telecomunicações
- Disponibilidade da infraestrutura e potencial de aluguer (em conformidade com a ANACOM)

b) Objetivos Específicos

- Fornecer aos municípios e gestores destas infraestruturas informações e diagnósticos precisos sobre as redes de telecomunicações e infraestrutura de alojamento
- Elaborar estudos e projetos de infraestrutura de telecomunicações
- Analisar a disponibilidade e o potencial de aluguer da infraestrutura existente
- Capacitar os municípios para a gestão eficiente das suas infraestruturas de telecomunicações
- Gerir a infraestrutura de telecomunicações em nome dos municípios

c) Benefícios da Gestão Inteligente de Telecomunicações

- Conhecimento detalhado da infraestrutura
- Planeamento eficiente da infraestrutura
- Otimização da utilização dos recursos
- Conformidade com a regulamentação
- Gestão profissional da infraestrutura

d) Gestão da Infraestrutura de Telecomunicações

A Município oferece serviços de gestão da infraestrutura de telecomunicações, atuando em nome dos municípios para garantir o bom funcionamento e a otimização dos ativos instalados.

O nosso know-how em diagnosticar problemas e gerir a disponibilidade de espaços, conforme exigido pela ANACOM, permite oferecer soluções completas e personalizadas para cada cliente.

Atuamos na gestão da infraestrutura por meio de diferentes modelos contratuais, como concessão, contrato de mandato ou contrato programa, adaptando-nos às necessidades e preferências de cada município.

e) Exemplos de Sucesso

A Município tem o orgulho de compartilhar exemplos de sucesso em trabalhos realizados em Leiria e no Porto de Leixões, que permitiram identificar e diagnosticar o estado das infraestruturas de alojamento.

Nesses projetos, realizamos inspeções detalhadas e análises técnicas que revelaram informações cruciais sobre a condição das estruturas, incluindo a identificação de problemas como infiltrações, corrosão, danos estruturais, grau de ocupação, redes velhas e desativadas entre outros aspetos.

Com base nesses diagnósticos precisos, os clientes puderam tomar decisões informadas e eficazes sobre as intervenções necessárias para garantir a segurança, a funcionalidade e a longevidade das infraestruturas.

Expropriações: Conduzindo Processos com Justiça e Eficiência

A realização de projetos de infraestrutura e o seu desenvolvimento muitas vezes exige a expropriação de propriedades privadas. A Município, ciente da complexidade e dos desafios inerentes a esse processo, oferece uma gama completa de serviços especializados na área de Expropriações, com o objetivo de auxiliar os seus clientes a superar os obstáculos e a alcançar seus objetivos, sempre atuando em estrita conformidade com o Código das Expropriações e demais legislações aplicáveis.

Com vasta experiência e know-how em Expropriações, a equipa da DEI da Município oferece serviços que abrangem desde a elaboração de cadastro predial até a avaliação de imóveis, a negociação com proprietários e o acompanhamento de processos judiciais, sempre com o compromisso de garantir a justiça, a transparência e a eficiência em todas as etapas do processo.

a) Serviços

- Elaboração de cadastro predial
- Avaliação de imóveis
- Negociação com proprietários
- Acompanhamento de processos judiciais
- Consultoria e assessoria
- Gestão cadastral integrada

b) Objetivos Específicos

- Atuar com ética e transparência em todas as etapas do processo de expropriação
- Navegar pela complexa burocracia inerente aos processos de expropriação
- Identificar e localizar proprietários de imóveis, mesmo em situações complexas e na ausência de cadastro geométrico rigoroso
- Garantir a conformidade de todos os processos com o Código das Expropriações e demais legislações aplicáveis

- Gerar valor para o cliente final, entregando resultados de alta qualidade

c) *Benefícios da Gestão Inteligente de Expropriações*

- Agilidade e eficiência
- Justiça e transparência
- Segurança jurídica
- Redução de custos
- Satisfação dos clientes

d) *Relato de Desafio Superado*

A Município participou em projetos desafiadores, como o da ferrovia da linha do Douro entre Marco de Canaveses e Peso da Régua, onde a identificação dos proprietários e o cadastro no terreno se mostraram um obstáculo complexo devido à falta de cadastro geométrico rigoroso na região.

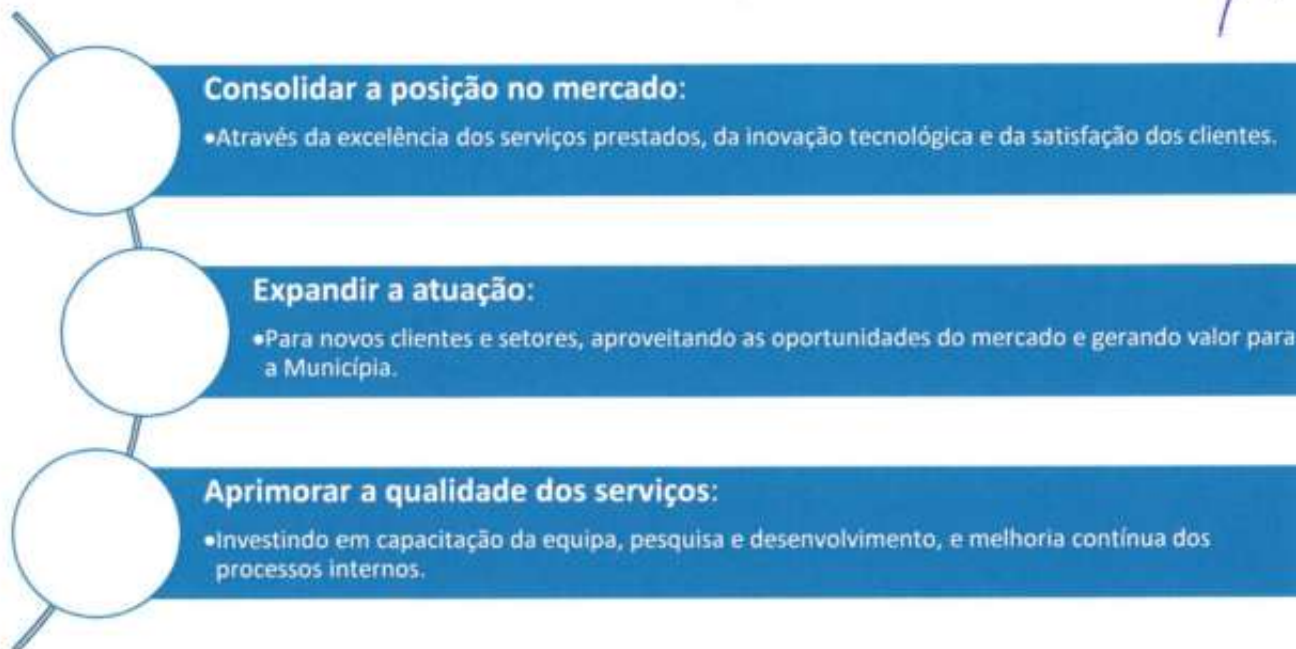
No entanto, com um trabalho metódico e persistente, a equipa da DEI conseguiu identificar o máximo de proprietários possível, entregando um resultado de alta qualidade que, apesar dos desafios e prazos apertados, satisfaz o cliente final.

Esse projeto demonstra a capacidade das equipas da Município de superar obstáculos e gerar valor para seus clientes, mesmo em situações complexas e com alta indefinição de fatores externos.

7.2.2. Ações Estratégicas: O Caminho para o Sucesso em 2026-2028

A Município definiu na DEI um conjunto de ações estratégicas para o triénio 2026-2028, procurando consolidar a sua posição no mercado, expandir a sua atuação para novos clientes e setores, e aprimorar a qualidade dos serviços prestados. As ações estão organizadas por área de atuação e foco estratégico, conforme detalhado abaixo:

Foco Estratégico



Atuação Estratégica por Área de Atuação da Direção de Engenharia e Infraestruturas

Energia:

- Desenvolver campanhas de comunicação para divulgar os serviços da DEI no setor de energia.
- Participar de eventos e feiras do setor para apresentar as soluções da Município e estabelecer contactos com potenciais clientes.
- Prospetar ativamente novos clientes no setor de energia, apresentando propostas personalizadas e demonstrando o valor dos serviços da DEI.

Telecomunicações:

- Elaborar materiais de comunicação (folhetos, apresentações, etc.) para divulgar os serviços da DEI no setor de telecomunicações.
- Promover workshops e apresentações para municípios e outras entidades, demonstrando o conhecimento e a experiência da DEI na gestão de infraestruturas de telecomunicações.
- Prospetar ativamente contratos de longa duração com municípios e outras entidades para a gestão de suas infraestruturas de telecomunicações.

Água, Saneamento e Pluviais:

- Desenvolver uma estratégia comercial específica para o setor de água, saneamento e pluviais, identificando os principais clientes e as suas necessidades.
- Criar parcerias com outras empresas e entidades que atuam no setor, complementando a oferta de serviços da DEI.

Underground Intelligence:

- Prospetar ativamente novos clientes para os serviços de *Underground Intelligence*, apresentando propostas personalizadas e demonstrando os benefícios da solução.
- Divulgar *cases* de sucesso da DEI na área de *Underground Intelligence*, demonstrando a capacidade da equipa em lidar com projetos complexos e gerar resultados positivos.

Expropriações:

- Estabelecer contacto com empresas e entidades que necessitam de serviços de expropriação, apresentando o portfólio da DEI e demonstrando a sua experiência na área.
- Desenvolver materiais de comunicação (folhetos, apresentações, etc.) para divulgar os serviços da DEI na área de expropriações.

Capacitação da Equipa:

- Contratar profissionais qualificados para integrar a equipa da DEI, expandindo a capacidade técnica e a experiência da direção.
- Implementar um programa de formação contínua para a equipa, garantindo que os profissionais estejam sempre atualizados com as últimas tecnologias e melhores práticas do mercado.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Desenvolver ferramentas de inteligência artificial (IA) para otimizar a gestão de infraestruturas e a análise de dados.
- Renovar os sensores utilizados nos levantamentos e inspeções, garantindo a precisão e a qualidade dos dados coletados.

7.2.3. Cronograma: Planear o Sucesso

O cronograma a seguir apresenta as ações estratégicas definidas pela Município para a DEI para o triênio 2026-2028, com foco na execução das ações em 2026 e no primeiro trimestre de 2026, e no alcance das metas de contratos e clientes até o final de 2028.

A

Período	Ação Estratégica	Atividades
2026	Energia + Iluminação Pública	
	Desenvolver campanhas de comunicação	Elaborar materiais, definir canais, criar conteúdo
	Participar de eventos e feiras	Selecionar eventos, preparar materiais, contatar clientes
	Captar novos clientes	Identificar clientes, elaborar propostas, negociar contratos
	Underground Intelligence	
	Captar novos clientes	Identificar clientes, elaborar propostas, negociar contratos
	Divulgar casos de sucesso	Elaborar materiais de divulgação, contactar clientes, divulgar resultados
	Expropriações	
	Estabelecer contacto com empresas	Identificar empresas, agendar reuniões, apresentar propostas
	Capacitação da Equipa	
	Implementar programa de formação	Definir temas, pesquisar cursos de capacitação direcionados em modelo e-learning, realizar ações
	Pesquisa e Desenvolvimento	
	Desenvolver ferramentas com recurso a IA	Pesquisar tecnologias, desenvolver ferramentas quer para melhorar desempenho na produção quer para analisar dados
	Renovar Equipamentos de sondagem e inspeção	Pesquisar fornecedores, solicitar orçamentos
2027-2028	Todas as áreas	
	Acompanhar ações estratégicas de 2026	Motorização das atividades, avaliar resultados, ajustar estratégias
	Apostar em contratos de longa duração	Ação comercial, Elaboração de propostas

Período	Ação Estratégica	Atividades
	Atingir metas de contratos de longa duração	Acompanhar número e valor dos contratos
	Atingir metas de clientes e contratos globais	Acompanhar número de novos clientes e contratos

Observações

- Este cronograma é uma simplificação do planejamento detalhado para a DEI e tem como objetivo apresentar uma visão geral das ações estratégicas e seus prazos
- Os prazos para cada atividade podem ser ajustados de acordo com as necessidades e os recursos disponíveis
- O acompanhamento do cronograma será realizado periodicamente para garantir que as ações estratégicas sejam realizadas dentro dos prazos estabelecidos

Com este cronograma simplificado, a DEI demonstra seu compromisso com a realização de suas ações estratégicas de forma organizada e eficiente, visando o alcance de seus objetivos de crescimento e sucesso.

vii) Considerações Finais: Reafirma o compromisso da Município pela DEI

Acreditamos que este plano de atividades, elaborado com base numa análise criteriosa do mercado e dos pontos fortes da DEI, é um guia fundamental para o nosso sucesso e para o sucesso da Município nos próximos anos.

O Plano de Atividades da DEI para o triênio 2026-2028 representa um roteiro estratégico para esta direção, delineando as ações e metas que impulsionarão o seu crescimento e consolidação no mercado.

Acreditamos que, com o compromisso e a dedicação de toda a equipa, a DEI alcançará os objetivos definidos aqui definidos e se consolidará a Município como referência em soluções de engenharia e infraestruturas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população.



7.3. Direção Connect

Esta unidade tem como finalidade principal reconhecer a contratação pública como instrumento de transparência e concorrência de mercado e, ainda, promover a racionalidade das compras de bens móveis e serviços da empresa e dos seus aderentes ou/e acionistas, assegurando-se a segurança, a regularidade e a legalidade do abastecimento, através da definição de estratégias e políticas a adotar em matéria de compras, armazenamento, existências e inventariação.

Objetivos estratégicos:

- a) Promover a uniformização e a normalização dos procedimentos de contratação pública de aquisição de bens móveis e de serviços em conformidade com as normas vigentes;
- b) Elaborar e divulgar Acordos Quadro;
- c) Elaborar, para cada exercício económico, o plano dos procedimentos de contratação e propor as medidas que se mostrem adequadas à boa gestão da atividade anual esperada;
- d) Colaborar com as diversas unidades orgânicas na identificação do enquadramento jurídico mais adequado aos procedimentos de aquisição de bens móveis e serviços e de empreitada;
- e) Elaborar, em articulação com as unidades orgânicas ou com outras entidades aderentes, as peças jurídicas de suporte aos procedimentos pré contratuais de aquisição de bens móveis e serviços;
- f) Promover e acompanhar a tramitação dos procedimentos concursais na plataforma de contratação eletrónica;
- g) Elaborar os anúncios dos procedimentos concursais e promover a respetiva publicação;
- h) Assegurar a uniformização dos processos e procedimentos de contratação pública de bens e serviços, com o cumprimento das normas e procedimentos aplicáveis, com ligação à lógica organizacional das funções transversais promovendo a cultura de serviço partilhado numa ótica de eficácia e eficiência.

Para alcançar tais objetivos urge estruturar e organizar a equipa de contratação pública de modo a assegurar o bom e regular funcionamento da atividade da empresa, como forma de posicionar a empresa como agente de mudança e potenciador de comportamentos sustentáveis, através da Central de Compras – Connect® através do desenvolvimento das seguintes atividades:

- Planear a atividade a desenvolver pela Central de Compras para com os seus aderentes e bem assim de todas as aquisições da empresa, assegurando a determinação estratégica dos principais investimentos a realizar, em estreita colaboração com as entidades aderentes e para os serviços da sociedade;
- Promover a uniformização de procedimentos internos em matéria de contratação pública, em compatibilização com as normas e procedimentos estabelecidos no sistema de anticorrupção;
- Elaborar manuais de boas práticas que possam auxiliar os serviços na preparação e tramitação dos procedimentos de contratação pública;
- Implementar procedimentos internos que contribuam para a promoção de procedimentos de contratação pública alinhados com o princípio das compras verdes;
- Preparar minutas de peças de procedimento que possam auxiliar os serviços na instrução dos procedimentos de contratação pública e que permitam uma maior sensibilização para os aspetos da contratação pública ecológica;
- Estabelecer a estratégia e as políticas de compra e de *sourcing* para as categorias de bens e serviços superiormente determinados;



- Promover e assegurar a agregação de necessidades de compras, incluindo a consolidação do planeamento de necessidades, a análise, normalização e standardização de especificações de produtos e serviços a adquirir;
- Estimar o valor potencial de poupança a obter, através da agregação de necessidades de compras;
- Conduzir procedimentos, no que respeita às categorias de produtos e serviços definidos como transversais e proceder, quando aplicável, à gestão dos respetivos contratos e relações com fornecedores;
- Monitorizar o desempenho da função de compras eletrónicas e avaliar o impacto (poupanças) dos procedimentos;
- Elaborar e promover regras e procedimentos que simplifiquem e racionalizem os processos de aquisição e aprovisionamento;
- Definir critérios de compra e de aquisição de bens e serviços em articulação com as restantes Unidades Orgânicas;
- Prestar apoio às Unidades Orgânicas, nos processos de aquisição de bens e serviços;
- Agir em prol do desenvolvimento sustentável de forma a gerar impacto positivo sobre a sociedade, o ambiente e a economia.



7.4. Direção de Inteligência Espacial

A Direção de Inteligência Espacial (DIE) tem como principal objetivo a implementação de Planos de Transformação Digitais das Cidades através de Plataformas de Gestão de base geográfica, tendo como premissa a centralização de toda a informação geográfica, garantindo o rigor e atualização da mesma, por forma a possibilitar a sua disponibilização aos técnicos e executivo municipais, no domínio da gestão do território, no apoio à tomada de decisão, garantido um melhor serviço ao Município.

Tendo em conta estes objetivos, as principais atribuições da DIE, consistem na Implementação de Soluções que permitam gerir a informação e adequar a sua exploração às necessidades específicas; na Aquisição e Manutenção de Informação Geográfica, procurando a cada momento empregar as metodologias e técnicas mais adequadas tendo em vista os objetivos específicos de cada aquisição; na Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica, no sentido de apoiar na análise e exploração da informação e na elaboração de estudos e projetos de base geográfica; e na Formação nesta temática da informação geográfica.

Para a concretização destes objetivos a DIE aposta em soluções abertas e inovadoras que decorrem de 26 anos de experiência em projetos desta natureza.

Adicionalmente a DIE presta serviços às restantes unidades orgânicas, que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, nomeadamente, através da Auditoria e Manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa (Data Center), do Help Desk e no desenvolvimento e análise de soluções tecnológicas inovadoras que permitam incrementar a produtividade das tarefas das restantes direções.

7.4.1. Estratégia

- Contribuir para a gestão territorial inteligente e eficiente;
- Promover a inovação tecnológica ao serviço das populações na qualidade dos serviços municipais;
- Garantir a plena digitalização dos serviços "com propósito"
- Contribuir para o desenvolvimento de soluções "FIT to Purpose" que reúnam as melhores práticas;
- Apostar em soluções ✓ Modernas ✓ Robustas ✓ Escaláveis ✓ Seguras ✓ Simples;
- Apostar na prestação de um leque de serviços inovador, designadamente a entidades participantes e clientes públicos, em áreas como a consultoria na sistematização organizativa de instituições públicas, nos serviços de Sistemas de Informação Geográfica e na tramitação digital de processos;
- Apostar na qualidade, diversidade e na utilização da informação, promovendo soluções analíticas robustas de suporte à decisão
- Promover a modelação 3D do território, de suporte à monitorização, avaliação de impactos e previsão dos riscos, das alterações climáticas, do ordenamento do território e ambiente
- Promover a rentabilização dos investimentos em tecnologia, eliminar sobreposições, analíticas e funcionais dos sistemas;

- Promover a criação de cidades inteligentes, sustentáveis e inclusivas com as melhores práticas de utilização das tecnologias digitais;
- Garantir gestão integrada das soluções de gestão nas suas componentes administrativas e técnicas e, assegurar a máxima eficácia na exploração dos sistemas;
- Promover o desenvolvimento de uma estratégia no âmbito das "smart cities".

7.4.2. Organização Da Direção

A organização da DIE divide-se nas seguintes Unidades funcionais:

Unidade de Desenvolvimento Apicacional

Esta unidade é responsável pelo desenvolvimento de soluções de base geográfica, tendo em conta as mais recentes tecnologias e metodologias de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento apicacional é exclusivamente suportado em software *Open Source* para Sistemas de Informação Geográfica, tendo em conta as mais recentes tecnologias e as necessidades prementes de disponibilização de serviços on-line pelas administrações municipais.

Este foi um investimento estratégico importante no desenvolvimento de software que permite que os clientes dispensem licenciamentos anuais de software de base e manter a independência relativamente a software proprietário, procurando a cada momento as ferramentas mais adequadas a cada situação. Neste âmbito foi criada uma equipa dedicada que disponibiliza ambientes aplicacionais de base tecnológica disruptiva e a custos controlados.

Desde o início foram desenvolvidas plataformas, baseadas em Software *Open Source*, com o objetivo de difundir a utilização da informação geográfica, agilizar e simplificar os processos administrativos dentro dos serviços municipais e entre a administração e os munícipes. Estas soluções apresentavam como principal vantagem ter um licenciamento único para um número ilimitado de utilizadores, podendo funcionar em ambiente de Internet/Intranet.

The screenshot displays the CityHub portal interface. At the top, the 'cityhub' logo is on the left, and a search bar and user profile icon are on the right. Below the header, the 'Serviços Digitais' (Digital Services) section is highlighted. It contains six service cards arranged in a 3x2 grid, each with an icon, a title, a brief description, and a right-pointing arrow.

Serviço	Descrição
O Meu Bairro	Apresenta a participação ativa dos munícipes na gestão do seu autarquia com sempre atualizada.
Plantas de Localização	Plantas de localização para operações urbanísticas e IMEDCI.
Plataforma Green Energy	A Carta de Potencial Solar permite a identificação rápida e georreferenciada do potencial dos edifícios para a instalação de sistemas de captação de energia solar.
Metadados	Portal de Metadados.
Gestão de Cadastro Arbóreo e Espaços Verdes	Plataforma para a gestão e utilização de Espaços Verdes e Cadastro Arbóreo.
Gestão de Frotas	Monitorização, gestão e geolocalização de viaturas.

Mais recentemente, este conhecimento acumulado ao longo dos anos, permitiu evoluir para uma plataforma de gestão inteligente do território – CityHub.pt, que foi desenvolvida numa altura em que o acesso aos serviços municipais começou a ser maioritariamente digital.

Assente em software *Open Source* e adaptada às necessidades do município e da complexidade das suas operações diárias, esta é uma Plataforma que centraliza várias soluções de gestão municipal e ambiciona responder às necessidades de estruturação urbana do território, fortalecendo a visão de desenvolvimento territorial partilhada entre os agentes do território.

A plataforma CityHub.pt cumpre, ao nível local, os objetivos do desenvolvimento sustentável traçados a nível mundial, criando territórios inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

O CityHub.pt é um mecanismo essencial para a gestão territorial inteligente e eficiente. Atua como um ponto centralizador de dados urbanos, tecnologias e processos, apoiando a tomada de decisões baseadas em informação geoespacial precisa. O objetivo é promover um ambiente urbano mais conectado, sustentável e resiliente, garantido as seguintes Competências Funcionais:

a) Integração de Dados e Sistemas

- Centraliza dados de diversos setores (transporte, segurança, meio ambiente, energia, etc);
- Garante a interoperabilidade entre sistemas públicos e privados;
- Cria um repositório único de informação urbana.

b) Monitorização em Tempo Real

- Pode utilizar sensores, câmaras e IoT para monitorizar o funcionamento da cidade;
- Implementa alertas precoces para eventos críticos.

c) Tomada de Decisão Baseada em Dados

- Oferece *dashboards* interativos para gestão pública;
- Permite prever tendências e antecipar problemas.

d) Gestão de Emergências e Crises

- Permite coordenar respostas rápidas a desastres naturais e situações de crise;
- Integra sistemas de comunicação para resposta eficiente.

e) Envolvimento do Cidadão

- Oferece plataformas para a participação cidadã na gestão urbana;
- Disponibiliza informação de forma acessível e transparente.

f) Otimização de Recursos

- Permite gerir recursos como água, energia e transportes;
- Reduz custos e desperdícios com soluções inteligentes.

g) Planeamento Urbano Estratégico

- Apoia planos diretores baseados em dados atualizados;
- Simula cenários futuros para avaliação de impactos.

h) Governança e Transparência

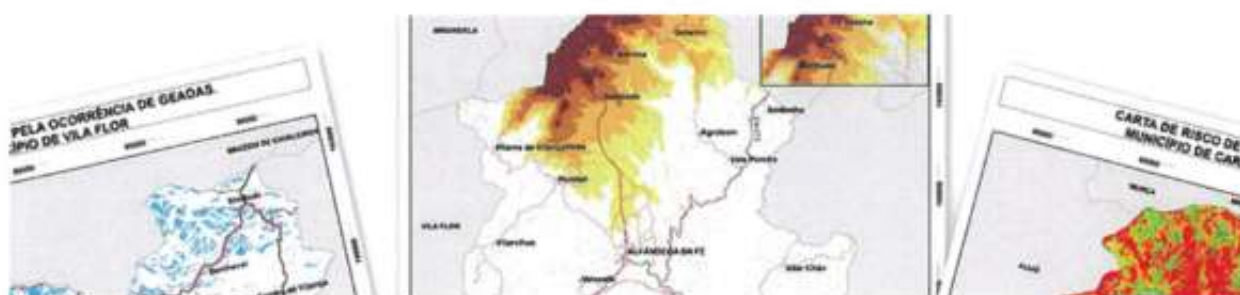
- Uso de dados abertos;
- Plataformas de fiscalização e monitorização.



Continuando a marcar a inovação tecnológica e de serviços geográficos, no âmbito das *Smart Cities*, e para assinalar os 26 anos de experiência e de confiança da Administração Pública Local Portuguesa na Município, foi lançada em 2019 a Rede Nacional de Potencial Solar, plataforma que permite aos Municípios conhecer a poupança e o retorno do investimento esperados através da utilização de tecnologias de captação de energia solar no seu telhado. Integramos os dados provenientes do potencial solar dos telhados do Município com os dados de consumo de eletricidade de cada cliente e estimamos o dimensionamento ótimo de uma solução fotovoltaico para o seu cidadão, numa aplicação móvel acessível a todos.

Unidade de Estudos e Planos

A Unidade de Estudos e Planos é responsável pela elaboração de estudos e análise espacial de base geográfica recorrendo às tecnologias mais avançadas e ao nosso conhecimento e experiência na resolução de problemas específicos relacionados com o território.



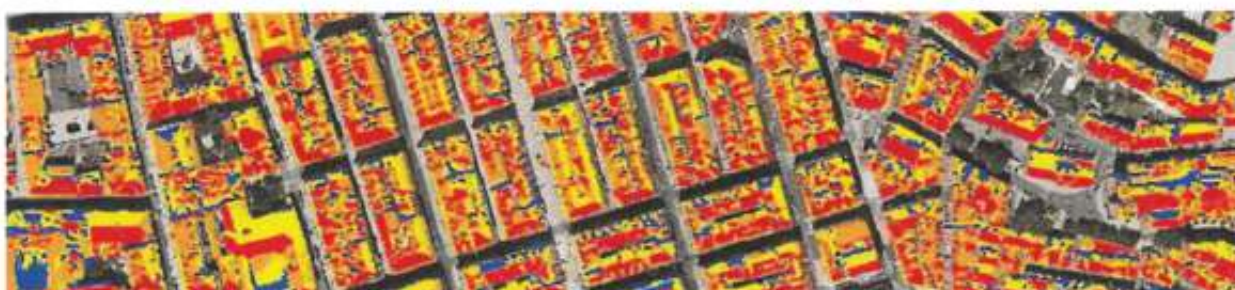
Deste modo, elaboramos diversos tipos de plano em ambiente SIG, como sejam os planos municipais de emergência de proteção civil, cartografia de risco, que permitem cartografar com rigor as áreas de perigosidade e suscetibilidade, abordando fenómenos como as inundações, os deslizamentos de terra, a erosão costeira, o vulcanismo, ou as epidemias. Ainda neste âmbito, dos riscos elaboramos os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, para o caso particular dos incêndios florestais.

Outros exemplos de estudos de base geográfica, que elaboramos são no domínio da hidrologia, alterações climáticas, mobilidade e acessibilidade, entre outros, sempre com suporte em informação geográfica de grande rigor e nível de atualização.

Outra área de atuação é ao nível da deteção remota e cartografia temática em que recorremos a técnicas de deteção remota em fotografias aéreas das culturas para mapear o estado das plantações com alta resolução, de modo a transmitir ao agricultor elementos que lhe permitam tomar medidas cada vez mais conscientes na colheita e na gestão de explorações vitícolas, olivícolas, frutícolas e outras culturas anuais.

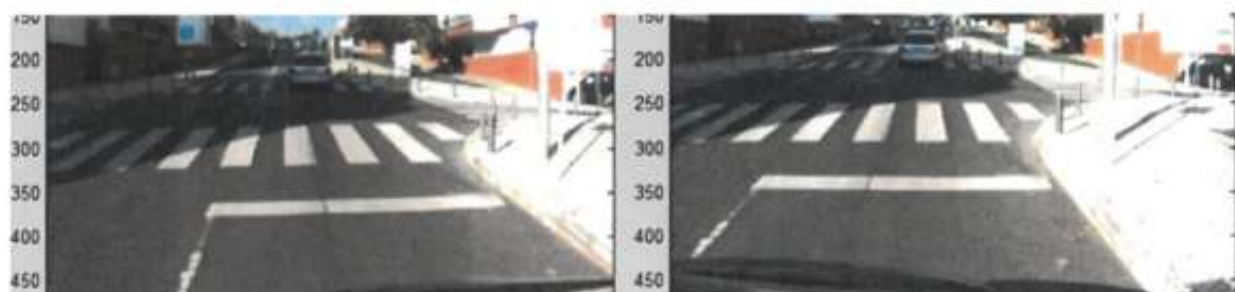


Ainda a este nível da deteção remota, fazemos análise, identificação e localização geográfica das coberturas com maior potencial solar, com o objetivo de produzir informação de utilidade pública que apoie os consumidores no momento da decisão de colocação de tecnologias solares nas suas coberturas, indicando o potencial do edifício enquanto fonte de receita ou poupança de energia.



Unidade de Aquisição de Dados

Nesta unidade, fazemos todo o tipo de Inventários de Campo através da utilização das metodologias mais adequadas ao fim a que se destinam, garantindo um levantamento rápido e com o menor custo possível.



Utilizamos técnicas de *Mobile Mapping* para levantamentos 3D. Para tal, dispomos de uma técnica de aquisição de informação geográfica, instalada numa viatura, que permite efetuar um registo vídeo e laser georreferenciado da rede rodoviária. Esta técnica permite inventariar e caracterizar equipamentos e infraestruturas urbanas, levantamento dos elementos lineares que constituem e marcam as vias, levantamento dos elementos pontuais que equipam as bermas, incluindo sinalética vertical e luminosa,

A

Iluminação pública e publicidade, ecopontos, mobiliário urbano, obras de arte, paragens de transportes públicos e praças de táxis, entre outros.

Outras técnicas de levantamentos de campo incluem a utilização de equipamentos GPS/GNSS, ou através de outros equipamentos móveis que possibilitam a construção de Base de Dados Georreferenciada para análise de inteligência de negócios, processos e estratégias.



A perspectiva de recolha de informação para integração e exploração em ambiente de Informação Geográfica permite pesquisas recorrendo a critérios geográficos e a produção de análises espaciais que geram valor na afinação de processos de gestão.

São utilizadas aplicações móveis simples e robustas para aquisição de dados georreferenciados, baseadas em Software *open source* para redução de custos, customizadas face ao alvo de levantamento, que permite uma Inventariação digital georreferenciada e que permite acelerar o processo de levantamento, prevenir lacunas ou perdas de informação e disponibilização de dados online ou imediatamente após o levantamento, através da comunicação entre o campo e o gabinete.

Unidade de Consultoria e Formação

Nas áreas da Consultoria SIG e Formação temos uma equipa de Consultores especializados em Geotecnologias disponíveis para apoiar nos processos, de forma a tornar a informação geográfica Organizada, Centralizada e Disponível, oferecendo um planeamento cuidado e personalizado à medida de cada projeto.

Os nossos projetos de consultoria visam apoiar na organização, centralização e disponibilização de Informação Geográfica orientada ao negócio, que proporcionem um rápido sucesso, reutilização, divulgação, standardização e ampla implementação da informação e educação dos utilizadores.



Uma das principais vertentes da consultoria SIG é a implementação de Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE), utilizando e disponibilizando tecnologia *Open Source* (Sem custos de aquisição de licenças de software) e serviços profissionais especializados.



Implementamos e mantemos conjuntos de dados geográficos e respectivos metadados, estruturados de acordo com os standards definidos pelas principais organizações de normalização e pela Diretiva INSPIRE, incluindo informação proveniente de serviços de dados externos e publicação de dados próprios através dos serviços OGC (*Open Geospatial Consortium*).

Finalmente, ao nível da formação, somos acreditados pela DGERT para o desenvolvimento/execução de intervenções ou atividades formativas. Os nossos formadores têm certificação pedagógica e com experiência prática em implementação de projetos formativos.



Apostamos em cursos personalizados à medida das necessidades de cada cliente com turmas exclusivas e flexibilidade de horários, em instalações próprias, no cliente ou on-line.

Unidade de Administração de Sistemas

A Unidade de Administração de Sistemas da Município tem como funções principais a gestão da infraestrutura informática e sistemas de informação de suporte à atividade da empresa. Por outro lado, desempenha igualmente um papel central em todos os processos de modernização tecnológica da empresa e das restantes unidades orgânicas, contribuindo com as componentes de análise e aconselhamento das melhores soluções existentes para os desafios colocados. Neste sentido, é responsável por todas as aquisições de Hardware, Software e Comunicações, que vão desde os postos de trabalho, servidores, equipamentos de backup e segurança, passando pelo ERP, Sistema de Gestão Documental e os sites institucionais da Município e Connect.



A

Como consequência, desde o início da nossa atividade, a Município possui um Datacenter que foi desenhado para centralizar operações e equipamentos de TI da Organização, alojando os sistemas mais críticos da rede e os serviços ao cliente, sendo crucial para as tarefas diárias das restantes Unidades Orgânicas e dos nossos clientes.

Adicionalmente, nos últimos anos, na sequência da pandemia de COVID-19, foi necessário garantir o mesmo nível de funcionamento da empresa nos diferentes regimes de trabalho: presencial, teletrabalho e híbrido.

Para além das tarefas de Administração de Sistemas, esta unidade é também responsável pelo Helpdesk, garantido o suporte a todos os utilizadores da empresa e colaboradores externos, através de ferramentas de acesso remoto, resolvendo problemas técnicos e procurando sempre prestar um bom atendimento. Além disso o serviço de helpdesk é responsável por criar e manter uma base de conhecimento com soluções para problemas comuns.



7.5. Direção de Administração e Governança

Divisão Financeira

A Divisão Financeira e Qualidade assume-se como um serviço transversal de toda a Empresa Visa possuir um conjunto de processos, métodos e ações que permitem controlar, analisar e planejar as suas atividades financeiras. Consiste, portanto, em trabalhar os recursos disponíveis da maneira mais eficiente possível para atingir os resultados esperados com o mínimo de despesas.

A gestão financeira visa promover informação que ajuda nas análises e tomadas de decisões estratégicas.

A eficiência e eficácia da gestão económica das atividades desenvolvidas pela empresa, impõem uma gestão marcada pela racionalização e rigor, disciplina financeira e controlo de custos face aos recursos financeiros esperados. Pretende-se consolidar o equilíbrio e a robustez do quadro financeiro da Empresa.

É num contexto de rigor na gestão e de preocupação constante de sustentabilidade da Empresa, que a Divisão Financeira e Qualidade se apresenta como pedra basilar desta Empresa, corporizando todas as funções de gestão e planeamento financeiro, gestão do economato, contratação, contabilidade e tesouraria, usando sempre de forma eficaz e eficiente todos os meios que estão ao seu dispor para melhor cumprir a missão da Empresa nas suas áreas de intervenção, sempre em conjunto com as restantes direções e principalmente, com a Administração.

Compete à Divisão Financeira desempenhar as principais tarefas:

a) *Gestão de tesouraria*

- Previsão de fluxo de caixa para garantir que a empresa tenha fundos suficientes para cobrir suas obrigações financeiras;
- Controlar as contas bancárias e negociação de linhas de crédito com instituições financeiras;
- Controlo diário das atividades bancárias, incluindo depósitos, débitos diretos e transferências bancárias;
- Investimento de excesso de tesouraria em investimentos de curto prazo para maximizar os retornos financeiros.

b) *Elaboração de orçamentos*

- Recolha de informações das várias direções da empresa para desenvolver um orçamento abrangente;
- Análise de tendências históricas e previsões futuras para estimar receitas e despesas;
- Alocação de recursos de forma estratégica para responder às metas operacionais e financeiras da empresa;
- Revisão periódica do desempenho real em relação ao orçamentado;
- Proceder à elaboração dos documentos de gestão previsional.

c) *Análise financeira*

- Avaliação do desempenho financeiro da empresa por meio de métricas como margem de lucro, retorno sobre o investimento e índices de liquidez;
- Identificação de áreas de melhoria e oportunidades de economia de custos;



- Análise financeira para prever o impacto de diferentes cenários e decisões comerciais.

d) Contabilidade e relatórios financeiros

- Proceder aos registos contabilísticos de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissão;
- Manutenção de registos contabilísticos em conformidade com os princípios contabilísticos de acordo com a legislação em vigor;
- Preparação de demonstrações financeiras, incluindo o balanço, demonstração de resultados e demonstração dos fluxos de caixa;
- Elaborar os documentos de prestação de contas;
- Acompanhar e garantir a execução financeira do orçamento e tratar a informação contida no sistema contabilístico;
- Proceder ao arquivo organizado da contabilidade;
- Acompanhar diariamente o movimento de valores e comprovar os saldos de cada uma das contas bancárias bem como proceder às reconciliações bancárias;
- Receber e conferir as despesas apresentadas pelas diferentes direções, procedendo à respetiva contabilização;
- Verificar as condições legais para a realização dos pagamentos;
- Organizar o processo administrativo de despesa e receita;
- Receber faturas, solicitar a sua conferência à direção respetiva e proceder à sua liquidação;
- Manter atualizadas as conta correntes com terceiros;
- Submeter a autorização superior os pagamentos a efetuar e emitir ordens de pagamento;
- Registrar e controlar as cauções, designadamente garantias bancárias, bem como proceder ao seu cancelamento após autorização dos serviços responsáveis;
- Efetuar cobranças;
- Controlar todos os fluxos de caixa da empresa;
- Efetuar o pagamento dos impostos atempadamente;
- Responder às solicitações dos acionistas, bem como enviar a informação trimestral aos mesmos, de acordo com a legislação em vigor;
- Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

e) Gestão de riscos financeiros

- Identificação e avaliação de riscos financeiros, como o risco de crédito e o risco operacional;
- Desenvolvimento de estratégias de mitigação de riscos, como a flutuação cambial, taxas de juro e outros fatores externos;

- Monitorização contínua do ambiente económico para antecipar potenciais ameaças e oportunidades.

f) Financiamento e captação de recursos

- Avaliação das necessidades de financiamento da empresa e seleção das fontes mais adequadas de capital;
- Negociação de termos e condições de empréstimos e linhas de crédito com instituições financeiras;
- Participação em processos de emissão de ações, emissão de títulos e outras formas de captação de recursos.

g) Investimentos e gestão de ativos

- Decisões sobre investimentos de curto, médio e longo prazo;
- Avaliação de oportunidades de investimento.

h) Planeamento fiscal

- Planear e controlar as finanças da empresa de forma a otimizar a carga fiscal e cumprir as obrigações tributárias de forma eficiente.

i) Controlo interno e auditoria

- Implementação de controlos internos para garantir a conformidade e a integridade dos processos financeiros, além de coordenação com auditores externos;
- Efetuar a interligação com o contabilista certificado;
- Efetuar a interligação com o revisor oficial de contas.

j) Aconselhamento estratégico

- Fornecimento, à administração, de dados financeiros para apoiar a tomada de decisões estratégicas da empresa, como expansão de negócios, e desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- A Divisão Financeira tem um papel relevante no alcance dos objetivos da Empresa tendo sempre presente o planeamento, rigor na execução, otimização dos recursos, redução de custos. A divisão financeira desempenha um papel crucial na gestão e na tomada de decisões financeiras.

Divisão de Recursos Humanos

A prossecução dos objetivos traçados pela empresa depende não só da sua capacidade intrínseca para os atingir, mas também dos recursos disponíveis para a concretização das tarefas que consubstanciam esses objetivos. Deste modo, a afetação prevista dos recursos humanos, competem para a concretização dos objetivos, sendo vital o seu planeamento adequado.

Para a prossecução da sua missão e concretização das suas atribuições estão planeados, para 2026, um total de 46 postos de trabalho.

A estrutura do mapa de pessoal da Município para 2026, considerando a sua distribuição por cargo e carreira e por unidade orgânica, é a seguinte:

Unidade Orgânica	Diretor	Técnico Superior	Técnico Informática	Consultor Comercial	Assistente Técnico	Total
DG	1	-	-	-	-	1
DCC	1	7	-	-	5	13
DIE	1	4	2	-	2	9
DEI	1	4	-	-	-	5
DAG	2	1	-	-	3	6
DCO	1	6	-	5	0	12
Total	7	22	2	5	10	46

Importa referir que a plena concretização das atividades planeadas depende da constante qualificação e aquisição de novas competências por parte dos trabalhadores da Município, numa lógica de permanente atualização e melhoria dos procedimentos e de inovação dos processos.

Formação

O Código do Trabalho no seu artigo 131º especifica que todas as empresas têm a obrigação de dar formação profissional aos seus colaboradores. Essa formação proporcionada pelo empregador deve não apenas qualificar os trabalhadores, como também garantir que estes tenham acesso a uma formação contínua no local de trabalho. Para o efeito, a Município elabora um Plano de Formação, assente num diagnóstico de necessidades de formação, e assegura aos trabalhadores uma ou mais ações de formação em cada ano. Neste sentido, considerando o levantamento de necessidades de formação, pretende-se para 2026, dar continuidade aos procedimentos de operacionalização do plano de formação. De referir que este plano está alinhado com as áreas de competência dos trabalhadores, reconhecidas pelos dirigentes, como sendo áreas passíveis de melhoria, pela via da formação.

Segurança, Higiene E Saúde No Trabalho

Em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), a Município pretende, em 2026, dar continuidade aos serviços contratados externamente, para a prestação de serviços de SHST. Todos os trabalhadores têm direito a prestar o seu trabalho em condições que respeitem a sua segurança e saúde, estando a Município a ponderar a implementação de medidas de mitigação dos riscos de melhoria e adaptação dos postos de trabalho, designadamente do ponto de vista ergonómico.

Medidas De Bem-Estar

A Município fomenta medidas de bem-estar e de promoção da saúde física e psicológica, que permitem, ao mesmo tempo, fomentar o sentimento de pertença institucional e estimular as relações de grupo. Um dos objetivos em 2026, foi dar continuidade ao Plano de Seguro de Saúde que a empresa disponibiliza aos trabalhadores, promovendo a prestação de serviços de saúde participados através da rede Advancecare; celebrar protocolos com entidades privadas, nas áreas da saúde, bem-estar, entre outras,



com o intuito de possibilitar aos trabalhadores o seu acesso em condições mais vantajosas, e implementou-se a disponibilização semanal de fruta aos trabalhadores.

Prevenção Da Corrupção

O Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, no nº 1, do artigo 5º, do Anexo, obriga as entidades abrangidas a adotar e implementar um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias, a fim de prevenir, detetar e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade. A Município implementou os instrumentos previstos anteriormente, sendo que o PPR foi revisto em março de 2024.

Plano Para A Igualdade De Género E Não Discriminação Na Empresa

A MUNICÍPIA dispõe de um Plano para a Igualdade de Género e Não Discriminação ao abrigo do Despacho Normativo nº 18/2019 de 21 de junho, que regulamenta a Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, o qual deverá ser revisto proximamente. No entanto, a Município foi alvo da recomendação da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) que, em 2023, atribuiu à MUNICÍPIA o "Selo da Igualdade Salarial".

7.6. Direção de Qualidade, Inovação e Sustentabilidade

A Município possui o certificado do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma ISO 9001:2015, desde 2005, e o mesmo encontra-se válido até 29 de maio de 2026.

O referido certificado foi emitido pelas atividades de prestação de serviços de fotografia aérea, cartografia, cadastro, consultoria, formação, publicação de edições e desenvolvimento e manutenção de aplicações e sites na área da informação geográfica, projetos SIG, atividade de Gestão de Frotas Inventário e Cadastro de estruturas e infraestruturas com a elaboração de estudos e projetos nomeadamente redes de abastecimento de água, saneamento de águas residuais, redes elétricas e telecomunicações, redes de combustíveis e gás, redes viária e ferroviária Estudos e projetos de eficiência energética, estudos e projetos de eficiência na gestão de água de abastecimento e saneamento.

A Política da Qualidade visa traçar diferentes vetores de atuação na Município capazes de garantir o compromisso da política em melhorar a eficácia do SGQ, processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça a Município 5 vetores fundamentais de atuação:

O Cliente

O Cliente e a sua satisfação constituem o enfoque dos serviços prestados pela Município;

As necessidades e os requisitos do Cliente definem a nossa forma de atuação em cada projeto;

Privilegiamos as relações estáveis e duradouras com os nossos Clientes.



Os Colaboradores

Orientação dos colaboradores para a produtividade e cumprimento de objetivos, sem descuidar a polivalência;

Colaboradores com boa formação contribuem com as suas ideias, conhecimentos técnicos para êxito global da organização;

O Reconhecimento do desempenho dos colaboradores de forma periódica, tendo por base contrapartidas financeiras e não financeiras, contribui para a melhoria contínua da organização.

Os Fornecedores

Assumir um compromisso com a qualidade, introduzindo melhorias nos processos internos e na seleção fornecedores;

Ter fornecedores capacitados e comprometidos com a Qualidade do fornecimento dos seus produtos e ou serviços.

Os Acionistas

Crescimento sustentado, tendo em conta a execução dos Planos de Atividades aprovados;

Satisfação dos interesses dos acionistas.

Utilidade Pública

A nossa organização está consciente da importância que os nossos serviços têm, para tomada de decisões nos 308 municípios do país.

Sabemos que o rigor e a qualidade colocados na execução dos nossos serviços são, imprescindíveis, para uma efetiva gestão do território, ao nível Local, Nacional e Internacional.

O Sistema de Gestão da Qualidade da Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, em conformidade com a Norma NP EN ISO 9001:2015, encontra-se descrito no Manual da Qualidade.

No Manual da Qualidade é nomeado como seu representante o Diretor da Qualidade, atribuindo-lhe a responsabilidade de assegurar o bom funcionamento no que respeita à definição, implementação, manutenção e melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade. É também responsável por garantir o retorno de informação à Administração no que diz respeito ao desempenho do Sistema implementado. Deve também assegurar a promoção da consciencialização para com os requisitos do cliente em toda a organização Participa nas atribuições conferidas ao Diretor da Qualidade, o Gestor da Qualidade.

Compete à Administração, ao Diretor da Qualidade e ao Gestor da Qualidade divulgar, cumprir e fazer cumprir as disposições constantes do Manual da Qualidade, bem como assegurar a promoção da consciencialização para os requisitos do cliente em toda a organização.

a) No manual da qualidade encontra-se descrita a seguinte informação:

- Promulgação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Apresentação da empresa;



- Informação das principais áreas de negócio;
- Organograma da Município;
- As funções e responsabilidades de cada colaborador da Município, bem como as substituições na realização das várias tarefas;
- O contexto da organização, onde é efetuada uma análise de contexto, a identificação das necessidades e expectativas das partes interessadas, o objetivo e âmbito do sistema de gestão e os processos do sistema de gestão da qualidade e sua interação;
- Liderança e compromisso;
- Política da qualidade;
- Planeamento onde se efetuam as ações para tratar riscos e oportunidades, os objetivos da qualidade e planeamento para os atingir e o planeamento das alterações;
- Suporte das pessoas, da infraestrutura, do ambiente para a operacionalização dos processos, a rastreabilidade da medição, o conhecimento organizacional, a comunicação e a informação documentada;
- Operacionalização: interação entre os processos, controlo dos processos, produtos e serviços de fornecedores externos, procedimento de qualidade - compras e procedimento de qualidade – controlo de equipamentos de monitorização e de medição;
- Avaliação do desempenho da satisfação dos clientes, das auditorias internas, da monitorização e medição da revisão pela gestão;
- Melhoria: não conformidades e ações corretivas, análise de dados, melhoria contínua.

Na dependência do Conselho de Administração, com o apoio do Diretor da Qualidade e do Gestor da Qualidade, a MUNICÍPIA iniciará o processo conducente à certificação segundo a norma ISO 27001 - Sistema de Gestão de Segurança da Informação. A norma ISO 27001 é a norma internacional que regula os sistemas de gestão de segurança de informação. O cumprimento das regras e boas práticas constantes na norma é um garante para a minimização de quebras na segurança de informação.

7.7. Direção de Assuntos Jurídicos (DAJ)

Esta Unidade tem como missão dar suporte jurídico de forma integrada e transversal a todas as unidades da empresa, que se suscitem, no decurso da sua atividade. A esta necessidade primária, juntam-se outras como a articulação das matérias jurídicas, como contencioso, assessoria jurídica em matéria de urbanismo e atividade conexas.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos Estratégicos da Unidade Orgânica passam por implementar procedimentos capazes de implementar procedimentos que previnam a corrupção, procedimentos de proteção de dados, procedimentos de regulação de ofertas, tudo em conformidade com o previsto na legislação que regulamenta o setor público.

Para que tais objetivos sejam implementados, serão todos os documentos de suporte alvo de melhoria contínua visando o seu aperfeiçoamento e aprovação de novas versões sempre que se justifique, em sede de Conselho de Administração.

Faz-se notar que, toda a gestão da empresa, assenta sobre uma gestão de natureza privada, onde se aperfeiçoará a implementação de a cultura e ética e de tolerância zero à corrupção em toda as operações da empresa.

Reforçar e formalizar mecanismos que permitam medir e reforçar os níveis de eficácia e eficiência da operação da empresa, já que sem mensuração, não se podem tomar boas decisões.

Objetivos Estratégicos:

- a) Dar continuidade à aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), prosseguindo com a tarefa de verificação do nível atual de cumprimento do RGPD e revendo as medidas necessárias com vista a garantir o exercício dos direitos dos titulares dos dados e compatibilizando-os com o direito de acesso à informação administrativa;
- b) Prestar assessoria jurídica aos departamentos da Empresa em todas as áreas de intervenção da empresa como um instrumento de competitividade, nas áreas da informação geográfica, da gestão urbanística no planeamento urbanístico, sustentabilidade e inovação;
- c) Prestar informação técnico-jurídica e assessorar as Unidades orgânicas relacionadas com o Urbanismo, na prossecução das suas competências, designadamente através da produção de pareceres jurídicos, propostas de orientações de trabalho e comunicações internas;
- d) Continuar a investir no aperfeiçoamento da qualidade de resposta aos utentes da Empresa, visando a simplificação de processos, a diminuição da burocracia, mais transparência e rigor, igualmente em sintonia com a política da Empresa em matéria de tecnologias da informação, participando, assim, de forma integrada com as diversas Unidades, na transformação da relação entre o Serviço Público e os cidadãos e as empresas, em torno de um princípio da moderna Administração Pública;
- e) Apostar na especialização dos seus quadros técnicos em áreas preponderantes, designadamente no direito do urbanismo, na contratação pública e nas políticas de inovação e sustentabilidade. Nessa medida, estima-se a participação dos seus quadros em ações de formação, investindo-se igualmente na aquisição de livros e revistas da especialidade;
- f) Divulgar a informação legislativa e jurídica que vai sendo publicada e produzida, disponibilizando-a internamente e na página da Internet, procurando otimizar a articulação com as diferentes áreas da Empresa e com os utentes.

Para a concretização destes **objetivos** será necessário:

- a) Assegurar a prestação de informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões que lhe sejam submetidas pela Administração e pelos diversos serviços da Empresa;
- b) Uniformizar, em matéria de interpretação, as posições jurídicas assumidas pela Empresa, sem prejuízo das orientações definidas pela Câmara Municipal, no âmbito da prestação de serviços na área da gestão urbanística;
- c) Acompanhar a execução de contratos com entidades externas, no âmbito jurídico, em especial aqueles que se revelem de maior complexidade;
- d) Dar parecer nos processos administrativos de controlo prévio de operações urbanísticas ou noutros caso se venha a aplicar, como realojamento, cobrança de dívidas por falta de pagamento de rendas no âmbito das competências delegadas de manutenção dos empreendimentos



habitacionais do Município em colaboração com as respectivas divisões, tendo em vista a fundamentação das decisões a proferir pela Câmara Municipal;

- e) Habilitar a Administração a preparar resposta aos Tribunais, Autoridades Judiciárias, outras entidades, controlando os prazos para essa resposta, solicitando aos diversos serviços da Empresa os elementos conducentes àquela informação;
- f) Dar parecer e acompanhar em todos os seus trâmites as reclamações dos munícipes;
- g) Acompanhar e controlar todos os processos em curso nos Consultores Externos, prestando toda a informação e documentação necessária, reportando periodicamente ao Conselho de Administração os assuntos objeto de consultoria externa;
- h) Participar na atualização e revisão dos regulamentos diretamente aplicáveis às matérias da competência Empresa e legislação geral de forma a facilitar o seu conhecimento e acesso aos técnicos da Empresa;
- i) Informar todos os departamentos da Empresa de alterações legislativas que tenham impacto no desenvolvimento e gestão da sua atividade ou outras de interesse geral;
- j) Apoiar toda a atuação da Empresa no cumprimento da lei e dos regulamentos municipais, prestando informação jurídica, quando solicitada

7.8. Unidade de Desenvolvimento e Cooperação

Por entendermos que os nossos clientes, em particular os nossos acionistas, merecem um acompanhamento imaculado, implementou-se uma cultura de satisfação do cliente baseado no nosso sistema de Gestão da Qualidade.

Esta Unidade tem como finalidade principal, através de uma abordagem inovadora à participação, alterar a forma de fazer política pública, promovendo uma cultura de diálogo capaz de condicionar positivamente a evolução da própria instituição, que passará a acolher formalmente a participação e, com esta filosofia, mudar comportamentos.

Esta unidade tem como objetivos estratégicos:

- a) Apoiar os serviços técnicos na implementação de métodos de trabalho abertos, transparentes, que garantam a partilha de informação e conhecimento entre os vários setores da Município e do Município;
- b) Promover iniciativas internas de comunicação entre os vários serviços, por forma a assegurar o conhecimento global do trabalho desenvolvido pela Município, com ganhos de eficiência e transparência para toda a equipa;
- c) Promover a qualificação dos trabalhadores municipais no domínio do envolvimento dos cidadãos, em articulação com os diversos serviços municipais;
- d) Desenvolver iniciativas entre os serviços técnicos que contribuam para a consolidação de métodos de trabalho mais participativos e colaborativos, promovendo-se a eficiência e responsabilização dos serviços;
- e) Apoiar a operacionalização de uma estratégia de participação pública dos cidadãos na formulação e implementação de políticas e medidas, publicitando os resultados obtidos;
- f) Remover obstáculos e barreiras à participação cívica, testando e estimulando a adoção de técnicas e ferramentas inovadoras que facilitem o envolvimento de todos os públicos;



- g) Promover a adoção de mecanismos de participação dos cidadãos e demais entidades ativas na vida da cidade na avaliação da informação disponibilizada, para recolher sugestões de melhoria e partilhar boas práticas de promoção da transparência;
- h) Participar e fomentar parcerias entre a Município e o Município, empresas, universidades, cidadãos, organizações não governamentais e outras entidades ativas na vida da cidade para criar sinergias e desenvolver soluções inovadoras que satisfaçam necessidades públicas com a participação criativa dos próprios cidadãos;
- i) Fomentar a adoção de práticas de incentivo e de reconhecimento do mérito, individual ou de grupo, por ideias ou projetos inovadores;
- j) Estabelecer um canal de comunicação que permita recolher ideias com relevância para a gestão municipal expressas pelos cidadãos;
- k) Avaliar periodicamente a eficácia global dos processos participativos adotados, identificando áreas de aperfeiçoamento e novas oportunidades de diálogo com a comunidade;
- l) Estudar, propor e apoiar os processos participativos de forma transversal, recorrendo a métodos que fomentem uma maior aproximação dos cidadãos à Município e ao Município.



8 | Plano de Atividades para 2026

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2026	A DEFINIR
Ações da DCC	1.184.270	51.633	735.637	397.000
Ações da DEI	562.640	134.640	378.000	50.000
Ações da DIE	2.144.100	268.200	590.138	1.285.763
Ações da DCO	10.405.000	2.200.000	2.296.000	5.909.000
Contrato de Programa	720.000	0	720.000	0
Total de Ações	15.016.010	2.161.007	4.719.775	7.641.763

A

9 | Plano de Atividades Plurianual

Previsão de Resultados para 2026

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.999.775 €	84,30%
Contrato programa	720.000 €	15,17%
Outros Ganhos	25.000 €	0,53%
TOTAL DE GANHOS	4.744.775 €	100,00%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
Subcontratos e Tarefeiros	1.497.000 €	68,23%
Trabalhos Especializados	167.203 €	7,62%
Publicidade e Propaganda	17.500 €	0,80%
Conservação e reparação	211.500 €	9,64%
Ferramentas e Utensílios	22.075 €	1,01%
Livros e Documentação Técnica	4.420 €	0,20%
Material de Escritório	1.500 €	0,07%
Eletricidade	32.800 €	1,49%
Combustível	93.500 €	4,26%
Água	600 €	0,03%
Deslocações e Estadas	44.820 €	2,04%
Rendas e Alugueres	28.628 €	1,30%
Comunicações	11.640 €	0,53%
Seguros	44.715 €	2,04%
Contencioso e Notariado	5.500 €	0,25%
Limpeza, Higiene e Conforto	10.800 €	0,49%
TOTAL DOS CUSTOS FORNEC E SERV EXTERNOS	2.194.202 €	48,63%
TOTAL GASTOS COM PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO	1.844.411 €	40,88%
TOTAL DE OUTROS GASTOS	40.300 €	0,89%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	82.752 €	1,83%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	350.000 €	7,76%
TOTAL DE GASTOS	4.511.665 €	100,00%
Resultados	233.110 €	

Quadro síntese previsional

Rubricas	Peso na faturação (por natureza de ganhos)	Euros
Total de Ganhos		4.744.775
Fornecimentos e Serviços Externos	46,24%	-2.194.202
Gastos com Pessoal e Órgãos Sociais	38,87%	-1.844.411
Outros Gastos	0,85%	-40300
Gastos Financeiros	1,74%	-82.752
Amortizações	7,38%	-350.000
Resultados Líquidos		233.110

Detalhe do orçamento de gastos para 2026

Classes de gastos	Orçamento 2025	Orçamento 2026	Variação	
			% 2025 / 2026	Valor Absoluto 2025 / 2026
Subcontratos + Tarefairos	1.700.000 €	1.497.000 €	-12%	-203.000 €
Trabalhos Especializados	121.000 €	167.203 €	38%	46.203 €
Publicidade e Propaganda	20.000 €	17.500 €	-13%	-2.500 €
Conservação e reparação	200.000 €	211.500 €	8%	11.500 €
Ferramentas e Utensílios	10.000 €	22.075 €	121%	12.075 €
Livros e Documentação Técnica	5.000 €	4.420 €	-12%	-580 €
Material de Escritório	2.500 €	1.500 €	-40%	-1.000 €
Eletricidade	22.000 €	32.800 €	49%	10.800 €
Combustível	75.000 €	93.500 €	25%	18.500 €
Água	500 €	600 €	20%	100 €
Deslocações e Estadas	65.000 €	44.820 €	-31%	-20.180 €
Rendas e Alugueres	48.800 €	28.628 €	-41%	-20.172 €
Comunicações	14.000 €	11.640 €	-17%	-2.360 €
Seguros	25.000 €	44.715 €	79%	19.715 €
Contencioso e Notariado	5.500 €	5.500 €	0%	- €
Limpeza, Higiene e Conforto	11.000 €	10.800 €	-2%	-200 €
Gastos com Pessoal	1.561.814 €	1.844.411 €	18%	282.597 €
Amortizações	401.000 €	350.000 €	-13%	-51.000 €
Impostos, Quotas, IMI, IUC, ImpSelo e Incobráveis	35.000 €	40.300 €	15%	5.300 €
Juros e outros gastos	80.000 €	82.752 €	3%	2.752 €
TOTAL	4.403.114 €	4.511.665 €	2%	108.551 €



ORÇAMENTO DE TESOURARIA

RUBRICAS	SALDO INICIAL	1º T	2º T	3º T	4º T
1 Recebimentos de exploração					
Clientes		960.000 €	980.000 €	990.000 €	1.060.000 €
Outros recebimentos		6.381 €	6.381 €	6.131 €	6.081 €
Sub-total (1)		966.381 €	986.381 €	996.131 €	1.066.081 €
2 Pagamentos de exploração					
Fornecedores		- 400.000 €	- 415.000 €	- 415.000 €	- 450.000 €
Remunerações + Segurança Social + outros		- 400.000 €	- 520.000 €	- 400.000 €	- 520.000 €
Impostos		- 270.000 €	- 250.000 €	- 250.000 €	- 250.000 €
Caixa e diversos		- 3.500 €	- 4.000 €	- 3.500 €	- 4.000 €
Juros e despesas bancárias		- 20.688 €	- 20.688 €	- 20.688 €	- 20.688 €
Sub-total (2)		- 1.094.188 €	- 1.209.688 €	- 1.089.188 €	- 1.244.688 €
3 Operações de capital					
SEL (Lei 53-F/2006 29/12: 2008 a 2010 e Lei 50/2012 31/8: 2011 a 2013)		90.000 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €
Financiamentos		- €	- €	- €	- €
Amortização de Financiamentos		- €	- €	- €	- €
Leasings (amort capital)		- €	- €	- €	- €
Sub-total (3)		90.000 €	90.000 €	90.000 €	90.000 €
SALDO DE TESOURARIA	150.000 €	362.193 €	- 133.307 €	- 3.057 €	- 88.607 €
4 Conta Corrente Caucionada	- €	- €	- €	- €	- 12.778 €
5 Aplicação de excedente	250.000 €	212.193 €	78.886 €	75.829 €	- €

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2026, 2027 E 2028

ORÇAMENTO 2026

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.999.775 €	84,30%
Contrato programa	720.000 €	15,17%
Outros Ganhos	25.000 €	0,53%
TOTAL DE GANHOS	4.744.775 €	100,00%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
Total Gastos Fornecimento e Serviços Externos	2.194.202 €	48,63%
Total de Gastos com Pessoal	1.844.411 €	40,88%
Total de outros gastos	40.300 €	0,89%
Total de gastos financeiros	82.752 €	1,83%
Total de amortizações	350.000 €	7,76%
TOTAL DE GASTOS	4.511.665 €	100,00%
Resultados Líquidos	233.110 €	

ORÇAMENTO 2027

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	4.550.000 €	99,45%
Outros Ganhos	25.000 €	0,55%
TOTAL DE GANHOS	4.575.000 €	100,00%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
Total Gastos Fornecimento e Serviços Externos	2.100.000 €	47,54%
Total de Gastos com Pessoal	1.850.000 €	41,88%
Total de outros gastos	30.000 €	0,68%
Total de gastos financeiros	75.000 €	1,70%
Total de amortizações	362.500 €	8,21%
TOTAL DE GASTOS	4.417.500 €	100,00%
Resultados Líquidos	157.500 €	

ORÇAMENTO 2028

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	4.700.000 €	99,47%
Outros Ganhos	25.000 €	0,53%
TOTAL DE GANHOS	4.725.000 €	100,00%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
Total Gastos Fornecimento e Serviços Externos	2.250.000 €	49,23%
Total de Gastos com Pessoal	1.850.000 €	40,48%
Total de outros gastos	30.000 €	0,66%
Total dos gastos financeiros	70.000 €	1,53%
Total de amortizações	370.000 €	8,10%
TOTAL DE GASTOS	4.570.000 €	100,00%
Resultados Líquidos	155.000 €	

Oeiras, 19 de dezembro de 2025

O Conselho de Administração,

Dra. Maria Madalena Pereira da Silva Castro - Administrador

Dra. Piedade Susana da Silva Pina – Administrador

Relatório e Contas 2025



ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	3
2	Relatório de Gestão.....	5
2.1.	Mensagem do Diretor Geral.....	6
2.2.	Atividade Desenvolvida.....	10
2.3.	Direções do Serviço.....	14
2.4.	Atividade Comercial	20
2.5.	Certificações Técnicas e Marcas Registadas	24
2.6.	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	26
2.7.	Recursos Humanos	30
2.8.	Evolução Económico-Financeira	36
2.9.	Proposta de aplicação de resultados	46
3	Contas do exercício	49
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2025...	58



1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel dos Reis Silva Rep. CM Oeiras (até 31.08.2025)

Presidente

Irina Dias Lopes Nunes da Costa Rep. CM Oeiras (em funções, não o sendo à data de referência do fecho do exercício de 31.12.2025)

Presidente

Maria Madalena Pereira da Silva Castro Rep. CM Oeiras

Administrador

Piedade Susana da Silva Pina Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Rui Manuel Tavares Leitão Rep. Diz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118

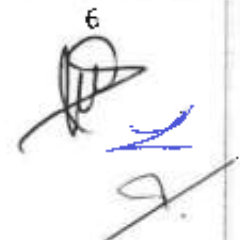
Relatório de Gestão 2025





2 | Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2025.



2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de **2025** decorreu num contexto particularmente exigente, marcado pela instabilidade dos indicadores internacionais e pelos efeitos diretos das guerras, bem como pela pressão exercida pelos preços dos combustíveis e da energia. Estes condicionamentos continuaram a repercutir-se de forma significativa na atividade económica, afetando empresas e administrações públicas, num enquadramento macroeconómico ao qual a Município não foi alheia.

Em **2025**, a Município assinalou **26 anos de atividade** ao serviço da modernização administrativa e da transformação digital dos territórios. Ao longo deste percurso, a empresa teve um papel pioneiro na criação do mercado digital da informação geográfica em Portugal, desenvolveu soluções inovadoras e consolidou uma identidade assente na competência técnica, na resiliência institucional e na prossecução do interesse público. Esta trajetória reforça a confiança com que encaramos os desafios do presente e do futuro.

O ano de 2025 ficou igualmente marcado por um ciclo de investimento estratégico e de reforço de capacidades. A Município adquiriu novos equipamentos tecnológicos, entre os quais o drone Matrice 350 RTK, o Lidar Zenmuse L2, a câmara fotogramétrica PhaseOne Aerial System, a câmara térmica Zenmuse H30T, o MatterPort Pro3, a Bambu Lab H2D e o sistema Lidar Slam RS10. Estes investimentos representam um reforço concreto da autonomia técnica da empresa, da precisão dos dados recolhidos e da capacidade de resposta às necessidades dos municípios.

No plano económico e financeiro, a atividade desenvolvida permitiu atingir, em 2025, um **volume de negócios de 3.220.457 euros**, um **Resultado Antes de Imposto de 163.253 euros** e um **Resultado Líquido do Exercício de 147.224 euros**. Estes resultados evidenciam uma gestão prudente, responsável e orientada para a sustentabilidade, mesmo num contexto adverso e altamente competitivo.

A análise da estrutura de faturação desde **2000** confirma a importância crescente dos projetos desenvolvidos com entidades não acionistas, clientes privados e mercado internacional. No período **2000-2025**, o peso médio da faturação ao acionista **Oeiras** foi de **7%**, o peso médio da faturação dos **acionistas, excluindo Oeiras**, foi de **17,5%**, o dos **não acionistas públicos** foi de **43,8%**, o dos **privados** foi de **20%**, e o do **mercado internacional** foi de **11,7%**.

Em 2025, a estrutura da faturação distribuiu-se da seguinte forma: **Oeiras - 4,1%**, **acionistas (sem Oeiras) - 6,2%**, **não acionistas públicos - 26,9%**, **privados - 59,2%** e **mercado internacional - 3,7%**. Deste modo, a faturação associada ao acionista **Oeiras** representou **4,1%** do total, enquanto os **restantes acionistas** representaram **6,2%**.

O mercado nacional continua, porém, sujeito a forte pressão, em grande medida devido a modelos de contratação pública excessivamente centrados no critério do preço mais baixo.

Este enquadramento tem contribuído para a fragmentação do mercado, para a redução do valor acrescentado em diversos projetos e para o agravamento da conflitualidade, traduzida numa percentagem relevante de consultas públicas em litígio e sem prazo de resolução. Ainda assim, a Município tem enfrentado este contexto com a mesma determinação que lhe permitiu, ao longo da última década, alcançar resultados positivos mesmo em períodos de crise.

A digitalização do território é hoje uma exigência central das políticas públicas. A Município tem procurado responder a esse desafio conciliando rigor tecnológico com uma visão humanizada da inovação, desenvolvendo soluções que respeitam a identidade local e transformam complexidade técnica em instrumentos acessíveis, participativos e orientados para a decisão.

Neste domínio, soluções como a **Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE)**, o **CityHub**, o **Observatório IMPACT** e os **Gémeos Digitais** constituem exemplos concretos da nossa capacidade para transformar dados em conhecimento e conhecimento em ação. Estas plataformas apoiam os municípios na gestão mais eficiente, sustentável e transparente do território, reforçando a qualidade da decisão pública.

A integração de tecnologias emergentes, designadamente **Inteligência Artificial, análise preditiva e modelação 3D/4D**, é já uma realidade nas soluções desenvolvidas pela Município. A Inteligência Artificial permite correlacionar informação e apoiar decisões; a análise preditiva contribui para a projeção de cenários sustentáveis; e os gémeos digitais tornam possível simular realidades dinâmicas, antecipar impactos e otimizar políticas públicas. Para a Município, a tecnologia é sempre entendida como um instrumento de inteligência pública e não como um fim em si mesma.

A estratégia da Município para **2026 e 2027** assenta em dois pilares fundamentais: a **inovação** e o **desenvolvimento de contratos-programa com os acionistas**.

No domínio da **inovação**, aprofundámos em **2025** um compromisso continuado com soluções estruturantes. Entre essas soluções destacam-se:

- o **CityHub**, enquanto plataforma de gestão urbana integrada alinhada com a **Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes**;
- a **integração de Itwin e de modelos 3D/4D**, ao serviço do planeamento preditivo, da gestão urbanística, da gestão de infraestruturas e da monitorização ambiental;

- a **CONNECT – Central de Compras Públicas**, que serve mais de 450 entidades e promove transparência, sustentabilidade e economias de escala;
- os projetos **Green Energy** e **Underground Intelligence**, orientados para a eficiência energética e a gestão inteligente do subsolo;
- a aposta continuada na **qualidade e atualização dos dados**, como fator diferenciador da gestão urbana;
- a adoção de soluções **Open Source desde 2007**, assegurando independência tecnológica;
- e a integração progressiva de **Inteligência Artificial**, em conformidade com princípios éticos e de responsabilidade pública.

No que respeita aos **contratos-programa**, importa sublinhar que esta abordagem representa uma mudança de paradigma na relação com os municípios acionistas. O seu foco está na prossecução do interesse público municipal, promovendo objetivos concretos como a **eficiência energética**, a **redução do risco** e o **aumento da segurança e bem-estar das populações**, a **atualização e integridade dos dados geográficos**, o **cumprimento dos instrumentos de gestão territorial**, o **alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e o **desenvolvimento tecnológico com impacto social positivo**.

Esta abordagem permite reduzir redundâncias, integrar processos e reforçar a capacidade de resposta dos municípios perante os desafios atuais da governação pública. Os contratos-programa materializam, assim, ganhos concretos em eficácia, eficiência, redução de custos e independência tecnológica, colocando ao serviço de novos projetos estratégicos a experiência acumulada pela Município ao longo de **26 anos**.

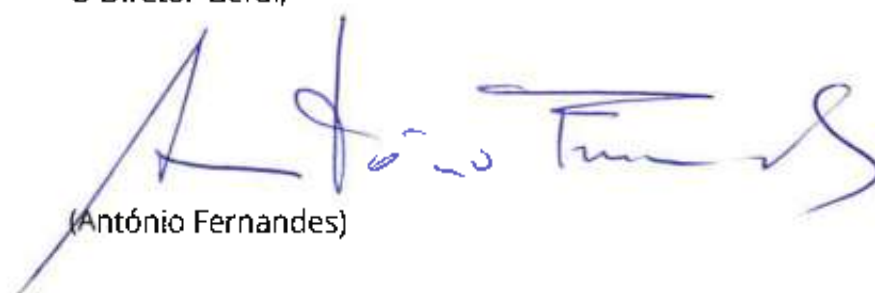
Foi precisamente em **2025** que se deu o primeiro passo nesta direção, com a celebração do **contrato-programa com a Câmara Municipal de Oeiras**, no valor de **720.000 euros**.

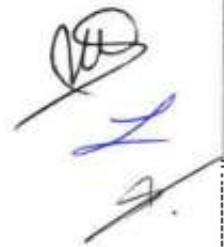
O **Plano de Atividades e Orçamento para 2026** traduz opções de gestão responsáveis e sustentáveis, orientadas para a defesa dos interesses dos municípios e para a salvaguarda dos postos de trabalho da equipa da Município. A nossa visão é clara: evoluir da simples digitalização para uma verdadeira inteligência pública, em que cada decisão é sustentada por dados fiáveis, cada ação é acompanhada em tempo real e cada cidadão participa num ecossistema mais transparente e colaborativo.

A Município continuará, assim, a afirmar-se como um agente de futuro, colocando a ciência dos dados e a inteligência territorial ao serviço de uma administração pública mais moderna, eficiente e sustentável. É com confiança, responsabilidade e sentido de missão que apresentamos este **Relatório e Contas de 2025**.

Oeiras, 27 de fevereiro de 2026

O Diretor Geral,


(António Fernandes)



2.2. Atividade Desenvolvida

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

A Município nunca abdicou da qualidade dos serviços, da inovação permanente, do profissionalismo, da enorme competência da equipa e da sua responsabilidade para com o serviço público, protagonizando em cada momento o caminho da inovação.

A atividade de Investigação & Desenvolvimento (I&D) é transversal a todos os serviços da Município.

No âmbito **do investimento em I&D** a Município, ao longo dos anos, preparou uma resposta aos desafios emergentes das SmartCities, desenvolveu soluções que têm um enorme potencial de retorno de investimento. Investiu sempre em novos produtos, que constituem hoje um significativo património tecnológico dos quais destacamos:

2.2.1. CityHUB - A Município aposta na inteligência de processos e na inovação digital

A Plataforma de Gestão Urbana (PGU) CityHub by Município é um catalisador da gestão municipal e está alinhada com a estratégia da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), responsável pela promoção e desenvolvimento da modernização administrativa em Portugal que atua sobre três eixos: Transformação Digital, Serviço Público Omni canal e Simplificação Administrativa.

A PGU CityHub é uma plataforma escalável em função das necessidades e da complexidade das operações diárias de cada município "onde tudo se liga", é uma solução "fit to purpose" que reúne as "melhores práticas" capazes de dar suporte às melhores decisões políticas.

A Município desenhou uma estratégia relativa a disponibilização de dados, desmaterialização de processos, analítica e integração de novos serviços com vista à redução dos tempos de resposta aos Municípios, nomeadamente inteligência de processos e operacionalização de políticas/objetivos que permitirá organizar numa lógica moderna, alinhada com as melhores práticas, a melhor resposta integrada, a definição do foco e a centralização da liderança.

A Município, no quadro de desenvolvimento dos seus projetos está alinhada com o "Movimento Digital com Propósito" tem como referência de atuação os quatro compromissos universais que compõem o 'Quadro de Atuação Digital com Propósito'.

A transformação digital das cidades não dispensa um plano adaptado a cada realidade municipal que vise a sustentabilidade e a eficácia da gestão pública.

Assumem particular importância a inteligência de processos, a inovação digital, a colaboração e a inclusão de todas as equipas. A transversalidade das soluções, a

centralização das Base de Dados, a sua partilha e critérios de atualização estão do centro das preocupações de eficácia e eficiência da gestão, bem como a integridade dos dados nos diferentes temas de suporte à atividade e gestão municipal e a sua utilização universal nos diferentes serviços.

2.2.2 UE Geosmartcity

Integramos o projeto europeu Geosmartcity, em conjunto com 12 entidades europeias de 9 nações diferentes. Envolvemos neste período os nossos meios e os recursos humanos mais especializados, na produção de ferramentas opensource e estudos de base espacial em 2 áreas fundamentais de gestão:

- eficiência energética (denominada no projeto por **Green Energy**) e,
- gestão de infraestruturas enterradas (denominado no projeto por **Underground Intelligence**).



Plataforma Underground Intelligence - Plataforma Greenenergy – Portal Geosmartcity

2.2.3. Underground Intelligence

Este cenário investigou como gerir melhor as redes de serviços públicos graças a uma partilha mais eficaz de dados, bem como a forma como a interação entre operadores de redes de serviços públicos, Administração Pública e cidadãos pode ser promovida usando aplicativos móveis e de desktop. Isto é conseguido através da exploração de geoinformação de base aberta e harmonizada (compatível com INSPIRE ou extensão dela), enriquecido por dados abertos para redes de serviços públicos, bem como fatores ambientais circundantes (morfologia, fatores de risco, assentamentos existentes e novos, serviços e infraestruturas, monitorização de redes, cadastro, tráfego e seu impacto, etc.).

Com base num Webservice que expõe informação geográfica e dados de rede, o projeto desenvolveu um kit de ferramentas reutilizável para apoiar operadores industriais, combinando capacidades de análise com todas as informações relevantes por meio de instalações de realidade aumentada de última geração no local para auxiliar os trabalhos de campo.

Com base num Webservice que expõe informação geográfica e dados de rede, o projeto desenvolveu um kit de ferramentas reutilizável para apoiar operadores industriais, combinando capacidades de análise com todas as informações relevantes por meio de instalações de realidade aumentada de última geração no local para auxiliar os trabalhos de campo.

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- gestão sustentável do subsolo e solo;
- dotar os municípios de ferramentas digitais sofisticadas com o propósito de garantir uma eficaz rentabilização quer dos atravessamentos subterrâneos quer dos atravessamentos aéreos das utilities instaladas;
- permitir uma gestão profissional do interesse de todos quer do ponto de vista da optimização dos recursos, quer do ponto de vista da manutenção das redes e do arrecadamento de receita adicional.

2.2.4. Green Energy - eficiência energética da Iluminação pública

A eficácia da estratégia de eficiência energética para a iluminação pública, plano de investimento e solução tecnológica, dependem do conhecimento do sistema de IP existente. É incontornável ter o cadastro da IP organizado e atualizado para o diagnóstico do sistema, base para projetar as soluções mais adequadas a nível de eficiência, a nível de sustentabilidade e a nível de interoperabilidade.

Com a plataforma “Green Energy” os municípios podem monitorizar os consumos de energia nos edifícios públicos e toda a rede de Iluminação Pública (IP) e, deste modo, conseguir estabelecer metas de redução de consumos.

O sistema funcionará como uma plataforma de ajuda à monitorização do consumo anual de energia no município, mas também será capaz de fornecer uma estimativa da produção de energia solar para novos edifícios bem como fazer a atualização permanente de todos os novos projetos de IP.

A plataforma será a base para a inteligência de processos e elaboração do Plano Diretor Municipal de Iluminação e respetivo Observatório de Eficiência Energética para monitorização de:

custos com consumo de energia; eficiência de luminância; pegada de CO2 e Gases com Efeitos de Estufa; indicadores enquadrados com os objetivos ODS.

A Município fez o cadastro da iluminação pública rigoroso e exaustivo para Oeiras, base da gestão inteligente da IP. A caracterização desta infraestrutura, permite ainda um conhecimento indispensável à avaliação do potencial desta infraestrutura IP como recurso para outros sistemas de gestão da cidade.

A Município oferece a *expertise* em integrar o potencial que esta infraestrutura pode disponibilizar com outros sistemas urbanos como os transportes, a segurança, os riscos, a recolha de lixo, meio ambiente, ordenamento, ...etc.

Através da análise de dados e da modelação de cenários, o compromisso da Município para Oeiras é identificar as melhores oportunidades para otimizar a gestão urbana e gerar novos serviços para os cidadãos alinhados com a estratégia de transformação digital da cidade com propósito.

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver serviços para contabilizar as poupanças energéticas dos edifícios (ou seja, definir modelos e serviços para monitorizar e analisar a irradiação solar e outros fatores que influenciam a produção e o consumo de energia);
- Disponibilizar serviços de apoio à utilização inteligente da energia para cada parte interessada;
- Apoiar as administrações públicas e as autoridades locais na definição e adoção de políticas a fim de identificar a melhor utilização e redução dos combustíveis fósseis, e aumentar as oportunidades de emprego local adotando planos de transição energética envolvendo atores públicos e privados.
- Neste cenário, os dados abertos (especificamente dados geográficos e dados gerados em tempo real) e novas tecnologias relacionadas (SOA, Big data, BI e GeoBI, smart metering) são facilitadoras essenciais das estratégias de energia verde.

2.2.5. Connect

A Município cria com sucesso a maior plataforma **Municipal** de compras públicas no país, com mais de 450 entidades públicas aderentes, sendo a esmagadora maioria autarquias.

Promovemos **Compras Sustentáveis, Transparência e boa Governança** dos organismos públicos. A CONNECT – Central Compras Públicas tem uma plataforma digital, onde a cada momento pode saber quais os **Acordos Quadro** ativos e bem assim o que é possível adquirir e a que preços.

Handwritten signature and initials in blue ink.

2.3. Direções do Serviço

2.3.1. Direção de Cartografia e Cadastro

A Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) tem como missão primordial a aquisição, organização e produção de dados geográficos de elevada precisão, atualizados e fiáveis. Estes dados são cruciais para dar resposta às exigências crescentes dos nossos clientes, suportando decisões estratégicas em diversas áreas. A nossa dinâmica assenta numa profunda especialização nos segmentos e áreas de atuação, no investimento contínuo em tecnologia de ponta e numa sólida história de fornecimento de soluções e serviços de sucesso, sempre respeitando os prazos e orçamentos estabelecidos.

O ano de 2025 foi marcado pela plena integração e exploração dos investimentos tecnológicos realizados no final de 2024, nomeadamente o drone Matrice 350 RTK, o Lidar Zenmuse L2, a Câmara Fotogramétrica Zenmuse P1, a câmara térmica Zenmuse H30T e ainda o MatterPort Pro3. Estes avanços permitiram à Município expandir significativamente as suas capacidades operacionais e diversificar a oferta de soluções inovadoras, consolidando a nossa posição como referência no setor.

Durante o ano de 2025, a DCC executou uma série de projetos de relevo, demonstrando a versatilidade e o impacto das nossas novas tecnologias:

- No âmbito de projetos para planos de pormenor, a DCC utilizou a nova tecnologia para produzir cartografia de alta precisão. Esta capacidade foi fundamental para o desenvolvimento de estudos e planeamento urbano, garantindo dados geográficos atualizados e detalhados aos nossos clientes.
- Foi executado um estudo de areias e recarga artificial de praias para a Câmara Municipal de Oeiras. Este projeto abrangeu 7 épocas distintas, desde 2002 até 2025, utilizando a tecnologia adquirida para recolher e analisar dados. Os resultados obtidos permitem uma sustentação robusta para a CMO solicitar a recarga de areia à APA, contribuindo para a gestão costeira e a proteção ambiental.



Imagem Lidar da Praia da Torre (Oeiras)

[Handwritten signature and initials]

- A DCC produziu a cartografia 1:5.000 para o Município de Vila do Conde, com o objetivo de apoiar os Planos Diretores Municipais (PDM). Este trabalho é crucial para o planeamento territorial e o desenvolvimento sustentável do concelho.
- Através da câmara Lidar, realizou-se a modelação tridimensional de todas as ribeiras do concelho de Oeiras. Este projeto fornece dados essenciais para suportar decisões relacionadas com a gestão hídrica, prevenção de cheias e planeamento ambiental no município.
- Com a nova câmara aérea de grande formato, produziu-se True Orthos do concelho de Oeiras. Esta tecnologia permite a criação de ortofotomapas sem distorções geométricas, oferecendo uma representação fidedigna do terreno e dos elementos urbanos, fundamental para diversas aplicações cartográficas e de planeamento.
- Diversos projetos Lidar foram desenvolvidos, abrangendo uma vasta gama de aplicações. Estes incluíram estudos de biodiversidade e a identificação de sumidouros de carbono, contribuindo para a investigação e gestão ambiental. Adicionalmente, foram realizados projetos Lidar focados na criação de Modelos Digitais de Superfície (MDS), Modelos Digitais de Terreno (MDT), Meshs com alta precisão, fornecendo suporte essencial para projetos de arquitetura e engenharia, onde a exatidão topográfica é crítica.



Imagem Lidar do Parque dos Poetas (Oeiras)

Em 2025, a Município reforçou o seu parque tecnológico com a aquisição da Câmara aérea de última geração Phase One 280 i. Este equipamento permite uma maior produtividade e uma qualidade superior na aquisição de dados fotogramétricos. Com esta câmara, foram realizadas coberturas aéreas para projetos de infraestruturas de grande envergadura, como



a ferrovia de alta velocidade, evidenciando a capacidade em responder a desafios complexos com tecnologia de ponta.

Investimentos Tecnológicos e Perspetivas Futuras

Em 2025, a Município consolidou os investimentos tecnológicos realizados no ano anterior, alcançando a plena integração e operação do drone Matrice 350 RTK, do Lidar Zenmuse L2, da câmara fotogramétrica Zenmuse P1, da câmara térmica Zenmuse H30T e do sistema de digitalização espacial Matterport Pro3. A aquisição da câmara aérea Phase One 280i reforçou ainda mais a posição da empresa como referência nacional em soluções avançadas de cartografia e levantamento aéreo.

Estes avanços tecnológicos permitem à DCC continuar a oferecer serviços de excelência, com maior precisão, eficiência e capacidade de resposta às necessidades dos seus clientes. A aposta contínua na inovação tecnológica posiciona a Município na vanguarda do setor, permitindo antecipar as tendências do mercado e responder às exigências de projetos cada vez mais complexos e que requerem um nível de detalhe e exatidão superior.

2.3.2. Direção de Engenharia e Infraestruturas

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) como uma unidade de referência na execução de projetos complexos e inteligência de dados aliado ao cadastro de infraestrutura de subsolo. Um marco decisivo neste percurso foi a aquisição e receção, em setembro de 2025, do equipamento SLAM (Simultaneous Localization and Mapping). Esta tecnologia de levantamento 3D de alta precisão foi integrada de imediato no fluxo de trabalho da direção, permitindo uma recolha de dados mais célere e rigorosa, traduzindo-se num aumento significativo da produtividade em campo.

Execução de Projetos

- **Porto de Leixões:** O projeto de levantamento cadastral e georreferenciação das infraestruturas do porto de Leixões teve o seu arranque efetivo no início de 2025. Os trabalhos abrangem as redes elétricas, telecomunicações e drenagem e abastecimento de água, abrangendo áreas críticas como a Via Cintura Portuária e o Aqueduto Sul do Rio Leça. A partir de setembro, o uso do equipamento SLAM foi determinante no apoio ao levantamento de grandes infraestruturas como o Aqueduto Sul do Rio Leça, garantindo maior precisão nos dados.
- **Lourinhã:** Em conformidade com o cronograma, iniciaram-se a 3 de setembro os trabalhos referentes a projeto de expropriações referente ao projeto da CM de Lourinhã para implementação de medidas corretivas para redução dos níveis de cheia do rio Grande.

A direção aplicou a sua vasta experiência em processos de expropriação para assegurar o desenvolvimento para a expropriação dos terrenos e obtenção da declaração de utilidade pública.

- **Quinta do Barão:** O quarto trimestre foi assinalado pela conclusão formal deste projeto, consolidando todas as entregas previstas.

Contrato-Programa: Gestão Energética e Cadastro Digital

No âmbito do Contrato-Programa (CP333/2025), a atividade centrou-se na organização e análise de dados referente à eficiência energética (eletricidade) compreendendo:

- **Atualização do Cadastro de Iluminação Pública (IP):** O trabalho contínuo de atualização cadastral beneficiou, no último quadrimestre, do **apoio tecnológico do sistema SLAM**, que permitiu otimizar a modelação da infraestrutura física (alturas e características físicas de arruamentos).

- **Inteligência de Dados e CPEs:** Foi realizada a geolocalização e modelação de mais de **8.000 Códigos de Ponto de Entrega (CPE)**. Este processo permitiu associar pontos físicos (IP, escolas, edifícios municipais) ao histórico de faturação, criando uma base de interoperabilidade inédita para a gestão financeira.

- **Apoio Estratégico:** Destaque para a entrega do Relatório de Eficiência Energética (2014-2024) e da Estratégia 2026-2030, além da recomendação técnica para a adoção de tecnologia **Smart City nas luminárias**.

Conclusão e Perspetivas

A DEI encerra 2025 com as suas competências reforçadas em vários domínios. O foco para 2026 será a expansão e a exploração da capacidade de levantamento 3D aplicados ao setor das infraestruturas para novos mercados e parceiros, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Direção.

2.3.3. Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2025 da Direção de Inteligência Espacial (DIE) dividiram-se em projetos internos e projetos externos.

Relativamente aos projetos externos, ou seja, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a continuação da migração de clientes para a Plataforma *CityHub* e implementação da plataforma em novos clientes, a execução de projetos no âmbito de estudos e planos, de aquisição de dados, de Migração e Harmonização de Bases de Dados e de Formação em Sistemas de Informação Geográfica.

Adicionalmente, durante este ano, prolongando-se para o ano de 2026, merece destaque a celebração de um contrato-programa com o Município de Oeiras, que no contexto da DIE, materializa-se na delegação de competências no âmbito da Infraestruturas de Dados Espaciais (IDE) e implementação de uma estratégia de *Smart City* para o Município.

Quanto às perspetivas para 2026 destacamos a elaboração de cartografia de risco e planos e o levantamento de informação geográfica, nomeadamente cadastro arbóreo e do espaço público bem como ações de formação.

Perspetiva-se também a manutenção e implementação da plataforma *CityHub* através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma *munWebGIS* e na angariação de novos clientes, no mercado nacional e internacional.

O *CityHub*, como Centro de Inteligência Municipal, está alinhada com a Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes, assenta num conceito de acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios, continuámos durante este ano a desenvolver e melhorar a plataforma existente. Neste sentido, continuámos a melhorar a plataforma e a implementar novos módulos que vão de encontro às necessidades do mercado da informação geográfica e das *Smart Cities*.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município, SA e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; apoio ao Sistema de Gestão Documental, em Help Desk às diversas divisões, em Auditoria e Manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa.

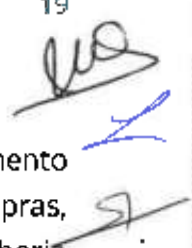
Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Ainda no âmbito dos projetos internos, o ano de 2025 ficou marcado pela migração e entrada em produção do novo ERP CEGID Primavera, na qual a DIE desempenhou um papel importante no apoio às restantes Direções e na componente de Projeto.

2.3.4. **Direção Connect**

Durante o exercício de 2025, a Connect – Central de Compras Públicas manteve uma trajetória sustentada de crescimento e consolidação do seu posicionamento enquanto instrumento de eficiência, transparência e racionalização da despesa e da Contratação Pública para as entidades aderentes.

Ao longo do ano verificou-se um aumento consistente do número de entidades participantes, que evoluiu de 333 aderentes no final de 2024 para 463 no final de 2025,



traduzindo um crescimento global de cerca de 39%. Esta evolução reflete o reconhecimento progressivo do valor acrescentado proporcionado pela Central de Compras, designadamente pela simplificação processual, redução de tempos de aquisição, melhoria das condições económicas e reforço da transparência procedimental.

Em termos de faturação, após um início de ano marcado por alguma contenção face ao período homólogo, observou-se uma recuperação gradual ao longo dos trimestres subsequentes, culminando num desempenho global claramente positivo. A atividade da Connect atingiu em 2025 um valor de faturação de 1.554.866 euros, representando um crescimento de 17% face a 2024 e um aumento muito significativo comparativamente a 2023.

Ao longo do ano foram conduzidos procedimentos de elevada relevância económica e operacional para as entidades aderentes, destacando-se contratos nas áreas da energia elétrica, combustíveis, segurança e vigilância e mobilidade sustentável. Entre estes, assumiram particular relevância procedimentos de fornecimento energético, contratos de segurança para entidades públicas e processos de aquisição de veículos de transporte público — incluindo autocarros elétricos e a hidrogénio — contribuindo para a modernização e descarbonização dos sistemas de mobilidade municipal.

Paralelamente, manteve-se a valorização dos princípios estruturantes da Connect — celeridade, poupança, eficiência e transparência — identificados de forma consistente pelas entidades aderentes como principais benefícios do modelo de centralização de compras.

Para além da atividade de contratação pública, a Direção Connect continuou a assegurar serviços complementares de suporte à gestão municipal, nomeadamente soluções de geolocalização e gestão de frotas para mais de uma centena de clientes, tendo resultado desta atividade uma faturação superior a 550.000 euros.

As duas valências descritas, uma destinada ao suporte da Contratação Pública e outra de serviços de Gestão de Frota totalizou um volume global de faturação de 2.130.288,32 euros.

O exercício de 2025 encerra, assim, com indicadores de crescimento relevantes, aumento expressivo da base de aderentes e reforço do impacto económico e operacional da Central de Compras no setor público local.

Para 2026, manter-se-á a estratégia de expansão e consolidação do serviço, assente nos princípios de sustentabilidade, simplicidade, agilidade e oportunidade, visando continuar a promover eficiência na despesa pública e melhoria do serviço prestado às entidades e no limite aos cidadãos.

2.4. Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municípiã, ao longo do ano de 2025:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2024	Nº Propostas 2025	Δ% Nº Propostas 24-25	Em Valor		Δ% Valor 24-25
				2024	2025	
Propostas adjudicadas	107	387	261,7%	2.195.522	3.492.677	59,1%
Propostas em aberto	218	175	-19,7%	13.675.554	7.276.520	-46,8%
Propostas recusadas	119	1	-99,2%	770.437	11.551	-99,2%
Total de Propostas Apresentadas	444	563	26,8%	16.641.513	10.780.748	-35,2%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 563 propostas ao longo do ano de 2025, o que reflete a apresentação de mais de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 261,7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 59,1% no valor (euros) das propostas adjudicadas. No entanto, ao analisarmos a percentagem de propostas adjudicadas face ao total de propostas apresentadas, verifica-se que, em 2024, cerca de 24% das propostas submetidas foram adjudicadas, enquanto em 2025 esse valor ascendeu a aproximadamente 69%. Esta evolução representa um incremento superior a 44 pontos percentuais, refletindo um aumento muito significativo na taxa de sucesso e na eficácia global do processo de elaboração e submissão de propostas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2025 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
EDP COMERCIAL	621.048	19,2%
COMANSEGUR & POWERSHIELD	186.691	5,8%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	132.404	4,1%
LUBRIFUEL	106.108	3,3%
PROJETO HARMONIZAÇÃO E MELHORIA DAS ESTATÍSTICAS	104.676	3,2%
UIC – UNIDADE DE INDÚSTRIA AUTO MECÂNICA DO CENTRO	91.414	2,8%
MUNICÍPIO DE LEIRIA	81.900	2,5%
CLARANET II SOLUTIONS	71.732	2,2%
SLG, LDA	69.370	2,1%
MUNICÍPIO DE FARO	63.962	2,0%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

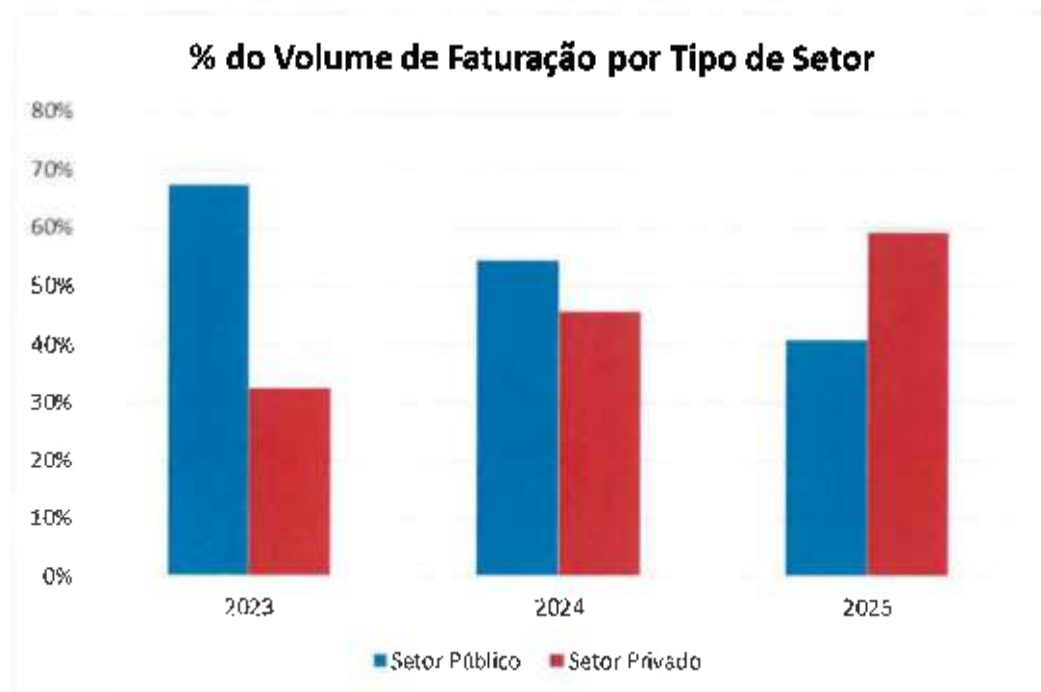
Tipologia de Clientes

O setor privado ganhou quota de mercado ao setor público, passando a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 59,20% da faturação, registando um acréscimo de 30% face ao ano anterior.

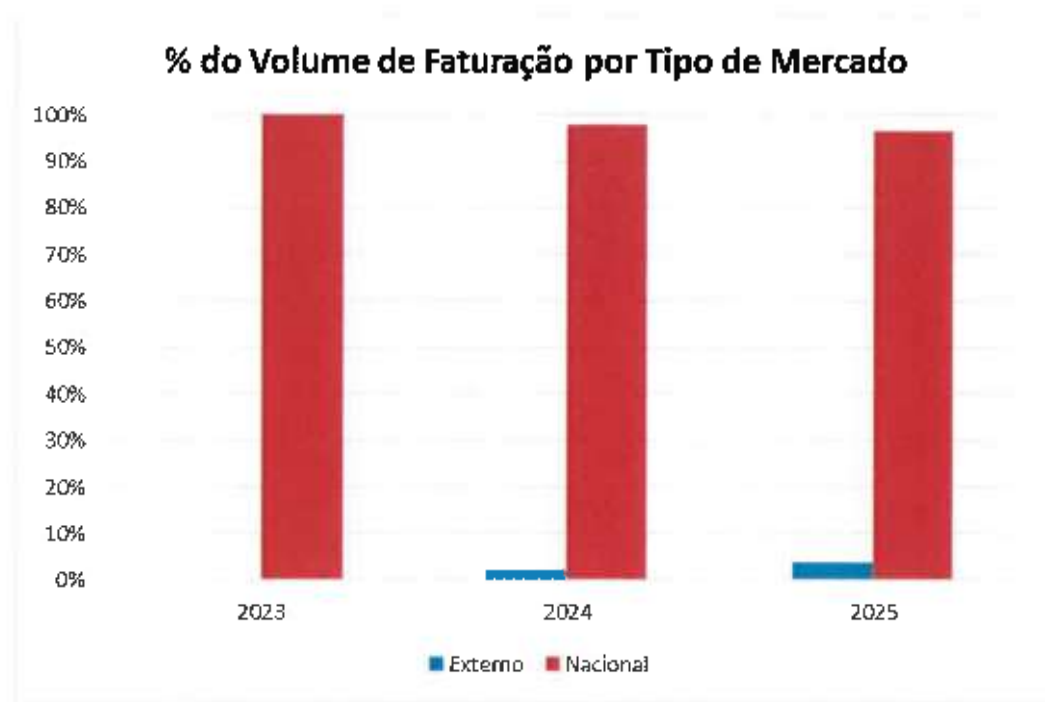
O setor público explica cerca de 40,80% da faturação, ou seja, menos 25% que no exercício anterior.



FATURAÇÃO	2023	2024	2025
Setor Público	67,50%	54,43%	40,80%
Setor Privado	32,50%	45,57%	59,20%



FATURAÇÃO MERCADO	2023	2024	2025
Externo	0,00%	2,08%	3,66%
Nacional	100,00%	97,92%	96,34%

2.5. Certificações Técnicas e Marcas Registadas

Certificações Técnicas



A Direção Geral do Território certifica que a empresa Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. está autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

Marcas Registadas



Municípi@ ®

Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®

Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



UNIQUEPATHS ®



Empresa de Serviços Energéticos.



Connect Central de Compras Públicas

MUNICÍPIA GREEN ENERGY

MUNICÍPIA UNDERGROUND INTELLIGENCE

OMT – OBSERVATÓRIO MUNICIPAL TERRITÓRIO

SMARTLAND

2.6. Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam viver com paz, dignidade e prosperidade. Estabelecidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), integram a Agenda 2030 e representam um compromisso comum entre governos, empresas e sociedade civil.

São 17 objetivos interligados que funcionam como um plano estratégico para enfrentar os principais desafios sociais, ambientais e económicos do nosso tempo.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

1. **Erradicação da Pobreza** – Eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
2. **Fome Zero e Agricultura Sustentável** – Acabar com a fome, promover a segurança alimentar e apoiar a agricultura sustentável.
3. **Saúde e Bem-Estar** – Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. **Educação de Qualidade** – Assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. **Igualdade de Género** – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
6. **Água Potável e Saneamento** – Garantir acesso universal à água potável e ao saneamento, de forma segura e sustentável.
7. **Energia Acessível e Limpa** – Assegurar o acesso a energia fiável, sustentável e moderna.
8. **Trabalho Digno e Crescimento Económico** – Promover crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e trabalho digno.
9. **Indústria, Inovação e Infraestruturas** – Desenvolver infraestruturas resilientes e fomentar a inovação.
10. **Redução das Desigualdades** – Reduzir desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. **Cidades e Comunidades Sustentáveis** – Tornar cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
12. **Consumo e Produção Responsáveis** – Promover padrões sustentáveis de produção e consumo.
13. **Ação Climática** – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
14. **Vida na Água** – Proteger e utilizar de forma sustentável os oceanos e recursos marinhos.
15. **Vida Terrestre** – Proteger ecossistemas terrestres, combater a desertificação e travar a perda de biodiversidade.

16. **Paz, Justiça e Instituições Eficazes** – Promover sociedades pacíficas, garantir acesso à justiça e fortalecer instituições inclusivas.
17. **Parcerias para a Implementação** – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Para uma empresa de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica, como a Município, a integração dos ODS é particularmente natural. O mapa é, por excelência, uma ferramenta de diagnóstico, planeamento e tomada de decisão. Assim, os ODS não são encarados apenas como um compromisso ambiental, mas como um verdadeiro guia estratégico para o negócio e para o impacto social.

A Município continuou com o processo de implementação do sistema de compras sustentáveis, concorrendo desta forma para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. O Papel Central da Geoinformação

A Município dedica-se à recolha, análise e visualização de dados georreferenciados, criando inteligência territorial que apoia setores como administração pública, construção, energia ou agricultura.

O core business da empresa contribui diretamente para os ODS, não só através de práticas internas sustentáveis, mas sobretudo fornecendo soluções que permitem a outras organizações atingir metas de sustentabilidade. O produto-chave é a eficiência territorial.

2. ODS com Impacto Direto (Mercado-Alvo)

Estes são os objetivos onde os serviços da Município são essenciais:

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Contribuição: Mapeamento de bacias hidrográficas, redes de abastecimento e saneamento; identificação de áreas com stress hídrico.

Produtos: Cadastro técnico de redes; mapas de vulnerabilidade hídrica.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

Contribuição: Planeamento de rotas para infraestruturas; gestão de ativos críticos.

Produtos: Estudos de corredores logísticos; plataformas de gestão territorial.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Contribuição: Desenvolvimento de gémeos digitais urbanos; simulação de crescimento e mobilidade; apoio ao planeamento urbano.

Produtos: PDM digitais; mapas de uso do solo; sistemas de gestão de transportes.

ODS 13 – Ação Climática

Contribuição: Mapeamento de riscos naturais; monitorização da linha de costa; análise de ilhas de calor.

Produtos: Mapas de risco climático; sistemas de alerta precoce.

ODS 15 – Vida Terrestre

Contribuição: Monitorização de desmatamento, queimadas e biodiversidade; georreferenciamento de áreas protegidas.

Produtos: Relatórios de impacto ambiental; cadastro ambiental rural.

3. ODS com Impacto Indireto (Operação Interna)

A sustentabilidade também se reflete na gestão interna da empresa:

ODS 4 – Educação de Qualidade: Formação contínua em tecnologias emergentes (drones, LIDAR, IA).

ODS 5 – Igualdade de Género: Incentivo à participação feminina em áreas técnicas.

ODS 8 – Trabalho Digno: Condições de trabalho adequadas para equipas de campo e escritório.

ODS 12 – Consumo Responsável: Gestão sustentável de equipamentos; redução do uso de papel.

4. Vantagem Competitiva

A adoção dos ODS traz benefícios concretos:

- Maior competitividade em concursos públicos, que valorizam alinhamento com a Agenda 2030.
- Expansão de mercado, incluindo áreas como créditos de carbono ou seguros baseados em risco geográfico.
- Storytelling técnico mais forte, posicionando soluções SIG como contributos diretos para a saúde pública, ambiente e resiliência territorial.

Conclusão

Para a Município, os ODS representam um verdadeiro catálogo de desafios globais que podem ser enfrentados através da geoinformação.



A empresa converte dados brutos — coordenadas, imagens de satélite, levantamentos topográficos — em conhecimento estratégico capaz de apoiar cidades mais resilientes, proteger ecossistemas e otimizar a gestão de recursos essenciais, como a água.

Desta forma, o negócio da Municipia afirma-se como um motor ativo de sustentabilidade, contribuindo diretamente para a construção de um futuro mais equilibrado e responsável.

2.7. Recursos Humanos

Durante o exercício de 2025, a Município manteve o seu quadro de pessoal relativamente estável, ainda que sujeito a ajustamentos decorrentes da dinâmica operacional da atividade desenvolvida. No final do ano, o quadro de pessoal era composto por 46 colaboradores, o que representa um crescimento de 10% face ao período homólogo de 2024.

Ao longo do exercício registaram-se 17 admissões e 13 saídas de trabalhadores, refletindo um processo de renovação e ajustamento da estrutura de recursos humanos às necessidades operacionais da empresa.

A composição dos Recursos Humanos da Município, no que respeita ao tipo de vínculo laboral, apresenta-se da seguinte forma:

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2024	2025	Δ% 2024-2025
Contrato sem termo	36	33	-8%
Contrato a termo certo	6	13	117%
Contrato a termo incerto	0	0	0%
Σ dezembro	42	46	10%

Da análise da estrutura contratual observa-se uma redução do número de contratos sem termo, acompanhada por um aumento do número de contratos a termo certo, situação que resulta, em parte, da necessidade de assegurar maior flexibilidade na gestão de recursos humanos face à natureza e evolução dos projetos em curso.

No que respeita à distribuição do capital humano por género, a estrutura da empresa no final de dezembro de 2025 apresentava a seguinte configuração:

CAPITAL HUMANO	2024	2025	Δ% 2024-2025
Género Masculino	27	26	-4%
Género Feminino	15	20	33%
Σ dezembro	42	46	10%

Verifica-se uma ligeira redução do número de colaboradores do género masculino, bem como um aumento do número de colaboradoras, refletindo uma evolução positiva na representatividade feminina na organização.

Atualmente, a média etária dos colaboradores situa-se nos 44 anos, refletindo uma estrutura de recursos humanos equilibrada, que combina experiência profissional consolidada com a integração progressiva de perfis mais jovens.

A distribuição etária dos colaboradores apresenta a seguinte evolução:

ESTRUTURA ETÁRIA	2024	2025
De 60 a 69 anos	6	6
De 50 a 59 anos	9	12
De 40 a 49 anos	15	13
De 30 a 39 anos	6	4
De 18 a 29 anos	7	11

A análise comparativa da estrutura etária entre 2024 e 2025 evidencia algumas alterações relevantes. Regista-se um aumento significativo no grupo etário dos 18 aos 29 anos, que passou de 7 para 11 colaboradores, refletindo o reforço da entrada de profissionais mais jovens na organização.

Observa-se igualmente um crescimento no grupo dos 50 aos 59 anos, que passou de 9 para 12 colaboradores, o que evidencia a presença de quadros com elevada experiência e conhecimento acumulado.

Por outro lado, verifica-se uma redução nos escalões intermédios, designadamente no grupo dos 40 aos 49 anos (de 15 para 13 colaboradores) e no grupo dos 30 aos 39 anos (de 6 para 4 colaboradores).

No seu conjunto, esta evolução traduz uma estrutura etária equilibrada, combinando experiência profissional consolidada com a incorporação de novos talentos, fator que contribui para a continuidade do conhecimento organizacional e para a renovação geracional da empresa.

Relativamente às habilitações literárias, o perfil de qualificação dos colaboradores da Município evidencia um nível de formação globalmente elevado, conforme se apresenta no quadro seguinte:



HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2024	2025
Doutoramento	0	0
Mestrado	2	3
Ensino Superior	25	28
Ensino Secundário	15	15
3º Ciclo Ensino Básico	0	0
Total	42	46

Constata-se que a maioria dos colaboradores possui formação de nível superior, registando-se ainda um ligeiro aumento do número de trabalhadores com grau de mestrado. Este perfil académico reflete a natureza técnica e especializada das atividades desenvolvidas pela empresa e constitui um fator determinante para a qualidade e exigência dos serviços prestados.

No que concerne ao absentismo, registaram-se em 2025 um total de 293 dias de ausência. A principal causa de absentismo correspondeu às licenças parentais, que representaram 40% do total de ausências verificadas no período.

Tendo em consideração o número de dias úteis do exercício e o total de dias de ausência registados, o rácio global de absentismo situou-se em 3%, valor que se mantém em níveis moderados e compatíveis com a dimensão e estrutura da organização.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	OBRIG. LEGAL	DESLOCAÇÃO À ESCOLA	AUTORIZ. / APROVADAS EMPRESADOR	
Σ EM DIAS	59	117	80	8	0	3	26	293
PESO RELATIVO	20%	40%	27%	3%	0%	1%	9%	100%

No domínio da formação profissional, destaca-se o reforço do investimento na valorização e desenvolvimento de competências dos colaboradores. Em 2025, 27 trabalhadores participaram em ações de formação, representando um aumento significativo face ao ano anterior.

Do total de 323,5 horas de formação realizadas, 273,5 horas (85%) corresponderam a ações de especialização técnica, enquanto 50 horas (15%) foram dedicadas à participação em workshops, palestras e conferências.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2024	2025	Δ% 2024-2025
N.º DE FORMANDOS	10	27	170%
N.º DE AÇÕES	8	7	-13%
HORAS DE FORMAÇÃO	164	323,5	97%

Este reforço do investimento formativo evidencia o compromisso da Município com a qualificação contínua dos seus recursos humanos, promovendo a atualização de competências e o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2023 e 2025, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

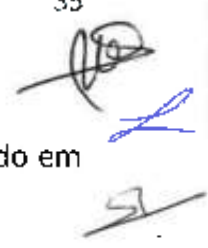
Natureza	2023	2024	2025	Peso % no total	Var. 23-24	Var. 24-25
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	1.270.837,06	1.116.997,40	1.392.407,73	77,77%	-12,11%	24,66%
Horas extra	7.066,68	970,56	495,00	0,03%	-86,27%	-49,00%
Senhas de Presença	9.570,60	7.656,48	12.760,80	0,71%	-20,00%	66,67%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	329.844,09	288.032,28	358.042,67	20,00%	-12,68%	24,31%
Ajudas Custo	8.833,00	9.950,25	8.043,61	0,45%	12,65%	-19,16%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	26.663,44	11.958,76	18.671,54	1,04%	-55,15%	56,13%
TOTAL	1.652.814,87	1.435.565,73	1.790.421,35	100,00%	-13,14%	24,72%

Os gastos com remunerações, subsídios de férias e natal e subsídios de alimentação, descritos na 1ª rubrica, sofreram um acréscimo de 24,66%, em virtude de acertos de vencimentos e de novas contratações efetuadas.

A rubrica de horas extra, sofreu uma diminuição de 49%, o que representa apenas 0,03% do peso das remunerações e fica-se a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana.

O valor das senhas de presença registou um aumento de 67% face ao ano transato, resultado direto da necessidade de submeter um número significativamente superior de matérias à apreciação e deliberação do Conselho de Administração. Este acréscimo no volume de decisões levou a um maior número de reuniões formais, refletindo-se proporcionalmente nos custos associados às respetivas senhas de presença.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho aumentaram 24,31%, na proporção da rubrica de remunerações, subsídios de férias e natal e subsídios de alimentação.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'S' and a smaller 'L'.

Regista-se o decréscimo da rubrica de ajudas de custo em 19,16% face a 2024, tendo em consideração a existência de menos projetos com recurso a estadias fora da sede.

Na rubrica de formação, créditos de formação, compensações e outros assistiu-se a um acréscimo de 56,13% face ao ano anterior.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 24,72% em gastos com remuneração.



2.8. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/de desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2023	2024	Var.% (23-24)	2025	Var.% (24-25)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	2.500.434	3.726.937	49%	3.220.457	-14%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria empresa	0	77.493	100%	519.163	570%
Reversões de Imparidades	0	0	0%	276.764	100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	110.918	276.327	149%	115.591	-58%
Total dos Ganhos Operacionais	2.611.352	4.080.757	56%	4.131.975	1%
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	1.284.671	2.045.359	59%	1.465.811	-28%
Gastos com Pessoal	1.652.815	1.435.566	-13%	1.790.421	25%
Imparidade de dívidas a receber	0	49.018	100%	260.138	431%
Outros gastos e perdas	153.191	52.853	-65%	91.154	72%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	261.096	267.014	2%	351.022	31%
Total dos Gastos Operacionais	3.351.773	3.849.810	15%	3.958.546	3%
Resultados Operacionais	-740.422	230.947	131%	173.429	-25%
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	0	467	100%	6.274	1.244%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	65.898	99.668	51%	16.450	-83%
Resultados Financeiros	-65.898	-99.202	-51%	-10.176	90%
Resultados Antes de Imposto	-806.319	131.745	116%	163.253	24%
Impostos	14.155	17.210	22%	16.029	-7%
Resultado Líquido	-820.475	114.535	114%	147.224	29%

Unidade: Euros



O **volume de negócios** da Município registou, em 2025, uma redução de 14% face ao ano anterior, o que corresponde a menos 506.480 euros em termos absolutos. Apesar deste decréscimo, o indicador não reflete uma quebra na capacidade comercial da empresa. Pelo contrário: evidencia uma reorientação da atividade, com um reforço significativo dos serviços associados à Connect, que continuam a crescer e a consolidar-se como uma área estratégica para a expansão comercial da Município.

A rubrica de **subsídios à exploração / trabalhos para a própria empresa** atingiu, em 2025, o montante de 519.163 euros, valor que resulta diretamente do grau de execução do Contrato Programa celebrado com a Câmara Municipal de Oeiras.

A rubrica de **reversões de imparidades** registou um montante de 276.764 euros, referente à reversão de provisões.

A rubrica de **imparidades** registou um movimento de constituição de imparidades no valor de 260.000 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** registou um decréscimo de 58% face a 2024. Esta rubrica representa no essencial, o arrendamento residual de uma área do escritório na sede, de diferenças de câmbio favoráveis, da alienação de ativos que precisavam de ser substituídos e da restituição de custas de um processo no tribunal. Por se tratar de rendimentos não recorrentes, a sua variação anual tende a refletir movimentos pontuais, não traduzindo alterações estruturais na atividade da empresa.

O total de **ganhos operacionais** registou o montante de **4.131.975 euros**, representando um crescimento de 1% face ao ano transato. Este resultado consolida o melhor desempenho operacional dos 26 anos de história da empresa, refletindo a capacidade da Município em manter níveis elevados de atividade e eficiência, mesmo num contexto de ajustamentos noutras rubricas de rendimento.

Os gastos associados à rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um decréscimo de 28% face ao ano transato, o que representa uma redução de menos 579.548 euros em termos absolutos. Esta diminuição resulta essencialmente de uma menor necessidade de subcontratação, que acabou por ficar aquém do montante inicialmente previsto no orçamento para 2025.

Quanto aos **gastos operacionais**, verifica-se que aumentaram 3%, tendo contribuído para este aumento as imparidades de dívidas a receber.

Os **gastos com o pessoal**, aumentaram em 25%, face ao exercício anterior, resultado do reforço dos recursos humanos necessários e da realização de alguns ajustes salariais.

Quanto à rubrica de **imparidades de dívidas a receber**, o montante de 260.138 euros corresponde ao reconhecimento da necessidade de cobertura do risco de incobrabilidade associado a dívidas atualmente em aberto.

A rubrica de **outros gastos e perdas** apresentou um acréscimo de 72%, refletindo sobretudo diferenças de câmbio, despesas bancárias e correções de exercícios anteriores. Este aumento traduz-se num acréscimo de 38.301 euros face ao ano anterior.

As **amortizações** registaram um acréscimo de 31%, ou seja, mais 84.008 euros face ao ano transato. Isto evidencia os investimentos efetuados pela empresa com o objetivo de se manter na vanguarda tecnológica.

Os **Resultados Operacionais** registaram um decréscimo de 25%, atingindo o valor positivo de 173.429 euros. Para este desempenho contribuiu o acréscimo de 1% nos ganhos operacionais, compensado pelo aumento de 3% nos gastos operacionais.

Os **Resultados Financeiros**, registaram uma diminuição de 90% face ao ano anterior, situando-se em -10.176 euros. Esta redução deve-se, em grande medida, à diminuição das despesas com juros associadas a financiamentos obtidos, bem como aos encargos relativos a contratos de locação financeira.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram positivos, contribuindo assim para o cumprimento da regra de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade. Importa referir que, na última década, a empresa alcançou resultados positivos em 7 dos 10 anos.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Regra do Equilíbrio de Contas	22.114	27.363	139.256	94.152	-1.405.221	58.328	1.023.000	-806.219	131.745	161.253

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, este foi, em 2025, de 147.535 euros positivos.

**INDICADORES DE ATIVIDADE**

ATIVIDADE	2023	2024	2025	Var 23-24	Var 24-25
Volume de Negócios	2.500.434	3.726.937	3.220.457	49%	-14%
Rentabilidade das Vendas	-32,81%	3,07%	4,57%	109%	49%
EBIT (Resultado Operacional)	-740.422	230.947	173.429	131%	-25%
Resultado Líquido	-820.475	114.535	147.224	114%	29%
Cash Flow Líquido	-559.379	430.567	758.384	177%	76%

Unidade: Euro

O **Volume de Negócios** de 2025 evidencia uma normalização da atividade, após o crescimento excepcional registrado em 2024, sem comprometer a tendência positiva de médio prazo.

A Municípiã apresenta uma trajetória de recuperação sólida, com melhoria consistente da rentabilidade das vendas e do *cash flow líquido*. Apesar da ligeira desaceleração em 2025, os indicadores mostram uma organização mais eficiente, financeiramente equilibrada e com capacidade para enfrentar desafios futuros.

O *cash-flow líquido* utilizado na análise corresponde a uma métrica focada na capacidade de geração de caixa operacional ajustada, excluindo efeitos não monetários e movimentos extraordinários. Por esse motivo, a evolução positiva do *cash-flow líquido* traduz uma melhoria real na performance operacional, enquanto os fluxos negativos da Demonstração dos Fluxos de Caixa podem resultar de decisões estratégicas de investimento ou de gestão financeira, não representando deterioração da atividade.

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2023	2024	2025	Var 23-24	Var 24-25
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	59.534	88.737	70.010	49%	-21%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	210	203	205	3%	-1%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	147	89	134	39%	-51%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um decréscimo de 21%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 46 (mais 4 funcionários que em 2024) e o volume de negócios diminuiu 21%. Cada funcionário gerou teoricamente 70.010 euros de volume de negócios.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – O número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 205 dias, mantendo-se estável e controlado. A estabilidade do indicador sugere que a empresa tem conseguido gerir adequadamente os seus compromissos com fornecedores, sem pressão significativa sobre tesouraria.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – Houve um decréscimo de 51% no número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 134 dias.

INDICADORES DE TESOURARIA

Tesouraria	2023	2024	2025	Var 23-24	Var 24-25
Liquidez Geral	1,70	1,69	1,72	-1%	1,8%

Liquidez Geral (AC/PC) – O indicador de liquidez geral registou um aumento de 1,8% face ao ano transato. A empresa apresenta uma posição de liquidez sólida e consistente, sem sinais de pressão financeira no curto prazo. A evolução positiva em 2025 reforça a robustez da tesouraria e a eficácia da gestão financeira.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2023	2024	2025	Var 23-24	Var 24-25
Autonomia Financeira	63,30%	63,00%	67,70%	-0,5%	7,5%
Solvabilidade	1,79	1,81	2,62	1,1%	44,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-25,02%	3,44%	4,42%	113,7%	28,5%

Autonomia Financeira (CP/AT) – O rácio apresentado aumentou 7,5% face ao ano transato, o que reflete um grau de autonomia financeira robusto, e que deriva essencialmente de capitais próprios estáveis que financiaram em 2025 o ativo total, permitindo que a sociedade esteja menos dependente da banca para financiar a sua atividade.

A Solvabilidade (CP / (Passivo Total – Proveitos Diferidos)) registou um acréscimo muito expressivo face ao ano anterior, traduzindo um aumento de 45% na capacidade da sociedade para solver os seus compromissos. Este reforço evidencia uma maior robustez financeira, garantindo que a empresa dispõe de meios suficientes para assumir as suas responsabilidades de médio e longo prazo, assegurando assim a continuidade e sustentabilidade da sua atividade no futuro.

A Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) atingiu 4% em 2025, refletindo uma rentabilidade positiva para os acionistas. Este desempenho resulta dos resultados líquidos positivos alcançados pela sociedade e da manutenção do valor dos capitais próprios, permitindo que a empresa continue a gerar retorno sobre os recursos investidos.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos positivos, no entanto ao analisarmos os últimos 10 anos verifica-se que somente em 2020 (COVID), 2022 e 2023, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade em apenas 3 dos últimos 10 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de repor os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter neste mercado.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Regra do Equilíbrio de Contas	77.114	27.365	138.356	95.152	-1.465.221	58.528	-1.023.390	806.219	131.746	-63.253

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2025, **não resultará a necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de 163.253 euros**.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2025, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 10%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017);
- Município de Carregal do Sal (setembro de 2022);
- Município de Mangualde (dezembro de 2023);
- Município de Vila do Conde (dezembro de 2023);
- Associação para o Desenvolvimento Baixo Guadiana (ODIANA) (dezembro de 2023);
- Município de Sintra (julho de 2024);

- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (julho de 2024);
- Município da Maia (dezembro de 2024).

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	63,01%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	5,31%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,57%	33.315,76	28.602,22	-595,76	60.291,39	19.986,83
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,57%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,57%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,88%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Maia	10.706	53.422,00	1,65%	1,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Sertão	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,86%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Botijas	1.998	9.970,02	0,31%	0,34%	0,00	0,00	0,00	8.030,81	2.662,25
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,21%	2.669,70	2.291,99	-47,74	4.831,35	1.601,61
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	2.229,94	1.914,44	-39,88	4.035,50	1.337,78
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	1.000,40	0,00	-39,80	4.027,46	1.335,12
Assoc. de Mun. PEFIÇA	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	102,28	-39,80	4.027,46	1.335,12
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ACIONISTAS

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabereiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góls	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	4.015,41	1.331,12
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	64.891	323.807	10,00%	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	85.855,64	72.952,12	-1.597,02	173.663,31	58.901,19





2.9. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2025, no valor de 147.224,08 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (7.361,20 euros), transferindo-se o remanescente de 139.862,88 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Rui Manuel Tavares Leitão, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 27 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração,

Irina Lopes W.C.

Irina Dias Lopes Nunes da Costa – *Presidente*

Maria Madalena Pereira da Silva Castro

Maria Madalena Pereira da Silva Castro – *Administrador*

Piedade Susana da Silva Pina

Piedade Susana da Silva Pina – *Administrador*

Z
9



Município[®]



Contas do Exercício





3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.**BALANÇO**

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	N.ºIAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/9	1.907.563,98	1.279.117,88
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/9	112.982,88	406.954,17
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	13/15	8.452,26	8.452,26
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		2.028.999,12	1.694.524,31
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.183.355,70	908.522,50
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		0,00	30.855,82
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	1.176.953,36	1.401.176,55
Diferimentos		74.631,39	107.254,13
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	590.831,23	1.151.460,87
		3.025.771,68	3.599.269,87
Total do ativo		5.054.770,80	5.293.794,18






Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-638,93	-638,93
Outros instrumentos de capital próprio		3.294.630,92	3.294.630,92
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		59.961,47	54.234,70
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-3.402.013,09	-3.510.821,69
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		85.000,00	145.000,00
Resultado líquido do período		147.224,08	114.535,37
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.420.843,12	3.333.619,04
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	13	0,00	276.763,92
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		0,00	276.763,92
Passivo corrente:			
Fornecedores		824.588,11	1.137.815,67
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		160.407,46	131.418,07
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Accionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	15	322.243,43	297.643,33
Diferimentos		326.688,68	116.534,15
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.633.927,68	1.683.411,21
Total do passivo		1.633.927,68	1.960.175,14
Total do capital próprio e do passivo		5.054.770,80	5.293.794,18

2

AB

2

AL

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	11	3.220.456,85	3.726.936,74
Subsídios à exploração	-	519.163,49	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0,00	0,00
Variação nos Inventários da produção	+/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	0,00	77.492,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.465.811,05	-2.045.359,05
Gastos com o pessoal	-	-1.790.421,35	-1.435.565,73
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	10	-260.137,75
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	13	276.763,92
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	-/+	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	115.590,67	276.326,99
Outros gastos e perdas	-	-91.153,76	-52.853,07
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	524.451,02	497.960,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6/7/9	-351.022,05
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	173.428,97	230.945,79
Juros e rendimentos similares obtidos	+	6.273,96	466,66
Juros e gastos similares suportados	-	8	-16.450,16
Resultado antes de impostos	=	163.252,77	131.745,12
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	14	-16.018,68
Resultado líquido do período	=	147.224,08	114.535,37
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,23	0,18

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Mostrando expressão em Euros

RUBRICAS	NCTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	- 1	3.220.456,25	3.726.936,74
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-3.421.118,34	-3.747.938,43
Resultado bruto	-	-200.661,49	-21.001,69
Outros rendimentos	-	911.518,08	353.819,96
Gastos de distribuição	-	-16,87	0,00
Gastos administrativos	-	-186.119,24	0,00
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-351.291,51	-101.871,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	173.428,97	230.946,79
Gastos de financiamento (líquidos)	- 5	-10.176,20	-99.201,67
Resultados antes de impostos	-	163.252,77	131.745,12
Imposto sobre o rendimento do período	- 15	-16.028,69	-17.209,75
Resultado líquido do período	-	147.224,08	114.535,37
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00






DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N: 2025

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	PÓSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO COM DETENÇÃO DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de participação	Distribuições	Entregas para cobertura de perdas	Outras operações	PÓSICÃO NO FIM DO PERÍODO N
		Primeira adoção de novo regime contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de moedas e financeiros	Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros	Excedentes de revalorização de ativos financeiros	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações resultantes do capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO COM DETENÇÃO DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de participação								
Total do Capital Próprio	3.333.619,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-213,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60.000,00	3.420.843,12
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.333.619,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60.000,00	3.420.843,12
Result. líquido período	114.533,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.533,37	147.224,08
Outras variações no CP	145.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60.000,00	85.000,00
Excedent. revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transferidos	3.510.821,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.808,60	3.402.013,09
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	54.234,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.726,77	59.961,47
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instr. de CP	3.282.690,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.294.030,92
Ações (quotas) próprias	-638,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-213,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-638,33
Capital próprio atribuído aos detentores de capital	3.236.079,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.079,67

NOTAS

1

4=2+3

3

2

5

6=1+2+3+5

[Handwritten signatures and initials]

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2025

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	3.958.543,97	4.604.131,18
Pagamentos a fornecedores	-	-1.961.944,54	-1.957.116,46
Pagamentos ao pessoal	-	-1.072.493,21	-984.046,36
Caixa gerada pelas operações	+-	924.106,22	1.662.968,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+-	72.347,59	-14.272,01
Outros recebimentos/pagamentos	+-	-860.875,04	-917.860,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+-	135.578,77	730.835,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-762.989,83	-116.891,81
Ativos intangíveis	-	0,00	-35.852,90
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	1.577,23	68.451,19
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	18.743,90	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	6.273,96	466,66
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+-	-736.394,74	-83.826,86
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	0,00	625.500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	56.636,49	858.661,59
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	0,00	-994.215,99
Juros e gastos similares	-	-16.450,16	-15.615,54
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+-	40.186,33	474.330,06
		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+-	-560.629,64	1.121.338,97
Efeito das diferenças de câmbio	+-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.151.460,87	30.121,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	590.831,23	1.151.460,87



Anexo

4 |Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2025

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:
 - Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 74.631,39 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.
 - Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 326.688,68 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.
 - Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 433.667,30 euros, essencialmente relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.
 - Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 322.243,43 euros, essencialmente relativos a projetos, remunerações e taxas de saneamento a liquidar;
- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados e especializados ao câmbio corrente da data do balanço;

- g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, 2020, 2022 e 2023, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;
- h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	1.113,80
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	189.717,43
Aplicações de Tesouraria	400.000,00
Total	590.831,23

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 56,71%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 129.339,42 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 9.240 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2025	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	132.404,00	36.926,45	Serviços prestados à CMO
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	0,00	0,00	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	720.000,00	0,00	Contrato Programa

Unidade: Euros

6 – Ativos Intangíveis

Em exercícios anteriores, a Município efetuou diversos dispêndios relativos a atividades de desenvolvimento de soluções que se estimava ter potencial de comercialização futura no âmbito de serviços a prestar eventualmente no mercado de Moçambique. Embora, à data, se estimasse a existência de viabilidade económica e potencial de comercialização futura, a conjuntura política-económica atualmente verificada no referido país inviabiliza a concretização desses serviços. Face à inexistência de perspetivas de comercialização e em conformidade com o princípio da prudência e com os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis, a Administração decidiu proceder, no exercício de 2025, ao abate do montante de 77.493 euros registado na rubrica de Ativos Intangíveis.

Ativos intangíveis	Valores Bruto							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	1.394.501,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.394.501,40
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.394.501,40	35.852,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.394.501,40
Ativos intang. Curso	77.492,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-77.492,97	0,00	0,00
Adiant. p/ conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	1.065.040,20	216.478,32	0,00	0,00	1.281.518,52
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.065.040,20	216.478,32	0,00	0,00	1.281.518,52
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Imparidades					Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.982,88
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.982,88
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						112.982,88

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

Em 2025, no âmbito do Ativo Fixo Tangível, foram realizados investimentos no montante total de 737.152 euros, afetos à rubrica de equipamentos básicos. Durante o exercício, o drone anteriormente registado como imobilizado em curso, no valor de 31.577 euros, foi transferido para imobilizado corpóreo, passando a integrar a categoria de equipamento básico.

Foram igualmente adquiridos diversos bens essenciais à atividade, nomeadamente uma máquina de fotografia digital PhaseOne Aerial System, um sistema Lidar Slam RS10 e uma

impressora Bambu Lab H2D. Procedeu-se ainda à substituição de equipamentos obsoletos, através da aquisição de uma fotocopiadora e de novos equipamentos informáticos.

No Ativo Fixo Tangível registou-se também um investimento de 20.848 euros referente uma viatura nova para um dos comer

ciais da Municípa e um investimento de 4.989 euros referente a equipamento administrativo.

Em 2025, foram vendidas 3 viaturas obsoletas.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr. p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.300.782,00	737.152,34	0,00	0,00	0,00	0,00	31.576,59	3.069.510,93
Equipamento de transporte	191.242,53	20.848,06	-7.550,90	0,00	0,00	0,00	0,00	204.539,69
Equipamento administrativo	118.264,89	4.989,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.254,32
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.200.764,63	762.989,83	-7.550,90	0,00	0,00	0,00	31.576,59	4.987.780,15
Ativos fixos tangíveis em curso	31.576,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.576,59	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	590.722,92	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	614.090,96
Equipamento básico	2.126.345,61	87.355,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.701,25
Equipamento de transporte	116.862,06	23.161,55	-7.550,90	0,00	0,00	0,00	132.472,71
Equipamento administrativo	116.577,02	658,50	0,00	0,00	0,00	0,00	117.235,52
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.953.223,34	134.543,73	-7.550,90	0,00	0,00	0,00	3.080.216,17
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584.201,13
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855.809,68
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.066,98
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.018,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.907.563,98
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.907.563,98

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2025, não existia utilização de contas correntes caucionadas, nem estavam contratados empréstimos bancários ou outras formas de endividamento junto de instituições financeiras.

Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros de outros financiamentos	7.706,64

Unidade: Euros

9 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 351.022,05 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

10 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Imparidades			
	Saldo Inicial	Perdas Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Saldo Final
Clientes	445.607,04	0,00	16.626,17	428.980,87
Outros devedores	0,00	276.763,92	0,00	276.763,92
Total	445.607,04	276.763,92	16.626,17	705.744,79

Unidade: euros

Em 2025, foram registadas reversões de perdas por imparidade em clientes no montante de 16.626,17 euros. Foram registadas perdas por imparidade em outros devedores no montante de 276.763,92 euros.

11 – Rédito

No ano de 2025, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 3.220.456,85 euros.

Neste valor estão incluídos 206.898 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 124.272 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2025, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

12 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2025, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios do Governo.

13 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Tendo em consideração que o projeto dos RDUATs se encontra concluído e que a dívida foi integralmente liquidada pelo cliente Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), a administração decidiu reverter a provisão de 180.000 euros para riscos associados a esse projeto, bem como reverter a provisão, que se destinava a fazer face às retenções fiscais associadas às transferências a receber de Moçambique no montante de 96.763,92 euros. Esta decisão reflete o facto de a administração ter assumido os custos adicionais ao longo do tempo, decorrentes do atraso no recebimento, em virtude do fecho deste projeto desenvolvido em Moçambique.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Trf	Saldo Final
Impostos	96.763,92	0,00	96.763,92	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00
Total de provisões	276.763,92	0,00	276.763,92	0,00	0,00

Unidade: euros

14 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2021	2024	2025	2025		
2020	1.287.515,36	48.860,37	103.491,60	125.231,77	0,00	1.009.931,62	2032
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2033
2022	899.139,20	0,00	0,00	0,00	0,00	899.139,20	2034
2023	800.555,43	0,00	0,00	0,00	0,00	800.555,43	n/a
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	2.987.209,99	48.860,37	103.491,60	125.231,77	0,00	2.709.626,25	-

Unidade: euros

PEC perdidos no final de 2025: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2025: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2025: 0 euros

Existiam 0 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos.

No entanto existem prejuízos fiscais de 1.009.931,62 euros, que podem ser utilizados até 2032 e prejuízos fiscais de 899.139,20 euros, que podem ser utilizados até 2034, de acordo com a redação do artigo 52º do CIRC antes da alteração efetuada pela redação da Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro de 2022.

Existem ainda prejuízos fiscais de 800.555,43 euros, referentes a 2023, e que, de acordo com a redação da Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro de 2022, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os de um ou mais dos períodos de tributação posteriores. Totalizando assim 2.709.626,25 euros.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	8.766,22
Tributações Autónomas	4.757,83
Derrama	2.318,28
Outros	0,00
Impostos Diferidos	0,00
TOTAL	16.028,69

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0,00 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores: 0,00 euros

Utilização no período: 0 euros

15 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2025:

Um metical (MZN) = 0,01319 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2024, foi de 46 pessoas.

Em 31.12.2025, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros aproximadamente 15% do espaço das instalações da Município, pelo valor mensal de 1.546,82 euros acrescido de IVA até junho de 2025, e pelo valor mensal de 1.580,23 euros acrescido de IVA de julho a dezembro. Este espaço não foi classificado como propriedade de investimento, atendendo ao seu valor residual e à irrelevância material para efeitos de relato financeiro.

O valor por ação, em 2025, é de 5,27 euros.

A 31.12.2025, de acordo com a Lei 53-F/2006 e com a Lei 50/2012, encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Segro do Equilíbrio de Contas	11.395	35.316	39.144	0	0	72.952	0	-1.297	0	0	0	0	0	0	101.520	0	71.743	58.901
Total	389.775																	

Unidade: Euro

Nas páginas 44 e 45 deste relatório encontram-se detalhadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

Em seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2024 e 2025:

Descrição	2024	2025
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	-470,72
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	446.411,73	389.775,24
Projetos Realizados a Faturar	374.735,23	206.898,30
Devedores acrésc. Rendimentos - outros	114.071,86	226.769,00
Outros devedores e credores	465.957,73	630.745,46
Perdas Imparidades acumuladas	0,00	-276.763,92
Total	1.401.176,55	1.176.953,36

Unidade: euros

A 31 de dezembro de 2025, o FNDS já tinha procedido à liquidação integral do contrato, transferindo o montante devido para a conta bancária do consórcio.

Durante o ano de 2025, foi utilizada a provisão existente para fazer face aos custos extraordinários decorrentes do prolongamento do projeto para além do prazo inicialmente previsto, conforme já descrito em relatórios e contas anteriores.

Assim, ao longo da execução do projeto RDUATS, a conta do consórcio tem vindo a ser regularizada pela consorciada, encontrando-se atualmente um saldo por regularizar no valor de 127.860 euros. Esta regularização continuará a ser efetuada até que o saldo fique totalmente liquidado. Tal ainda não ocorreu devido à reduzida liquidez do sistema bancário moçambicano.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2024 e 2025:

Descrição	2024	2025
Pessoal-Adiantamento Pagamento	14.272,56	0,00
Remunerações a Liquidar	176.729,92	262.816,11
Taxa Saneamento IMI	1.685,28	1.686,91
Contratos de Gestão de Frotas	89.990,66	54.239,12
Outros Acréscimos de Gastos	13.487,06	3.501,29
Sindicato	120,89	0,00
Clube M	678,00	0,00
FGCT	678,96	0,00
Total	297.643,33	322.243,43

Unidade: euros

16- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio ou conflito com qualquer entidade, que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

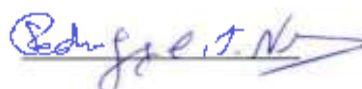
Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

A empresa está excluída do âmbito de aplicação do Regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 4º do referido regime aprovado pela Lei 89/2017 de 21 de agosto.

Oeiras, 27 de fevereiro de 2026

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)



Pedro Nunes

O Conselho de Administração,



Irina Dias Lopes Nunes da Costa – *Presidente*



Maria Madalena Pereira da Silva Castro – *Administrador*



Piedade Susana da Silva Pina – *Administrador*

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflete as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2025 e as perspectivas que se colocam no futuro.

Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

Do exposto anteriormente e tomando em consideração a nossa certificação legal de contas, datada de 12 de março de 2026, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2024 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de **MUNICÍPIA- EM,SA**, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveleis :

- O relatório de gestão e contas de 2025;
- A proposta de aplicação de resultados integrada no relatório de gestão.

Lisboa, 12 de março de 2026

O Fiscal Único



DIZ & ASSOCIADOS – SROC, Lda
(SROC N.º 118 da OROC e 20161437 da CMVM)
Representada por Rui Manuel Tavares Leitão
ROC N.º 1519, da lista da OROC e 20161129 da CMVM)

Diz & Associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
N.º 118 da Lista Oficial dos SROC - Contribuinte N.º 503 103 012 - CMVM - 20161437

SEDE: Rua de S. José, 35 - 3.º B/C - (Edifício Liberal - Av. da Liberdade) - 1150-321 Lisboa - Tel. 21 322 37 80 - Fax 21 322 37 89 - geral@dizsroc.pt - www.dizsroc.pt
Escritório - Coimbra: Rua do Castelo, n.º 24, Algar - 3040-661 Associação, Coimbra - Telm. 917 229 375 - jvazler@dizsroc.pt
Escritório - Lisboa: Estrada da Luz, 165 - 7.º Div. - 1600-154 Lisboa - Tel. 21 726 14 09 - Fax 21 726 30 53 - jssilva@dizsroc.pt



diz

& associados-SROC, Lda

Handwritten signature in blue ink.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 que evidencia um total de 5.054.771 euros e um total de capital próprio de 3.420.843 euros, incluindo um resultado de exercício de 147.224 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das Estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é no essencial concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais significativas.

Lisboa, 12 de março de 2026



DIZ & ASSOCIADOS – SROC, Lda
(SROC N.º 118 da OROC e 20161437 da CMVM)
Representada por Rui Manuel Tavares Leitão
ROC N.º 1519, da lista da OROC e 20161129 da CMVM)

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

1. Atribuições da Entidade, Organograma e Identificação dos Responsáveis.

A **Município** nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG.

Hoje em dia as suas áreas de atuação são: Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Apresenta atualmente o seguinte organograma:



A Administração é composta pelo Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos. Existe um Diretor Geral e cinco direções, são elas: Direção de Cartografia e Cadastro, Direção de Novos Negócios, Direção de Engenharia e Infraestruturas, Direção de Inteligência Espacial e Direção Connect. Para além das direções já mencionadas existe ainda um Departamento da Qualidade.

Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Unidade Orgânica	Risco		
	Elevado	Moderado	Diminuto
Administração		x	
Direção Geral		x	
Direção de Cartografia e Cadastro		x	
Direção de Novos Negócios		x	
Direção de Engenharia e Infraestruturas		x	
Direção de Inteligência Espacial		x	
Direção Connect		x	
Departamento da Qualidade		x	

Embora todos os processos de aquisição se processem no âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, poderão existir riscos a montante, ou seja, na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

Todas as faturas de despesa, são alvo de verificação por mais do que um interveniente no processo de validação, são previamente autorizadas, em função do valor, pelo Diretor da Connect, pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Administração.

2. Medidas Preventivas aos Riscos

Os riscos identificados, apresentam uma probabilidade moderada ou mesmo diminuta de ocorrerem ações de corrupção ou infrações, tendo em conta a materialidade das aquisições efetuadas, bem como à segregação de funções implementada, e sobretudo através do Procedimento de Compras PQ.DAF.002 (incluído no Sistema da Gestão da Qualidade). *Ver em anexo.*

O controlo Interno implementado, a pequena dimensão da empresa, a reduzida relevância das suas aquisições, bem como as constantes auditorias financeiras realizadas validadas pelo Revisor Oficial de Contas, as Auditorias ao Sistema de Gestão, bem como o

acompanhamento efetuado por parte dos Acionistas, são o garante da monitorização contínua, efetuada às infrações que possam conduzir à corrupção.

3. Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e Eventual Correção das Medidas Propostas

No final de cada ano, tendo por base as oportunidades de melhoria apresentadas por todos os empregados da empresa, será realizado, caso se justifique, pelo Departamento de Qualidade um Relatório das Ocorrências que possam potenciar o risco de infração ou corrupção.

Este Relatório apresentará medidas corretivas ou preventivas, a este plano em função da dinâmica da organização e será revisto sempre que se verifiquem alterações e sempre que sejam identificados novos riscos ou a necessidade da sua reavaliação.

Oeiras, 18 de março de 2024



Luís Miguel, Eng.º
Presidente do Conselho de Administração,

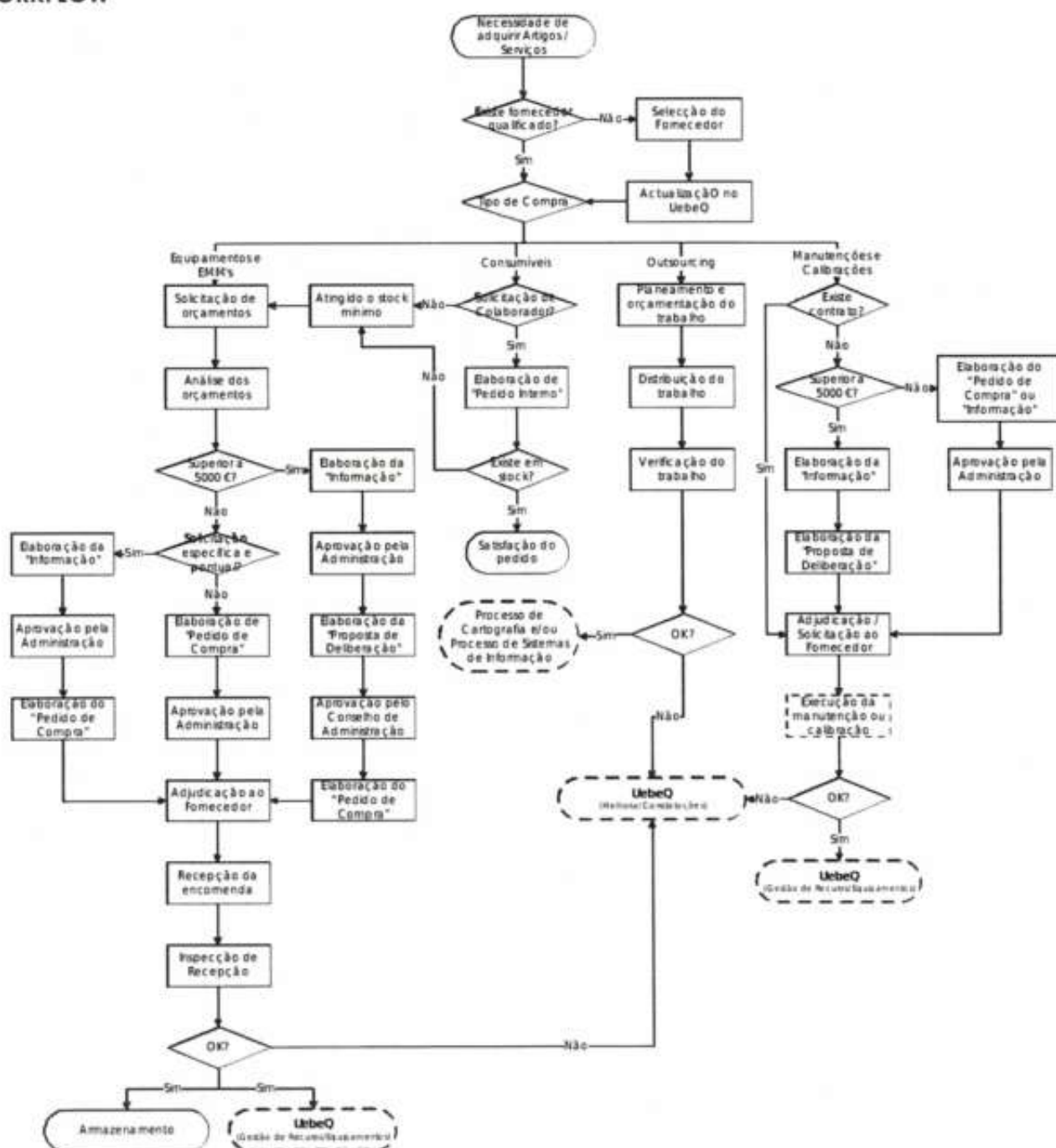
NB: O presente documento foi realizado, tendo por base o Guião Disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, devidamente adaptado à dimensão, características e realidade da Município.

[38.737182, -9.304986]

1 OBJETIVO

Definir os princípios e regras para as compras que possam afetar a qualidade do serviço a prestar aos Clientes, nomeadamente de consumíveis, equipamentos, equipamentos de monitorização e de medição e serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing, bem como definir o modo de seleccionar e avaliar os fornecedores.

2 WORKFLOW



 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE		Código	PQ.DAF.002.12
			Data Documento	31-10-2019
	Compras		Página	2 de 9

3 RESPONSABILIDADES

Ação	Conselho de Administração	Diretor Geral	Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro	Responsável de Logística	Responsável da Direção	Responsável do Serviço	Coordenador do Projeto	Qualquer Colaborador
Atualizar no Uebe.Q				●				
Selecionar novos fornecedores				●				
Avaliar os fornecimentos de artigos e serviços				●		●		
Decidir a desqualificação de um fornecedor	●			●				
Definir stocks mínimos de consumíveis			●					
Controlar os stocks mínimos				●				
Solicitar consumíveis ao DAF								●
Solicitar orçamentos a fornecedores				●				
Efetuar encomendas			●	○				●
Proceder à inspeção de receção das encomendas				●		●		
Conferir a Guia/Fatura de Encomenda no ato de receção				●		●		
Armazenar os consumíveis				●		●		
Elaborar a "Informação"						●		
Elaborar o "Pedido de Compra"				●				
Elaborar a "Proposta de Deliberação"			●					
Aprovar "Pedido de Compra.", "Informações" (autorizar)		●	●					
Aprovar a "Proposta de Deliberação"	●							
Solicitar a prestação de serviços de Manutenção ou Calibração			●	●		●		
Solicitar a prestação de serviços de Segurança dos Dados				●		●		
Classificar e distribuir trabalho aos tarefeiros					●		●	
Entregar o "Workflow" e "Lista de Etapas" aos tarefeiros com os requisitos do projeto					●		●	
Verificar o trabalho dos tarefeiros					●		●	

●	Responsável
○	Colabora

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	3 de 9

4 REGISTOS

Identificação	Indexação	Responsável pelo Arquivo	Arquivo Vivo	Arquivo Morto
SAP	Suporte Informático	DAF	2 Anos	8 Anos
Informação	Pasta Informações			
Pedido de Compra	Contabilidade e SAP			
Proposta de Deliberação	Pasta Conselho de Administração			
Orçamentos	Contabilidade e SAP			
Encomendas	Contabilidade e SAP			
Guias de Remessa	Pasta Guias de Remessa			
Contratos com Fornecedores	Pasta IN			
Lista de Etapas das Tarefas	Pasta do Projeto	Responsável da Direção	2 Anos após a conclusão do Projetos	3 Anos
Time Report	Pasta "Time Report"	DAF	2 Anos	8 Anos

5 PROCEDIMENTO

5.1 Definições e Abreviaturas

Artigos: Consumíveis, Equipamentos e EMM's.

C.A.: Conselho de Administração.

DAF: Direção Administrativa e Financeira.

EMM: Equipamentos de Monitorização e de Medição.

SAP: Sistema Integrado de Gestão.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	4 de 9

5.2 Fornecedores Selecionados e Avaliados

A Município seleciona e avalia os Fornecedores de artigos, serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing que possam afetar a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Os Fornecedores já existentes são considerados Fornecedores Qualificados, Alternativos ou Desqualificados, sendo os novos considerados Pré-qualificados.

O Responsável de Logística, com o conhecimento do Responsável do DAF, controla e atualiza as compras em SAP.

Todas as Encomendas são feitas a Fornecedores constantes da Base de Dados, dando preferência, sempre que possível, aos Fornecedores Qualificados, relativamente aos Fornecedores Alternativos.

5.3 Seleção de Novos Fornecedores

5.3.1. Seleção de Novos Fornecedores

A seleção de um novo Fornecedor cabe ao Responsável do Serviço, ou ao Responsável de Logística, tendo como base os seguintes fatores preferenciais, conforme aplicáveis:

- Preço;
- Qualidade do artigo;
- Prazo de Entrega;
- Assistência Técnica;
- Formação aos Colaboradores;
- Experiência no mercado / área;
- Outros considerados relevantes.

É definido, no momento da consulta ao mercado, e conforme o tipo de Fornecedor em questão, quais os fatores relevantes para a decisão de seleção.

Quando estamos perante o primeiro fornecimento, esse Fornecedor assume a situação de "pré-qualificado",

Logo que ocorram dois fornecimentos consecutivos com deméritos inferiores ou iguais a 0,5 passam a Qualificados, se em dois fornecimentos consecutivos se registarem deméritos superiores a 0,5, caberá ao Diretor Administrativo e Financeiro e à Administração apreciar a sua continuidade à semelhança ao descrito em 5.4.

A decisão de qualificação de um Fornecedor é registada no Uebe.Q.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE		Código	PQ.DAF.002.12
			Data Documento	31-10-2019
	Compras		Página	5 de 9

5.3.2. Seleção de Novos Fornecedores Tarefeiros

A seleção de um novo fornecedor Tarefeiros cabe ao Responsável do Serviço, tendo como base a descrição as aptidões referidas no PQ.DQ.004 e no ponto 5.6.2.

No decorrer da seleção, os critérios prioritários serão a experiência profissional e o saber fazer. O saber fazer está sujeito a uma avaliação de desempenho durante uma semana, num contexto de pré-formação, após o qual ocorrerá a seleção final. Na primeira abordagem com o tarefeiro é sempre solicitado o currículo vitae.

Após a seleção final e uma vez aptos para a execução de tarefas, será entregue à Técnica de Recursos Humanos o IMP.DAF.020 devidamente preenchido para processamento, sendo nesta altura atualizada e inserida em SAP.

5.4 Avaliação dos Fornecedores Qualificados

O Responsável de Logística ou o Responsável do Serviço ou a Gestora da Qualidade, procede à avaliação na plataforma Uebe.Q, do fornecimento de um artigo ou serviço. Optou-se por avaliar os fornecedores, cujo fornecimento seja igual ou superior a 5.000 euros, critério já utilizado na empresa, para outras situações, nomeadamente apreciação pelo Conselho de Administração, face ao valor.

Na própria plataforma eletrónica estão definidos os parâmetros a avaliar, variáveis de acordo com o tipo de fornecedor (tarefeiro ou não).

Em cada fornecimento é calculado o somatório dos deméritos, pelo que um fornecimento conforme é pontuado com zero.

A obtenção de uma pontuação superior a 0,5 em dois fornecimentos consecutivos, implica a análise pelo Responsável do DAF e Administração, provocando a eventual desqualificação do Fornecedor, implicando a sua exclusão da plataforma Uebe.Q.

Para além desta avaliação, o desempenho global de cada Fornecedor também é avaliado trimestralmente e aquando da revisão do Sistema de Gestão da Qualidade.

Esta avaliação, tem como base a média das pontuações dos Fornecimentos, considerando-se:

- Fornecedor Qualificado: Média igual ou inferior a 0,4;
- Fornecedor Alternativo: Média superior a 0,4 e igual ou inferior a 0,8;
- Fornecedor Desqualificado: Média superior a 0,8.

Sempre que um Fornecedor é "Desqualificado", o Responsável de Logística contacta-o, por correio eletrónico, informando-o deste facto.

5.5 Compras de Artigos

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	6 de 9

O DAF é responsável pela definição de stocks mínimos para os consumíveis, sendo verificados, no mínimo trimestralmente, pelo Responsável de Logística.

Sempre que um Colaborador necessite de consumíveis, requisita-os por correio eletrónico ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Se existir em stock, o pedido é satisfeito pelo Responsável de Logística, após a apreciação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Caso não exista em stock, o DAF desencadeia a sua encomenda ou quando atinge o stock mínimo definido, o Responsável de Logística desencadeia a sua encomenda.

5.5.1 Encomendas

O Responsável de Logística solicita, sempre que possível, três orçamentos aos fornecedores. Quando os orçamentos são anexados, o primeiro indica que é este o selecionado.

Neste pedido será evidenciado a necessidade do Fornecedor informar no seu orçamento qual o prazo de entrega a cumprir.

Se for necessária a descrição do motivo da necessidade da aquisição e do artigo em causa, ou outra considerada relevante, é elaborado o impresso "Informação", ao qual se anexam os orçamentos solicitados.

No caso de solicitações específicas e pontuais, é sempre elaborado o Impresso "Informação" com a identificação do artigo em falta, Fornecedores consultados para solicitação de orçamentos e Fornecedor sugerido para aquisição do artigo.

A "Informação" é disponibilizada ao Administrador para autorização, evidenciada pela rubrica e data no mesmo impresso.

Após autorização, a decisão é comunicada ao DAF, através da disponibilização de cópia do impresso, que elabora o "Pedido de Compra", sendo o original arquivado no dossier de "Comunicações / Informações".

Quando não é necessário o preenchimento da "Informação", é apenas elaborado o "Pedido de Compra", anexando-se os orçamentos, rubricado pelo DAF e disponibilizado ao Administrador para autorização.

Neste caso, o Presidente do Conselho de Administração autoriza a adjudicação no próprio "Pedido de Compra", rubricando-o, ou na listagem de Pedidos de Compra.

O "Pedido de Compra" é elaborado informaticamente no SAP, sendo-lhe atribuído um número de encomenda sequencial.

A adjudicação é posteriormente efetuada, por escrito, pelo próprio Colaborador ou pelo DAF.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	7 de 9

5.5.1.1 Compras Superiores a 5.000€

Nestes casos, o Responsável do Serviço preenche o Impresso "Informação", disponibilizado ao Administrador para aprovação, com os respetivos orçamentos.

Em caso afirmativo, a "Informação" é entregue ao DAF que elabora uma "Proposta de Deliberação" para apreciação do CA.

A aprovação pelo CA é evidenciada na "Proposta de Deliberação" e registada em Ata de Reunião.

A formalização da aquisição é efetuada através do "Pedido de Compra" de acordo com o definido no ponto anterior, ou por uma comunicação de adjudicação.

5.5.2 Contactos com Fornecedores

Os contactos com Fornecedores, para assuntos relacionados com encomendas, são efetuados pelo Responsável de Logística.

5.5.3 Receção das Compras

Os artigos são rececionados, sempre que possível, pelo Responsável de Logística e/ou pelo requisitante, que compara a encomenda com a respetiva Guia ou Fatura, para além de inspecionar visualmente as condições físicas.

Esta inspeção é comprovada pela rubrica e data de quem a efetuou, na Guia ou Fatura, no campo destinado à conferência, sendo gerada a compra em SAP.

É então dada entrada da Guia ou Fatura no Sistema, identificando-se os valores e o fornecedor em causa.

5.6 Compras de Serviços

5.6.1 Manutenções e Calibrações

As manutenções preventivas encontram-se contratualizadas com os respetivos fornecedores, de modo a definir, entre outros aspetos, a periodicidade da sua realização.

Sempre que sejam necessárias manutenções corretivas ou calibrações de EMM's, é elaborada a "Informação", pelo Responsável do Serviço, quando é necessário explicar o seu motivo, ou

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	8 de 9

apenas o "Pedido de Compra" quando se trata de manutenção de rotina, de acordo com o definido no ponto 5.5.1.

O Responsável do Serviço verifica posteriormente o serviço prestado.

Se necessário, é ainda elaborada, pelo DAF, uma "Proposta de Deliberação", seguindo-se o definido para as Compras Superiores a 5.000€ (ponto 5.5.1.1).

A quando da necessidade de manutenção de viaturas de *renting/leasing* estas são entregues na oficina uma vez que se encontra contratualmente previsto. Para as restantes situações, é igualmente elaborado o "Pedido de Compra".

5.6.1.1 Segurança dos Dados

As intervenções ocasionais ao nível da segurança de dados encontram-se contratualizadas.

Existem atualmente dois contratos ativos:

1. No âmbito de qualquer problema ou dúvida relacionada com questões de instalação, configuração, migração, software, entre outros, excluem-se apenas problemas relacionados com Hardware. (Ref. 401903/09 – V02):
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Sistemas Operativos (Windows, HP UX, Solaris, Tru64, SCO, Linux, AIX IBM,...);
 - ii. Aplicações Microsoft (Office, Exchange, SQL, ISA, IIS,...);
 - iii. Aplicações de Outros Fabricantes: (Marshall Software, Mcaffee, CA, Citrix, Symantec, Backup Enterprise, Firewalls, Virtualização, Data Loss Prevention, Compliance,...);
 - b. Este contrato pode ser utilizado a qualquer momento, via presencial ou remota, 24 horas por dia, sendo que o tempo de resposta é de 4 horas (desde que é feito o pedido, até ao início da verificação do problema pelos técnicos - Tecnidata).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;
2. Cobertura dos equipamentos de Hardware da Município (Servers, Robot de Backups, Switch Core e Storage) com idade inferior a 5 anos:
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Substituição de peças que possam avariar;
 - ii. Substituição do equipamento se tal for necessário;
 - b. Tempo de resposta aplicado a este contrato é de um dia (NBD).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

 Municípiã <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
	Compras	Data Documento	31-10-2019
		Página	9 de 9

5.6.2 Tarefeiros

A decisão da necessidade de subcontratação de tarefeiros é decidida pelo Responsável do Serviço, em conjugação com a Administração. Após a decisão tomada, o Responsável do Serviço contactará os tarefeiros.

O Responsável do Serviço efetua o planeamento e orçamentação do trabalho, de modo a possibilitar a distribuição das tarefas.

Após a receção das tarefas, a verificação do trabalho é efetuada pelo responsável do projeto, seguindo para o processamento e pagamento do serviço prestado, após autorização do Presidente do Conselho de Administração.

5.7 Não Conformidades

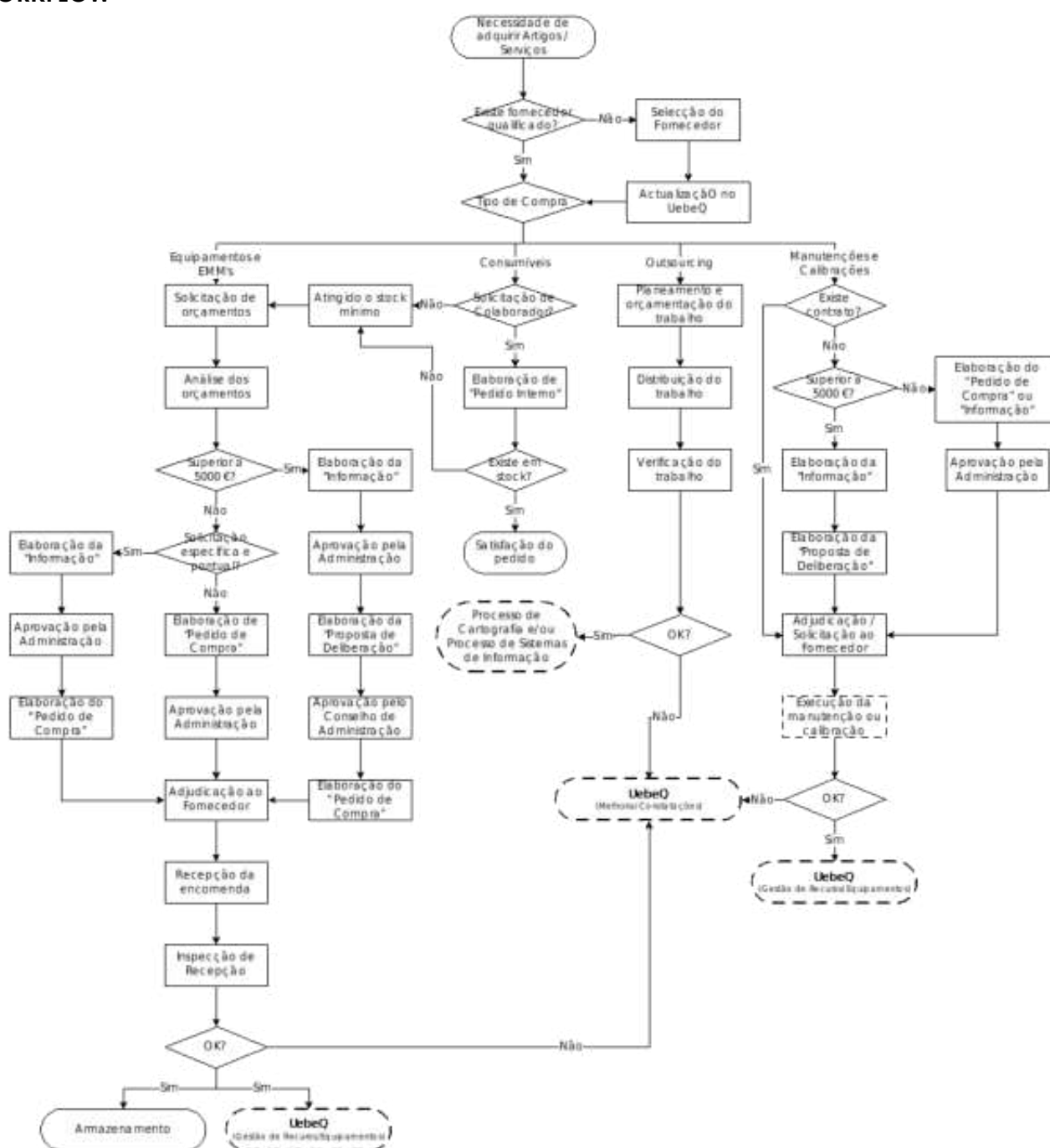
Qualquer não conformidade detetada implica o preenchimento de uma constatação na plataforma Uebe.Q em conformidade com o PQ. DQ. 002.

	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE		Código	PQ.DAG.002.03
			Data Documento	31-03-2025
	Compras		Página	1 de 9

1 OBJETIVO

Definir os princípios e regras para as compras que possam afetar a qualidade do serviço a prestar aos Clientes, nomeadamente de consumíveis, equipamentos, equipamentos de monitorização e de medição e serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing, bem como definir o modo de seleccionar e avaliar os fornecedores.

2 WORKFLOW



 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE		Código	PQ.DAG.002.03
			Data Documento	31-03-2025
	Compras		Página	2 de 9

3 RESPONSABILIDADES

Ação	Conselho de Administração	Diretor Geral	Direção de Administração e Governança	Responsável de Logística	Responsável da Direção	Responsável do Serviço	Coordenador do Projeto	Qualquer Colaborador
Atualizar no Uebe.Q				●				
Selecionar novos fornecedores				●				
Avaliar os fornecimentos de artigos e serviços				●		●		
Decidir a desqualificação de um fornecedor	●			●				
Definir stocks mínimos de consumíveis			●					
Controlar os stocks mínimos				●				
Solicitar consumíveis ao DAF								●
Solicitar orçamentos a fornecedores				●				
Efetuar encomendas			●	○				●
Proceder à inspeção de receção das encomendas				●		●		
Conferir a Guia/Fatura de Encomenda no ato de receção				●		●		
Armazenar os consumíveis				●		●		
Elaborar a "Informação"						●		
Elaborar o "Pedido de Compra"				●				
Elaborar a "Proposta de Deliberação"			●					
Aprovar "Pedido de Compra.", "Informações" (autorizar)		●	●					
Aprovar a "Proposta de Deliberação"	●							
Solicitar a prestação de serviços de Manutenção ou Calibração			●	●		●		
Solicitar a prestação de serviços de Segurança dos Dados				●		●		
Classificar e distribuir trabalho aos tarefeiros					●		●	
Entregar o "Workflow" e "Lista de Etapas" aos tarefeiros com os requisitos do projeto					●		●	
Verificar o trabalho dos tarefeiros					●		●	

●	Responsável
○	Colabora

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	3 de 9

4 REGISTOS

Identificação	Indexação	Responsável pelo Arquivo	Arquivo Vivo	Arquivo Morto
ERP	Suporte Informático	DAG	2 Anos	8 Anos
Informação	Pasta Informações/ Iportal			
Pedido de Compra	Contabilidade e ERP			
Proposta de Deliberação	Pasta Conselho de Administração			
Orçamentos	Contabilidade e ERP			
Encomendas	Contabilidade e ERP			
Guias de Remessa	Iportal			
Contratos com Fornecedores	Iportal			
Lista de Etapas das Tarefas	Pasta do Projeto	Responsável da Direção	2 Anos após a conclusão do Projetos	3 Anos
Time Report	Pasta "Time Report"	DAG	2 Anos	8 Anos

5 PROCEDIMENTO

5.1 Definições e Abreviaturas

Artigos: Consumíveis, Equipamentos e EMM's.

C.A.: Conselho de Administração.

DAG: Direção de Administração e Governança.

EMM: Equipamentos de Monitorização e de Medição.

ERP: Planeamento de Recursos Empresariais.

SCS: Sistema de Compras Sustentáveis.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	4 de 9

5.2 Fornecedores Selecionados e Avaliados

A Município seleciona e avalia os Fornecedores de artigos, serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing que possam afetar a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Os Fornecedores já existentes são considerados Fornecedores Qualificados, Alternativos ou Desqualificados, sendo os novos considerados Pré-qualificados.

O Responsável de Logística, com o conhecimento do Responsável do DAG, controla e atualiza as compras em ERP.

Todas as Encomendas são feitas a Fornecedores constantes da Base de Dados, dando preferência, sempre que possível, aos Fornecedores Qualificados, relativamente aos Fornecedores Alternativos.

5.3 Seleção de Novos Fornecedores

5.3.1. Seleção de Novos Fornecedores

A seleção de um novo Fornecedor cabe ao Responsável do Serviço, ou ao Responsável de Logística, tendo como base os seguintes fatores preferenciais, conforme aplicáveis:

- Preço;
- Qualidade do artigo;
- Prazo de Entrega;
- Assistência Técnica;
- Formação aos Colaboradores;
- Experiência no mercado / área;
- Conformidade com as especificações e requisitos de sustentabilidade aplicáveis;
- Outros considerados relevantes.

É definido, no momento da consulta ao mercado, e conforme o tipo de Fornecedor em questão, quais os fatores relevantes para a decisão de seleção.

Com a implementação do Sistema de Compras Sustentáveis, os fornecedores estão vinculados ao Código de Conduta para Fornecedores, com vista a garantir que cumprem requisitos mínimos no que se refere a questões ambientais, sociais e de integridade. Adicionalmente, e, de acordo com a categoria de compra, podem ser adicionados critérios ambientais ou sociais, nas especificações técnicas dos bens ou serviços a fornecer.

Quando estamos perante o primeiro fornecimento, esse Fornecedor assume a situação de “pré-qualificado”.

Logo que ocorram dois fornecimentos consecutivos com deméritos inferiores ou iguais a 0,5 passam a Qualificados, se em dois fornecimentos consecutivos se registarem deméritos superiores

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	5 de 9

a 0,5, caberá ao Diretor de Administração e Governança e à Administração apreciar a sua continuidade à semelhança ao descrito em 5.4.

A decisão de qualificação de um Fornecedor é registada no Uebe.Q.

5.3.2. Seleção de Novos Fornecedores Tarefeiros

A seleção de um novo fornecedor Tarefeiros cabe ao Responsável do Serviço, tendo como base a descrição as aptidões referidas no PQ.DQ.004 e no ponto 5.6.2.

No decorrer da seleção, os critérios prioritários serão a experiência profissional e o saber fazer. O saber fazer está sujeito a uma avaliação de desempenho durante uma semana, num contexto de pré-formação, após o qual ocorrerá a seleção final. Na primeira abordagem com o tarefeiro é sempre solicitado o currículo vitae.

Após a seleção final e uma vez aptos para a execução de tarefas, será entregue à Direção de Recursos Humanos o IMP.DAG.020 devidamente preenchido para processamento, sendo nesta altura atualizada e inserida em ERP.

5.4 Avaliação dos Fornecedores Qualificados

O Responsável de Logística ou o Responsável do Serviço ou a Gestora da Qualidade, procede à avaliação na plataforma Uebe.Q, do fornecimento de um artigo ou serviço. Optou-se por avaliar os fornecedores, cujo fornecimento seja igual ou superior a 5.000 euros, critério já utilizado na empresa, para outras situações, nomeadamente apreciação pelo Conselho de Administração, face ao valor.

Na própria plataforma eletrónica estão definidos os parâmetros a avaliar, variáveis de acordo com o tipo de fornecedor (tarefeiro ou não).

Em cada fornecimento é calculado o somatório dos deméritos, pelo que um fornecimento conforme é pontuado com zero.

A obtenção de uma pontuação superior a 0,5 em dois fornecimentos consecutivos, implica a análise pelo Responsável do DAG e Administração, provocando a eventual desqualificação do Fornecedor, implicando a sua exclusão da plataforma Uebe.Q.

Para além desta avaliação, o desempenho global de cada Fornecedor também é avaliado trimestralmente e aquando da revisão do Sistema de Gestão da Qualidade.

Esta avaliação, tem como base a média das pontuações dos Fornecimentos, considerando-se:

- Fornecedor Qualificado: Média igual ou inferior a 0,4;
- Fornecedor Alternativo: Média superior a 0.4 e igual ou inferior a 0.8;
- Fornecedor Desqualificado: Média superior a 0.8.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	6 de 9

Sempre que um Fornecedor é “Desqualificado”, o Responsável de Logística contacta-o, por correio eletrónico, informando-o deste facto.

5.5 Compras de Artigos

O DAG é responsável pela definição de stocks mínimos para os consumíveis, sendo verificados, no mínimo trimestralmente, pelo Responsável de Logística.

Sempre que um Colaborador necessite de consumíveis, requisita-os por correio eletrónico ao Diretor de Administração e Governança.

Se existir em stock, o pedido é satisfeito pelo Responsável de Logística, após a apreciação do Diretor de Administração e Governança.

Caso não exista em stock, o DAG desencadeia a sua encomenda ou quando atinge o stock mínimo definido, o Responsável de Logística desencadeia a sua encomenda.

5.5.1 Encomendas

O Responsável de Logística solicita, sempre que possível, três orçamentos aos fornecedores. Quando os orçamentos são anexados, o primeiro indica que é este o selecionado. Neste pedido será evidenciado a necessidade do Fornecedor informar no seu orçamento qual o prazo de entrega a cumprir.

Se for necessária a descrição do motivo da necessidade da aquisição e do artigo em causa, ou outra considerada relevante, é elaborado o impresso “Informação”, ao qual se anexam os orçamentos solicitados.

No caso de solicitações específicas e pontuais, é sempre elaborado o Impresso “Informação” com a identificação do artigo em falta, Fornecedores consultados para solicitação de orçamentos e Fornecedor sugerido para aquisição do artigo.

A “Informação” é disponibilizada ao Administrador para autorização, evidenciada pela rubrica e data no mesmo impresso.

Após autorização, a decisão é comunicada ao DAG, através da disponibilização de cópia do impresso, que elabora o “Pedido de Compra”, sendo o original arquivado no dossier de “Comunicações / Informações”, bem como no iportal.

Quando não é necessário o preenchimento da “Informação”, é apenas elaborado o “Pedido de Compra”, anexando-se os orçamentos, rubricado pelo DAG e disponibilizado ao Administrador para autorização.

Neste caso, o Presidente do Conselho de Administração autoriza a adjudicação no próprio “Pedido de Compra”, rubricando-o, ou na listagem de Pedidos de Compra.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	7 de 9

O "Pedido de Compra" é elaborado informaticamente no ERP, sendo-lhe atribuído um número de encomenda sequencial.

A adjudicação é posteriormente efetuada, por escrito, pelo próprio Colaborador ou pelo DAG.

5.5.1.1 Compras Superiores a 5.000€

Nestes casos, o Responsável do Serviço preenche o Impresso "Informação", disponibilizado ao Administrador para aprovação, com os respetivos orçamentos.

Em caso afirmativo, a "Informação" é entregue ao DAG que elabora uma "Proposta de Deliberação" para apreciação do CA.

A aprovação pelo CA é evidenciada na "Proposta de Deliberação" e registada em Ata de Reunião.

A formalização da aquisição é efetuada através do "Pedido de Compra" de acordo com o definido no ponto anterior, ou por uma comunicação de adjudicação.

5.5.2 Contactos com Fornecedores

Os contactos com Fornecedores, para assuntos relacionados com encomendas, são efetuados pelo Responsável de Logística.

5.5.3 Receção das Compras

Os artigos são rececionados, sempre que possível, pelo Responsável de Logística e/ou pelo requisitante, que compara a encomenda com a respetiva Guia ou Fatura, para além de inspecionar visualmente as condições físicas.

Esta inspeção é comprovada pela rubrica e data de quem a efetuou, na Guia ou Fatura, no campo destinado à conferência, sendo gerada a compra em ERP.

É então dada entrada da Guia ou Fatura no Sistema, identificando-se os valores e o fornecedor em causa.

5.6 Compras de Serviços

5.6.1 Manutenções e Calibrações

As manutenções preventivas encontram-se contratualizadas com os respetivos fornecedores, de modo a definir, entre outros aspetos, a periodicidade da sua realização.

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	8 de 9

Sempre que sejam necessárias manutenções corretivas ou calibrações de EMM's, é elaborada a "Informação", pelo Responsável do Serviço, quando é necessário explicar o seu motivo, ou apenas o "Pedido de Compra" quando se trata de manutenção de rotina, de acordo com o definido no ponto 5.5.1.

O Responsável do Serviço verifica posteriormente o serviço prestado.

Se necessário, é ainda elaborada, pelo DAG, uma "Proposta de Deliberação", seguindo-se o definido para as Compras Superiores a 5.000€ (ponto 5.5.1.1).

A quando da necessidade de manutenção de viaturas de *renting/leasing* estas são entregues na oficina uma vez que se encontra contratualmente previsto. Para as restantes situações, é igualmente elaborado o "Pedido de Compra".

5.6.1.1 Segurança dos Dados

As intervenções ocasionais ao nível da segurança de dados encontram-se contratualizadas.

Existem atualmente dois contratos ativos:

1. No âmbito de qualquer problema ou dúvida relacionada com questões de instalação, configuração, migração, software, entre outros, excluem-se apenas problemas relacionados com Hardware. (Ref. 401903/09 – V02):
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Sistemas Operativos (Windows, HP UX, Solaris, Tru64, SCO, Linux, AIX IBM,...);
 - ii. Aplicações Microsoft (Office, Exchange, SQL, ISA, IIS,...);
 - iii. Aplicações de Outros Fabricantes: (Marshall Software, Mcaffe, CA, Citrix, Symantec, Backup Enterprise, Firewalls, Virtualização, Data Loss Prevention, Compliance,...);
 - b. Este contrato pode ser utilizado a qualquer momento, via presencial ou remota, 24 horas por dia, sendo que o tempo de resposta é de 4 horas (desde que é feito o pedido, até ao início da verificação do problema pelos técnicos - Tecnidata).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;
2. Cobertura dos equipamentos de Hardware da Município (Servers, Robot de Backups, Switch Core e Storage) com idade inferior a 5 anos:
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Substituição de peças que possam avariar;
 - ii. Substituição do equipamento se tal for necessário;

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAG.002.03
		Data Documento	31-03-2025
	Compras	Página	9 de 9

b. Tempo de resposta aplicado a este contrato é de um dia (NBD).

c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

5.6.2 Tarefeiros

A decisão da necessidade de subcontratação de tarefeiros é decidida pelo Responsável do Serviço, em conjugação com a Administração. Após a decisão tomada, o Responsável do Serviço contactará os tarefeiros.

O Responsável do Serviço efetua o planeamento e orçamentação do trabalho, de modo a possibilitar a distribuição das tarefas.

Após a receção das tarefas, a verificação do trabalho é efetuada pelo responsável do projeto, seguindo para o processamento e pagamento do serviço prestado, após autorização do Presidente do Conselho de Administração.

5.7 Não Conformidades

Qualquer não conformidade detetada implica o preenchimento de uma constatação na plataforma Uebe.Q em conformidade com o PQ. DQ. 002.

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

2025



0-Enquadramento

As empresas locais regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e integram-se no setor público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

O artigo 54.º do referido Decreto-Lei e a alínea b) do n.º 2, do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais preveem a existência de um Relatório Anual de Boas Práticas do governo societário, sendo este o segundo elaborado.

1- Função acionista – Estrutura de Capital

A estrutura do capital é de 3.236.678,67 euros, representada por um total de 648.633 ações. Cada ação tem o valor nominativo de 4,99 euros.

O capital social da empresa é integralmente detido por 55 acionistas, todos eles entidades locais públicas, sendo o acionista maioritário o Município de Oeiras, com 56,71 % da participação.

Nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a empresa é qualificada como empresa do setor empresarial local.

2- Empresa Municipal – Obrigações e Responsabilidades

A Município é uma empresa que se dedica *inter alia* à produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; em especial, à produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, à conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; à produção e comercialização de dados; ao desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; à conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; à consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação; Trabalho aéreo; Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional); Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética; soluções ambientais; comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção; Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

A Município, atua no mercado concorrencial, não obtém qualquer subsídio ou apoio, procurando sempre o equilíbrio dos resultados apresentados.

A empresa não detém quaisquer participações noutras entidades, públicas ou privadas.

3- Órgãos Sociais

A Município a 31 de dezembro de 2025, era composta pelos seguintes órgãos sociais:

- **Assembleia Geral**, composta pelos membros que se seguem:

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos – Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- **Conselho de Administração**, constituído por 3 membros:

Dra. Maria Madalena Pereira da Silva Castro – Administrador Não Executivo

Dra. Piedade Susana da Silva Pina – Administrador não executivo

Os Administradores comprometem-se a:

- Depositar na Procuradoria-Geral da República, nos 60 dias subsequentes à respetiva designação tomada de posse, uma declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimento, nos termos e em conformidade com o disposto no artigo 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e artigo 11.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto;
- Indicar, por escrito, à Inspeção Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que, direta ou indiretamente, detivessem na empresa para a qual foram designados a exercer funções ou em qualquer outra, nos termos previstos no artigo 22.º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março;
- Declarar aos órgãos sociais da empresa, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, as eventuais participações sociais detidas na empresa, assim como as relações mantidas com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, nos termos do disposto no artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Apresentar, no Tribunal Constitucional, no prazo de 60 dias contados do início do exercício das respetivas funções, declaração dos seu rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais, nos termos do Regime Jurídico de Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, conforme imposto pelo artigo 1.º Lei n.º 4/83, de 2 de abril;
- **Fiscal Único**, em representação da Diz & Associados, SROC, Lda

Dr. Rui Manuel Tavares Leitão, membro efetivo SROC n.º 118

4- Controlo interno e gestão de riscos

Temos implementado um Sistema de Gestão de Qualidade, norma ISO 9001:2015 que nos permite garantir uma melhoria contínua, nomeadamente nos processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes, internos e externos, acionistas e fornecedores.

Todos os processos de aquisição fazem-se no âmbito do DL 18/2008. Poderão existir riscos a montante, ou seja na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e a da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

5 – Responsabilidade social e ambiental

Foi implementada uma política de racionalização energética, visando a redução dos custos financeiros e ambientais, quer na sociedade, quer para os nossos clientes públicos, em particular através de ações de sensibilização (seminários) para as boas práticas de implementação de uma eficaz Iluminação Pública, que culminou na coautoria de um Manual de Boas Práticas para Cadastro de Iluminação Pública.

6 – Política de recursos humanos e promoção de igualdade

A política de recursos humanos assenta no desenvolvimento e valorização permanente dos colaboradores da Município, sempre considerados como fatores críticos e determinantes do seu sucesso, pois o sucesso na estratégia de negócio duma empresa depende fortemente do empenho, motivação e nível de qualificação dos seus colaboradores. Neste âmbito, temos como objetivo anual definir a metodologia de aperfeiçoamento e atualização permanente da formação dos colaboradores, indispensáveis ao desempenho das respetivas funções.

A igualdade de tratamento de oportunidades entre os sexos, apesar de não estar consagrado oficialmente em nenhum documento, estamos, dentro das especificidades dos serviços prestados pela empresa, a caminhar para uma paridade no número de colaboradores.

7 – Prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração não detêm qualquer participação patrimonial na Município, nem possuem qualquer relação como fornecedores, cliente e outras entidades que possam gerar conflitos de interesse.

8- Divulgação da informação

Todas as informações que, nos termos da disciplina prevista no Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro, e da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio <http://www.municipia.pt>, onde podem ser consultados:

- O contrato de sociedade e os estatutos da empresa;
- A estrutura do capital social;
- A identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
- Os montantes auferidos pelos membros remunerados do órgão de gestão;
- O número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- Os instrumentos de gestão previsional;
- Os documentos de prestação de contas.

Oeiras, 31 de dezembro de 2025

A Presidente do Conselho de Administração,

Irina Lopes Ndc

(Irina Lopes)

[38.737182, -9.304986]

PARECER PRÉVIO DO FISCAL ÚNICO

Contrato de Abertura de Crédito mediante descoberto em conta de depósitos à ordem

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, número 6, alínea a), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a sociedade **MUNICÍPIA – Emp. Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.**, adiante designada por "Município" ou "entidade", com sede no Taguspark Edifício Ciência II, nº11 – 3º B, 2740-120 Porto-Salvo e com capital social de 2 495 000 euros, pessoa coletiva n.º 504 475 606, projeta contratualizar com o BANCO BPI, S.A. um financiamento na forma de descoberto em conta de depósitos à ordem, até ao montante de € 500 000 (quinhentos mil euros).
2. Foi-nos apresentada uma minuta do contrato, na qual se prevê, designadamente, um valor do contrato até € 500 000,00 e um prazo de 3 meses, renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, desde que verificadas determinadas condições, bem como uma taxa de juro correspondente ao Indexante (EURIBOR 6 meses) acrescido de um spread de 0,75%, e uma comissão de gestão de 0,20% a.a. sobre o valor utilizado no final de cada mês.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do órgão de gestão a verificação das necessidades de financiamento, a escolha dos tipos de financiamentos adequados, a seleção das entidades financiadoras, a negociação dos valores, dos planos de reembolso, maturidades, taxas de juros e restantes condições aplicáveis.
4. A nossa responsabilidade, tendo por base a informação disponibilizada pelo órgão de gestão, consiste essencialmente em verificar o enquadramento legal da assunção das responsabilidades financeiras assumidas e analisar as condições históricas, atuais e prospetivas que suportam o cumprimento dessas obrigações.

Âmbito

5. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

6. O contrato parece-nos de interesse para a empresa, na medida em que substitui um financiamento anterior de características semelhantes contratado noutra instituição de crédito e que terminou em 2024. Este financiamento perspectivado permitirá facilitar a gestão de tesouraria da entidade, sendo que as condições previstas para o referido crédito nos parecem também adequadas às atuais condições do mercado financeiro.
7. Tudo ponderado, concluímos que o contrato, a efetivar-se, será decidido no interesse da entidade e que, na perspetiva desta, não devem ser colocadas quaisquer reservas quanto ao valor e condições a acordar.
8. Damos parecer favorável ao negócio referido acima, nos termos e para os efeitos legalmente previstos, designadamente no art.º 25.º, nº.6, alínea a), da Lei 50/2012, de 31 de agosto de 2012.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2025

Assinado por: **RUI MANUEL TAVARES LEITÃO**
Num. de Identificação: 09578159
Data: 2025.02.20 16:03:50+00'00'



Diz & Associados, SROC, Lda
SROC nº 118 da OROC e nº 20161437 da CMVM
Representada por Rui Manuel Tavares Leitão
ROC nº1519 da OROC e nº 20161129 da CMVM

PARECER PRÉVIO DO FISCAL ÚNICO

Projeto de Investimento em Câmara Aerofotogramétrica Digital

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 25.º, número 6, alínea a), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a sociedade **MUNICÍPIA – Emp. Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.**, adiante designada por "Município" ou "entidade", com sede no Taguspark Edifício Ciência II, nº11 – 3º B, 2740-120 Porto-Salvo e com capital social de 2 495 000 euros, pessoa coletiva n.º 504 475 606, projeta efetuar um investimento em equipamento, conforme previsto no seu Plano de Atividades e Orçamento.
2. Foi-nos apresentada uma proposta de Investimento, na qual se prevê a aquisição de adquirir uma câmara aerofotogramétrica digital num valor estimado de 681.000,00 euros acrescidos do I.V.A. à taxa legal em vigor.
3. A proposta considerou que o referido investimento seria efetuado com fontes de financiamento suportadas em capital alheio e/ou capital próprio, em função dos recursos existentes.

Responsabilidades

4. É da responsabilidade do órgão de gestão a seleção de equipamentos a adquirir, o estudo de mercado das condições de aquisição, a verificação das necessidades de financiamento, a escolha dos tipos de financiamentos adequados, a seleção das entidades financiadoras, a negociação dos valores, dos planos de reembolso, maturidades, taxas de juros e restantes condições aplicáveis.
5. A nossa responsabilidade, tendo por base a informação disponibilizada pelo órgão de gestão, consiste essencialmente em verificar o enquadramento legal da assunção das responsabilidades financeiras e analisar as condições históricas, atuais e prospetivas que suportam o cumprimento dessas obrigações e os impactos desse investimento na performance da sociedade.

Âmbito

6. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

7. O investimento na aquisição do equipamento agora proposto parece-nos no interesse da atividade da entidade, considerando a utilização projetada do mesmo, utilização necessária à prossecução dos objetivos da entidade de forma mais eficiente. É ainda de acrescentar que numa atividade como a que levada a cabo pela entidade a obsolescência tecnológica é uma matéria de grande sensibilidade que deve sempre ser tida em conta como uma ameaça à continuidade das operações e deve ser monitorizada pela Gestão.
8. O investimento agora em análise estava previsto no Plano de actividades e orçamento da entidade para o ano de 2025, Plano que foi devidamente aprovado pelos Órgãos competentes.
9. Tudo ponderado, concluímos que o investimento, a efetivar-se, será decidido no interesse da sociedade e que, na perspetiva desta, não devem ser colocadas quaisquer reservas quanto ao valor e condições a acordar, devendo o seu procedimento de aquisição respeitar as regras de contratação pública a que a entidade está obrigada.
10. Damos parecer favorável ao investimento acima descrito, nos termos e para os efeitos legalmente previstos, designadamente no art.º 25.º, nº.6, alínea a), da Lei 50/2012, de 31 de agosto de 2012.
11. Chamamos a atenção de que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2025

Assinado por: **RUI MANUEL TAVARES LEITÃO**

Num. de Identificação: 09578159

Data: 2025.02.20 16:05:27+00'00'



Diz & Associados, SROC, Lda
SROC nº 118 da OROC e nº 20161437 da CMVM
Representada por Rui Manuel Tavares Leitão
ROC nº1519 da OROC e nº 20161129 da CMVM

Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, S.A.** (Entidade) relativos ao exercício de 2025, que compreendem o balanço, com um total de ativo líquido no valor de Eur. 5.598.117,45 e um total de capital próprio de Eur. 3.587.722,46, e a demonstração dos resultados previsionais, que evidência um resultado líquido positivo de Eur. 233.110 (total de rendimentos de Eur. 4.744.775 e total de gastos de Eur. 4.511.665), os planos de investimentos, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no plano de atividades.

Responsabilidades do Órgão de Gestão sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

É da responsabilidade do Conselho de Administração a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do Auditor sobre a Revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional

A nossa responsabilidade consiste em: (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e cumpridas as regras estabelecidas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso entendimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da **Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, S.A.** Além disso, em nossa opinião, a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Chamamos a atenção de que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 23 de janeiro de 2026

Assinado por: **RUI MANUEL TAVARES LEITÃO**
Num. de Identificação: 09578159
Data: 2026.01.23 15:23:11+00'00'

Rui Manuel Tavares Leitão
ROC nº 1519 da OROC e ROC nº 20161129 da CMVM
Em representação de DIZ & ASSOCIADOS - SROC, LDA
SROC nº 118 da OROC e SROC nº 20161437 da CMVM